

I Labor

THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY

ASTEN LENOX TILDEN FOUNDATION



Sumário

Artigos

QUAL ALTERNATIVA? UMA QUESTÃO TECIDA NA ESPERANÇA DO FUTURO. PDF
1-25
Beth Furtado

ESPERANÇA E PEDAGOGIA: BREVE APRESENTAÇÃO DE ERNST BLOCH, SEU PENSAMENTO E ALGUMAS (RE)FLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PDF
26-43
Isaías Batista de Lima, Enéas Arrais Neto, Hildemar Luiz Rech

MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS EM BELÉM PDF
44-63
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

A RENOVAÇÃO PECEBISTA NOS ANOS 50: UM PROJETO INSPIRADO NA IDEOLOGIA GRAMSCIANA PDF
64-101
Laura de Oliveira Assis, Leandro Pereira Gonçalves

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL SEGUNDO O FILÓSOFO HÚNGARO ISTVÁN MÉSZÁROS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO PDF
102-116
Elaci Costa Ferreira de Carvalho

QUEM TEM MEDO DA REVOLUÇÃO CAMPONESA? O ANTICOMUNISMO PIAUIENSE E QUESTÃO AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1960. PDF
117-130
Marylu Alves de Oliveira

AUTOMAÇÃO, TAYLORISMO-FORDISMO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO: o "apego" de Benjamin Coriat aos "grilhões" do processo de trabalho taylorista-fordista PDF
131-146
Romildo dos Santos Silva

Entrevista

ENTREVISTA COM PROF. DR. MICHAEL LÖWY PDF
147-151
Enéas Arraes Neto

QUAL ALTERNATIVA? UMA QUESTÃO TECIDA NA ESPERANÇA DO FUTURO.

Beth Furtado¹

RESUMO

A inegável e crescente desumanização e coisificação do homem, visível para além do fantástico *shopping center* que o capital projetou transformar o mundo, mostram o aprofundamento das contradições e o esgotamento das soluções emergenciais propostas pelo capital para a crise que nos dias atuais assumiu a forma estrutural e atingiu proporção global. A adoção de uma *linha de menor resistência* como opção histórica do capital no percurso da sua reprodução exalou um espectro de morte anunciada que se faz sentir não somente pela produção do desperdício exigido pela necessidade de aceleração do tempo de circulação - consumo; pelo recrudescimento dos conflitos que se transferem do âmbito interno à esfera internacional na forma de conflitos bélicos manipulados pelo capital; e, também, pelo colapso do modo de controle do incontrolável capital. A pulsão das contradições advindas do imperativo de expansão do capital, frente ao que parece ser a única alternativa histórica para a humanidade, não revela na expressão fenomênica da circulação globalizada a exaustão da sua base produtiva. Viver num mundo aparentemente sem alternativa obriga a pensar para além dele. A proposta deste artigo é refletir sobre a crise do capital mundializado e o desafio da construção do futuro da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; capital, crise estrutural, classe trabalhadora, alternativa socialista.

ABSTRACT

The undeniable inhumane treatment of the mankind, visible beyond the fantastic *shopping center*, in which the capital projected to transform the world,

show the deepness of the contradictions and the exhaustion of several emergency solutions proposed by the capital for a crisis that assumed global proportion. The adoption of a *less resistance line* as historical option of the capital in the route of its reproduction gave off a specter of announced death that is felt not only by the production of the waste, demanded by the necessity of the time acceleration of the consumption or by the worsening of the conflicts that are transferred from the internal extent to the international sphere, in the form of war conflicts manipulated by the capital, but also by the collapse of the way of control of the "uncontrollable" capital. The repercussion of the contradictions resulted from the imperative of the capital expansion, which seems to be the only historical alternative for the humanity, does not reveal in the phenomenal expression of the worldwide movement the exhaustion of his productive base.

KEY WORDS: LABOUR, CAPITAL, STRUCTURAL CRISIS, WORKING-CLASS, SOCIALIST ALTERNATIVE.

INTRODUÇÃO

Crise. Vivemos tempos de crises. Vivemos o tempo da crise. É possível apresentar toda história do capitalismo através do encadeamento de crises que sucessivamente marcaram diferentes momentos desse modo de produção. Respalhada na realidade histórica, é possível asseverar que a crise é elemento constitutivo do capitalismo. "Não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise" afirma NETO (2006; 157), com o cuidado de advertir que sua afirmação não significa uma naturalização da crise. Defender que toda economia, independentemente da contextualização histórica, tem crise e que, por conseguinte, é natural a existência de crises, funciona como um argumento ideológico para disseminar a aceitação do particular como universal. A naturalização da crise, especificamente produzida sob a lógica do capital, tem sido muito utilizada pela ideologia burguesa na mitificação das causas da crise conhecidas no capitalismo.

Crises econômicas não são fenômenos naturais, são fenômenos sociais, portanto, podem ocorrer, inclusive, em sociedade que não estejam organizadas sob a lógica do capital, mas sob a lógica do capital a crise é ineliminável. É forçoso destacar esses dois aspectos: primeiro, a crise é faz parte do capitalismo, mas não por força da natureza; segundo, não existe nenhum dado histórico que possibilite universalizar a crise no âmbito da sociabilidade humana. Assim, nenhum argumento ideológico pode retirar do horizonte histórico a possibilidade real da construção de uma organização econômica diversa da capitalista, capaz de suprimir as causas da crise estrutural que submete a humanidade a uma existência desumana.

Obviamente as situações de crise não apareceram na história da humanidade com o capitalismo, antes da sociedade produtora de mercadorias é possível constatar inúmeras crises que advieram em outros contextos históricos. Entretanto, não existe uma semelhança entre as crises que ocorreram nas sociedades pré-capitalistas e as crises ocorridas sob a lógica do capital. Aquelas crises apareciam sempre em decorrência da destruição de produtores e meios de produção em consequência de desastres naturais ou catástrofes sociais gerando uma insuficiência na produção de *valor de uso*, uma crise de subprodução. Inversamente, as crises no capitalismo ocorrem em meio à superprodução de *valores de troca* que não encontram escoamento no mercado, não realizam o valor. As crises anteriores ao capitalismo existiam em função das necessidades humanas enquanto as crises do capital ocorrem primordialmente em função dos interesses de reprodução do capital. Eis o cerne da questão... E é sobre essa questão: a crise do capital e a construção de uma alternativa societária, que supere os antagonismos do nosso tempo, que propomos refletir neste artigo. (NETO, 2006; 157).

COLOCANDO O PROBLEMA DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Um breve recuo histórico nos coloca frente às demandas advindas da crise do capital, que marcaram as últimas três décadas do século XX, e se estende aos dias atuais. Essa crise, embora ligada as crises anteriores, assumiu uma forma diferente expondo, inegavelmente, seu caráter estrutural. Mas essa diferença não é empiricamente perceptível no caos cotidiano dos

antagonismos da sociedade de mercado e tem sido naturalmente tratada, pelos capitalistas, como mais um episódio de crise ligada a um ciclo econômico que se esgota para em seguida, pelas soluções adotadas, surgir outro ciclo.

Nesta perspectiva, a crise que se manifestou nos anos 70 foi enfrentada da mesma forma que as crises anteriores, ou seja, epidermicamente. As medidas reestruturantes adotadas foram suficientes para o capital poder reproduzir-se, não apenas consolidando livremente sua movimentação em circuito planetário, mas, sobretudo, reeditando o mito da propriedade fundada no trabalho próprio e do mercado como fundamento da sociabilidade humana. O conjunto dessas medidas adotado na mudança do modelo de reestruturação produtiva necessitou de um suporte ideológico e de importantes reformas político-sociais visando diluir, pelo discurso, a luta de classes e qualquer outra forma de organização societal para além do capitalismo. O decreto do fim da história, intimamente ligado ao fim da utopia, substituiu a possibilidade da luta revolucionária por práticas reformistas propositivas, institucionalizadas na forma de cooperação e parcerias editadas no âmbito da participação cidadã e da promessa de emancipação política.

Portanto, a reedição do discurso apologético do mercado, recurso ideológico embasado num retorno aos economistas clássicos e ao liberalismo nascente, serviu como veículo de consenso para as reformas exigidas. Pela trilha d'*O Caminho da Servidão*² a ideologia liberal foi alçada a neoliberalismo que de maneira dogmática eternizou o capitalismo na plenitude do consumo - potencializado pela lógica do descartável; e nas conquistas da democracia burguesa - potencializadas pelo discurso da participação representativa.

A idéia do novo que projetava a liberdade humana como possibilidade que levaria ao futuro, presente no pensamento iluminista, e defendido pelo projeto civilizatório da burguesia nascente, desapareceu. Restou, em meio aos limites da racionalidade pragmática e utilitarista, o interesse conservador da reprodução incessante do metabolismo societal do capital, ideologicamente atualizado na turva visão pós-moderna. O que vivemos hoje, na aceitação fatídica dos velho-novos tempos como imperativo categórico de um momento histórico que não mais anuncia o futuro, está

presente na *desrazão* intrínseca ao caráter totalizante do capital. Sob a ideologia que forja a consciência contingente, essa *desrazão* parece natural no limite da aparência fenomênica das promessas, irrealizáveis, de desenvolvimento para a humanidade. Não é sem razão que o ardil ideológico precisa compor, no âmbito das subjetividades, a mitificação necessária para o acatamento da atualização objetiva das estratégias, cada vez mais reificantes e desumanizadoras, da reprodução do capital.

Segundo NETO (2006), a prosperidade capitalista apregoada pela revolução da produção foi desde sempre marcada por crises. Desde 1825 até o momento imediatamente anterior a Segunda Guerra Mundial ocorreram pelo menos quatorze crises, número suficiente para dar relevo à instabilidade do sistema. Se as primeiras crises do capitalismo eram mais ou menos localizadas, a partir de 1847-1848, seguindo a própria lógica expansionista do capital, as crises foram tomando proporção mundial, como é exemplar a crise de 1929. Até aquele momento entre uma crise e outra ocorria um ciclo econômico em torno de 8 a 12 anos aproximadamente, mas após a Segunda Guerra Mundial esses ciclos foram encurtando mais e mais. Para enfrentar as crises que começavam a ter uma existência quase contínua o papel do estado foi redimensionado no âmbito da dinâmica econômica criando condições para o surgimento de políticas macroeconômicas implementadas por organismos supranacionais instituídos para administrar e reduzir o impacto das crises.

Portanto, todo o século XX foi palco de crises do capitalismo que, inicialmente cíclicas e passíveis de controle por estratégias anódinas, confluíram, pelo adiamento da resolução dos antagonismos geradores da crise, dos limites relativamente moderáveis para limites estruturais, insuperáveis dentro da ordem do capital. No rol dos “remédios milagrosos” essas medidas de caráter paliativo acabaram contribuindo para o aprofundamento da crise que vai se tornando crescentemente contínua. As estratégias de mudar para não mudar estão, cada vez mais, dando mostras de exaustão e, nas últimas décadas, o caráter contínuo da crise não pode mais ser obscurecido pelas diferentes expressões fenomênicas imediatamente visíveis. A crise não se

expressa nem se limita a uma questão técnica ou a uma disfunção monetária passageira como querem fazer crer os economistas e/ou ideólogos burgueses.

Convertida em “problema técnico”, a crise dos anos 70 foi vinculada à falta de sincronia dentro da extrema fragmentação do processo de produção taylorista-fordista. Avaliando que esse padrão produtivo acabou acarretando uma perda de tempo na resultante da soma dos tempos de espera, entre os ciclos cada vez mais curtos e cada vez mais parcelados dos movimentos de trabalho, a crise foi enfrentada com uma reestruturação da base produtiva. Contudo o “remédio” vindo do oriente na prescrição toyotista e todo arsenal neoliberal que serviu de suporte ideológico para as propaladas mudanças não logrou sanar o problema, confirmando que essa crise não se esgota num problema meramente técnico, mas como bem define MÉSZÁROS (1987a) ³, é uma crise estrutural que atinge as instituições capitalistas do controle social na sua totalidade. Neste caso, mesmo a política, que nada mais é senão a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo, é transformada em instrumento de manipulação, desprovida de sua finalidade própria, restando ao discurso político – neoliberal - apenas seguir o padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises que irrompem na base econômico-social da produção e acumulação do capital que se invalida.

A crise estrutural do capital é, portanto, o encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos, mesmo que se manifeste, como atualmente, numa crise financeira que se tece, desde a década de 90, nos problemas de liquidez, restrição de crédito, queda do dólar e na alta dos preços do petróleo, das matérias primas e dos alimentos. De forma imediata, ressalte-se imediatamente aparente, o que estamos vivendo - agora - são as conseqüências do “buraco” criado pelo capital fictício que começou com mais de 200 bilhões de euros, valor da dívida de mais de três milhões de famílias, que criou um efeito dominó atingindo grandes estabelecimentos de crédito do mundo e a economia real numa crise de proporção mundial.

Toda a etapa de liberalização e globalização financeira dos anos 80 e 90 esteve baseada na acumulação de capital fictício, sobretudo nas mãos de fundos de investimentos, fundo de

pensões, fundos financeiros hoje é que em muitíssimos países os sistemas de aposentadoria estão baseados no capital fictício (...) desde finais ou meados dos anos 90 e ao longo dos anos 2000 foi, nos Estados Unidos e na Grã Bretanha em particular, o impulso extraordinário que se deu a criação do capital fictício na forma de crédito (...) a empresas, mas também e sobretudo de crédito habitacional, créditos ao consumo e a maior parte em créditos hipotecários originando formas ainda mais agudas de vulnerabilidade e fragilidade do mercado acionário (...) existira a ilusão de que não havia limites para a alta no preço das ações, isso não podia ocorrer no setor imobiliário: quando se trata de edifícios e casas é inevitável que chegue o momento em que o boom acaba.(CHESNAIS,2008)

Logo no início do século XXI, com o estouro da supervalorização das empresas ligadas a internet, o presidente do banco central norte-americano - Alan Greenspan, com a finalidade de resguardar os investidores lançou uma política de redução dos encargos financeiros e de juros baixos. Isso induziu um enorme volume de investimentos para o mercado imobiliário gerando uma ampla rede que envolveu famílias sem grande poder aquisitivo em empréstimos hipotecários de risco e taxa variável. Prevendo o risco que corriam nessa roda-viva hipotecaria os grandes investidores venderam, para outros bancos, uma parte de seus créditos de risco, estes colocaram em fundos de investimentos especulativos, expandindo-se pelo sistema bancário do mundo inteiro, em condições tais que ninguém podia saber exatamente o que estava comprando. Foi dessa maneira que surgiu o sistema dos *subprimes* que parece ter desencadeado toda a crise financeira.

Desde 2005, com o fim da política de juros baixos, que era apenas uma estratégia artificialmente originada para minimizar as turbulências do sistema financeiro, teve início a denominada crise financeira. A partir da explosão do sistema dos *subprimes* se expandiu para além dos EUA alcançando, no segundo semestre de 2007, o sistema bancário e a economia global. Mas, em relação ao caráter financeiro e global dessa crise é fundamental observar o que Francisco de Oliveira protesta no artigo *Quo vadis capitalismus?*

Esta não é uma crise da globalização, e não apenas global. Pois ela nasceu nas periferias, China e Índia, que já nem são periferias, senão parte do centro. É uma crise clássica de realização do valor, com a diferença de que desta vez a produção do valor se dá nas agora importantes periferias citadas, enquanto sua realização depende do consumo das

classes sociais nos países mais desenvolvidos. Que ela tome logo o aspecto de uma crise financeira, *ça va sans dire*, pois o dinheiro é o equivalente geral e toda produção de valor tende imediatamente a transformar-se em dinheiro, pois como sabíamos desde Marx, dinheiro não é mais do que a circulação de mercadorias, incluindo o chamado "capital fictício" cujo delirante desenvolvimento escondeu por muito tempo as raízes materiais da crise em gestação. Daí que nos países centrais, sobretudo nos Estados Unidos, ela tenha imediatamente se convertido em crise financeira com a inadimplência das hipotecas, mas, no caminho da carruagem, o setor produtivo nos países centrais logo acusou o golpe financeiro e entrou em recessão, com o risco de transformar-se na primeira grande Depressão, com D maiúsculo, depois de Trinta. (OLIVEIRA, 2009; 04)

Apesar de não sabermos a exata extensão do problema em números reais da crise e da ajuda financeira que os bancos centrais e os governos, norte-americano, e do resto do mundo, dispuseram para socorrer o sistema financeiro em bancarrota, sabe-se das muitas centenas de bilhões de dólares e euros que foram usados para restaurar, não apenas as perdas monetárias, mas, sobretudo, a confiança no mercado frente a mais grave crise da era da economia mundializada. Em Davos - 2009, o fundador do Fórum Econômico Mundial - Klaus Schwab - manifestou sua preocupação com a complexidade e profundidade dessa crise afirmando: "o grau de perda de confiança do mundo nas suas instituições é sério". Essa afirmação é um claro indicativo que, não obstante as controvérsias a respeito da crise, é o mercado que deve ser protegido, é o capital que precisa ser reproduzido.

Também não podemos ignorar que mesmo na crise, a própria crise, serve como elemento re-ordenador do capital e, portanto, por algum tempo alguns se beneficiam. "Os administradores de fundos enriqueceram e os investidores viram o seu dinheiro desaparecer. E estamos falando de muito dinheiro, em todo esse processo", assegurou o Nobel de Economia e colunista do *New York Times* - Paul Krugmann⁴. No mesmo sentido e com ironia, *The Economist* de 6 de dezembro de 2008 mostrou na capa um imenso buraco negro, e a manchete "*Where have all your savings gone*" (para onde foram todas as suas poupanças). O título é uma brincadeira com a música "*Where have all the flowers gone*" cantada por pessoas alegres em 1968. Mas na realidade, trata-se da poupança de uma imensa massa de pessoas que foi para o buraco, e estas pessoas não estão nada felizes. O mais inquietante é que na

realidade, não desapareceu a riqueza, o mundo continua a contar com o mesmo número de casas, de carros etc. É o direito sobre estas casas e outros bens que mudou de mãos. Esta apropriação de riquezas por quem não as produziu, e inclusive desorganiza os processos produtivos, constitui um dos elementos centrais da deformação do sistema. (DOWBOR, 2009) ⁵

O SENTIDO E SIGNIFICADO DA CRISE ESTRUTURAL

Mais profunda que uma crise de dominação, que coloca em *xeque* o poder da política de consenso do capital – a crise estrutural coloca no horizonte histórico da humanidade o risco do fim da própria humanidade, como indica o rastro de barbárie e aniquilamento da natureza deixado pela produção destrutiva do capital. Neste caso, aquelas soluções provisórias, na expectativa de criar situações não definitivas, mostram-se ainda mais ineficazes. Nada foge a lógica da irreversível extensão do capital e seu domínio se estende a todos os aspectos da vida humana. Vale ressaltar que, se as conseqüências do enfrentamento de limites relativos nas crises cíclicas já se mostravam destrutivas, as conseqüências produzidas sob as condições de uma crise estrutural, atingindo as dimensões fundamentais do sistema, se mostram ainda mais devastadoras.

A cega lei natural do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais, necessariamente associados com a produção e a concentração do capital, jamais são solucionados, mas apenas adiados (...). Crescimento e expansão são necessidades inerentes do sistema de produção capitalista e, quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças (MÉSZÁROS, 1987: 53-54).

Uma análise crítica da crise estrutural do capital, na busca do seu real sentido e significado, nos permite percebê-la visceralmente ligada ao processo de reprodução ampliada do capital, que necessita de métodos cada vez mais destrutivos ante o inexorável desafio de expandir-se. A *produção destrutiva do capital*⁶, enfatizada por Mézáros (2002), tem sido, nas últimas décadas, a solução adotada pelo capital no sentido de salvaguardar a extração do trabalho excedente; a diminuição do tempo impresso na mercadoria no que tange à produção e a taxa decrescente do valor de uso, tempo necessário para o consumo. Em outras palavras, a produção de mercadorias nessa lógica

destrutiva de diminuição de tempo socialmente necessário de produção e de circulação-consumo, faz acelerar as demandas produtivas, que exigem cada vez mais força de trabalho no sentido de criar mais trabalho excedente e produzir mais valor. A efetivação desse padrão destrutivo, marcado pela urgência de consumo, é a razão da ênfase ao descartável que acelera o esgotamento das matérias primas pondo em risco o equilíbrio ecológico do planeta e o próprio homem.

Mas, de onde vem esse potencial crescentemente destrutivo que se revela no cotidiano da crise? Ainda de acordo com Mészáros, o primeiro teórico a avaliar o potencial destrutivo do capital em seu processo de auto-expansão foi Marx, mesmo quando essas forças destrutivas ainda estavam longe da plena manifestação vivida nos dias atuais. A letalidade desse sistema, hoje constatada, já estava anunciada em 1845, nas palavras do autor do *O Capital*:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam essas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas *destrutivas*. ... No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade, mas, também, para simplesmente salvaguardar sua própria existência. (MARX apud MÉSZÁROS 2002; 58)

A análise de Marx expressa bem a realidade deste início de século, a nova fase do capital mundializado que em sua mais alargada extensão de miséria e barbárie conjuga, paradoxalmente, crescimento econômico sem desenvolvimento humano, melhor dizendo, a custa do desenvolvimento humano. CHASIN (1987:18) refere-se a essa face destrutiva do capital afirmando que o desenho que se mostra do tópico ao profundo é o de um colosso desgovernado/desgovernante, complexo movente/movido que, pelo seu próprio estatuto roeu seus controles e devorou seu nexos. No gigantismo da sua hipermaturidade perdeu a proporcionalidade interna, e, com esta, os recursos compensatórios que foram capazes de engendrar novos ciclos em fases anteriores. No *Manifesto Comunista* esta problemática está posta nos seguintes termos:

Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistências em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas que dispõem não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário tornaram-se poderosas demais para essas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva tudo isso? Ao preparo de crises mais intensas e mais destruidoras e a diminuição de meios para evitá-las. (MARX e ENGELS, 1998; 26)

A história do capitalismo demonstra essa afirmação, na crescente exigência de re-ordenamento econômico e de reajuste da relação de forças a alternativa do capital tem residido na intensificação da taxa de exploração do capital sobre o trabalho, condição necessária a produção de mais-valia. Via de regra isso ocorreu, também, articulado a ciência e a tecnologia, atualmente essa prática de extração da mais-valia relativa está avigorada, e o resultado apresenta que o crescimento econômico aliado a um avanço tecnológico ímpar ampliou, também e de forma notável, a exploração do trabalho sob o império do trabalho acumulado, trabalho morto. Paradoxalmente, tudo isso se mantém invisível na sutileza da feição da exploração introduzida pela produção flexível e a forma volátil que o capital assumiu nos circuitos financeiros mundializados.

Atrás de uma aparência factual da crise, CHASIN (1987) adverte acerca da desproporcionalidade estrutural alargada, na qual se instaura o agigantamento e a desigualdade própria e intrínseca ao sistema do capital, cujo circuito internacional é tomado pelas conseqüências do super crescimento e monopolização do incremento tecnológico que desgovernam a lei do valor. Em conseqüência disso, o fluxo entre os vasos comunicantes do sistema deixam de funcionar apenas em mão única, no deslocamento das contradições no sentido centro periferia, passando a um transito de mão dupla, obviamente desigual. As contradições destinadas à periferia, que em fases anteriores eram assimiladas por completo, passam a retornar ao centro na forma de contradições multiplicadas, assim, o circuito inteiro apresenta a face de um sistema que parece ter perdido a capacidade de reter seu nexos, implodindo, por exacerbação, os laços contraditórios que antes davam coesão ao sistema.

Por outro lado, mas, no mesmo sentido, julgando ter domesticado a lei do valor, a monopolização do incremento tecnológico, de fato, pelo transtorno e constrangimento da lógica do valor, desequilibra todo o sistema aprofundando de modo vulcânico o conjunto de suas contradições, a crise passa a ser, então, a mercadoria mais abundante, e a barbárie a alternativa “natural” à auto-expansão do capital.

Chasin, como Chesnais e Mészáros, cada um a sua maneira, mas na mesma perspectiva de análise posta por Marx, expõem no centro da crise a determinação ontológica do capital: sua orientação à *expansão pelo impulso da acumulação*. É justamente a realização dessa determinação que torna cada vez mais irrefutável o caráter estrutural da crise do capital, por isso não pode haver capitalismo sem crise. Como objetivamente é a capacidade de extrair e acumular trabalho excedente a condição de existência do capital e do seu processo de auto-reprodução, cada vez mais é indispensável expandir-se gerando mais-valia para reproduzir o capital.

PELO CAMINHO DA LINHA DE MENOR RESISTÊNCIA

Para MÉSZÁROS (2002), a atual forma de *produção destrutiva do capital* expõe o fato de o capital ter, historicamente, optado pela adoção da *linha de menor resistência*, ou seja, uma tendência que o capital vem adotando na produção/reprodução de encontrar uma estratégia funcional, “capitalisticamente” mais viável e facilmente exeqüível, no curso da acumulação em vez de apreender o que as determinações materiais predicam, de modo diferente, na expansão da produção e no correspondente desenvolvimento das necessidades humanas. Assim, o capital, no imediatismo de soluções pragmáticas, tem adotado um programa de ação que vem assegurando o controle social exigido na manutenção do *status quo* sem buscar novas estratégias, ao custo do próprio capital, para produzir opções que possam incluir as possibilidades de desenvolvimento humano.

Foi na adoção dessa *linha de menor resistência* e em obediência a lógica intrínseca de expansão do capital que ocorreu a produção e circulação

ampliada, uma equação que apareceu dar certo até o esgotamento do modelo taylorista-fordista. Com as crises de acumulação e novas exigências da reprodução do capital ocorreu a exaustão funcional deste modelo de acumulação. Ante a impossibilidade da abertura de mercados, na mesma lógica da *linha de menor resistência* a saída foi acelerar a velocidade da circulação dentro do próprio círculo de consumo já existente. Vem daí toda produção generalizada do desperdício.

Essa estratégia de ampliar as transações já estabelecidas em detrimento do alargamento do círculo de consumo parece ser aos olhos do capital o caminho mais fácil, não obstante todas as mazelas que tal opção provoca ao arrancar as pessoas do círculo de consumo. Apesar do movimento produzido por esta lógica, da solução de menor custo para o capital, cobrar um elevado custo para o ser humano e para o planeta, essa alternativa só será alterada quando a opção eleita se mostrar totalmente incapaz ao que é requerido pela produção/reprodução no processo de recomposição do capital. Somente neste momento será buscada outra forma, mas seguindo sempre a mesma racionalidade da *linha de menor resistência*. (MÉSZÁROS; 2002)

Até lá resta aos capitalistas a administração da crise, deslocando as contradições subjacentes às exigências ontológicas do capital e prevenindo qualquer potencialidade de enfrentamento ou superação que possa advir do mundo do trabalho, que possa pôr em risco o padrão de distribuição adotado. É importante ressaltar que a adoção da *linha de menor resistência* não é uma alternativa apenas do capital, o trabalho também tem aderido a essa lógica. Mas, MÉSZÁROS (2002) adverte que a classe que domina está atenta às formas de controle embora saiba, melhor até que algumas organizações e partidos representativas dos trabalhadores, que a classe trabalhadora não se transformou em massa amorfa de consumidores.

A classe trabalhadora também trilha pela *linha da menor resistência*, mas certamente esse não será o caminho a ser construído para o futuro. A opção reformista tem sido muitas vezes adotada dentro da lógica do capital, contribuindo para o adiamento resolutivo dos antagonismos do modo de produção capitalista. Embora seja inegável a necessidade de ações imediatas

no que se refere à distribuição da riqueza, como exigência da miséria produzida pela exploração do trabalho, é indispensável enfrentar a armadilha estéril e enganadora de teses como a do distributivismo, adotando-o como a saída para as mazelas sociais do capitalismo dentro dos limites do próprio capital.

Para os trabalhadores o problema da distribuição deve estar ligado à necessidade de revolucionar a produção no sentido dos interesses humanos, caso contrário será mais uma estratégia, dos trabalhadores, de adoção da *linha de menor resistência*. O antagonismo fundado no e pelo capital base da riqueza e da barbárie do mundo de hoje, aponta indubitavelmente para a exigência de mudanças estruturais, não apenas do padrão de distribuição, mas no modo de produção, na totalidade social. Obviamente o interesse de revolucionar essa situação não pode ser dos capitalistas. É a realidade vivenciada pelos trabalhadores, resultante do lugar que ocupam na sociedade produtora de mercadorias, que coloca para a classe trabalhadora a necessidade de livrar-se de toda exploração e coisificação para retomar sua humanidade.

O capital tem mantido determinadamente sua rota, apesar do enorme sofrimento imposto aos trabalhadores. A opção por construir saídas conservadoras, assegurando o processo de acumulação nas mesmas bases, indica que sem revolucionar a base produtiva não se altera a distribuição da riqueza socialmente produzida e privativamente acumulada. Neste caso, a experiência pós-capitalista da ex-URSS é exemplar, pois não bastou converter os meios de produção em propriedade coletiva sob o controle do Estado se a forma produtiva permaneceu nos parâmetros do modelo fordista de produção e o mecanismo de assalariamento impediu revolucionar a exploração do trabalho.

Para muitos teóricos marxistas que vivem no contexto dessa crise, ressaltando Mézáros, a exploração do trabalho excedente, é o ponto nodal da total impossibilidade da *emancipação humana* dentro da sociedade capitalista. O capital no processo de reprodução ampliada tem dado mostras da sua incrível capacidade de manipulação bem-sucedida tanto do círculo de consumo

como da intensificação da extorsão das taxas de mais-valia absoluta, enormemente reforçada pela forma relativa. Isso tem ampliado a margem de manobra do capital retardando a maturação das suas contradições internas.

Enquanto as condições recém-criadas pelas reestruturações e reformas implementadas prevalecerem, habilitando o capital a uma nova tentativa de controle graças a uma adequada reconfiguração, a *linha de menor resistência* continua sendo a melhor saída adotada pelo capitalismo em crise. Todavia, mesmo que a forma de administrar as crises pareça ser radicalmente nova também vai confluir para o processo de exaustão das estratégias de reprodução *ad eternum* do capital. É inegável que, desde algum tempo, o capitalismo, eficiente explorador e organizador do trabalho, perdeu sua função civilizatória e as conseqüências danosas para a humanidade podem ser constatadas por todos os lados. A obsolescência planejada, o culto ao desperdício, o desemprego estrutural, a miséria humana, a guerra, mostram a notável capacidade do capitalismo de absorver oposições e amortecer contradições mesmo ao custo da irrefreável negação da humanidade e da natureza. Mas, ao mesmo tempo, tudo isso pode ser um indicativo do esgotamento das alternativas que o sistema contava para ampliar-se. Vivemos, talvez, as últimas batalhas da uma guerra do capital contra o próprio homem.

E POR FALAR EM GUERRA...

A realidade, destrutiva e sem futuro nos limites do capital, tem sido essencialmente encoberta pelo manto ideológico burguês que apregoa a ausência de uma alternativa societal ao capitalismo. Num passado recente toda a força ideológica capitalista se voltava contra seu maior oponente: o ideal socialista. Com o fim da mais impactante experiência pós-capitalista vivida no leste europeu, o capitalismo, aparentemente triunfante, pela ausência de outra opção societária no horizonte histórico imediato, tomou para si ares de eternidade. Entretanto, no anúncio de morte da utopia socialista,⁷ o capitalismo acabou por perder o alvo sobre o qual lançava suas contradições internas e, na auto-proclamada condição de única possibilidade societal, tende, a ter debitado sobre si mesmo o agravamento dessas contradições.

Entificado numa crise global, tecida em sua crescente (in)capacidade de reconstituição que esgotou a tentativa de humanização do capital através do modelo social-democrata, o capital é obrigado a confrontar-se com suas contradições internas, sem possibilidade de exportar para o inimigo pretensamente monolítico – o *socialismo* – suas inevitáveis explosões intestinas. Na exaustão das alternativas postas pelas estratégias de reprodução do capital, a guerra, mesmo com todo sofrimento e os riscos para a humanidade, voltou à pauta. Na vaga da contraposição polarizada capitalismo-socialismo que fez desaparecer do horizonte imediato a previsível guerra generalizada, lembra CHASIN (1987), que é possível reeditar dentro da legalidade constitucional dos interesses nacionais o terror e a morte de forma institucionalmente aceita, publicamente financiada e popularmente aclamada.

Também, Mészáros, no texto *A Necessidade do Controle Social*, expõe os nexos não aparentes de uma estratégia de guerra adotada pelo capital quando seus métodos “normais” de expansão falham. Escrito no contexto da situação histórica anterior a queda do muro de Berlim num mundo marcado pela necessidade vital de manutenção do equilíbrio de forças entre leste e oeste, o texto elucida quão difícil é para o capitalismo neutralizar sua sanção máxima: a guerra contra seus inimigos reais ou potenciais. Recordando o quanto essa via serviu de panacéia imediata às crises anteriores, o autor aponta algumas justificativas à adoção da guerra como possibilidade de transferir os problemas econômicos ao plano militar. Podendo, assim, exportar para a arena externa os problemas e contradições que desafiam internamente as unidades socioeconômicas, e que não poderiam ser indefinidamente adiados nem mesmo pela intensa mitificação ideológica que os sistemas estatais utilizam para manter a ordem interna.

A mais forte justificativa à utilização da guerra está no fato de o conflito bélico poder favorecer a desmaterialização automática do sistema capitalista de paliativos sociais que tendem a crescer nos momentos de “normalidade” pelo acirramento da luta de classes e pelas reivindicações das organizações representativas da população, criando graves exigências político-econômicas e onerando significativamente o fundo público. A simples iminência

de um decreto de guerra já é suficiente para estabelecer o deslocamento de incentivos econômicos para a auto-renúncia, possibilitado pelo idealismo nacionalista tão presente no inconsciente coletivo da nação dos defensores da pátria em dificuldades. É este o primeiro alívio que a guerra traz à economia. (MÉSZÁROS, 1987a)

São exemplares os diversos fatos oriundos da recente febre nacionalista dos norte-americanos após o 11 de Setembro e os fatos posteriores, incluindo a guerra televisada contra o Iraque. Inicialmente, num ardor heróico, respondendo ao apelo presidencial, a população sai às compras para não desaquecer a economia. Depois, sentindo a ameaça externa dimensionada pela mídia, um povo cheio de orgulho forjado pela ideologia republicano-democrata não apenas acata, mas, sem bem avaliar as conseqüências, defende a reformulação das leis de proteção aos direitos civis, abdicando de conquistas históricas referentes à liberdade individual em nome da defesa militar do País. Restrições aos direitos políticos e sociais e, até mesmo, rebaixamento do padrão de vida podem ser aceitos voluntariamente ante as circunstâncias de um estado de emergência, a reforma orçamentária rapidamente deliberada pelo Congresso norte-americano ilustra bem como os incentivos econômicos num momento de dificuldades, envolvendo estado e sociedade civil, podem ser abolidos ou deslocados sem contrariar a ordem vigente, pois interioriza a auto-renúncia cidadã.

Igualmente, a guerra favorece um imenso impulso tecnológico que, a partir do setor bélico, se expande de forma generalizada por toda a economia. É possível constatar que a inovação tecnológica tem servido para ampliar a margem de lucros ou implementar uma nova racionalização que responda às necessidades de expansão do capital. Quantos bilhões de dólares a economia americana e o mundo capitalista movimentam com e em torno da guerra? Até que ponto a guerra, pretensamente travada contra o terrorismo, liderada pelo capital internacional, tende a reordenar momentaneamente a economia americana refletindo na economia mundial, ambas partilhando a mesma crise?

Difícil questão para o “cidadão” cujo ideal nacionalista impede de ver os reais móveis da guerra e a sua função na lógica de reordenamento do capital dentro do circuito do imperialismo global. O significado da guerra, suas verdadeiras justificativas não aparecem na mídia, da mesma forma como não é divulgado o real sentido da necessidade de controle do capital. Apesar do discurso neoliberal, a história tem dado mostras que a intervenção do estado no mercado vem sendo, desde sempre, usada como remédio milagroso quando necessário ao capital, todavia, nem mesmo tal interferência não tem se mostrado capaz de solucionar problemas estruturais insanáveis.

estamos num momento em que a possibilidade real de uma crise, não apenas do capitalismo, mas da humanidade está posta. Uma situação muito complexa proveniente de complexas relações onde aparecem até mesmo os acontecimentos bélicos (...) e mesmo que se exclua a possibilidade de uma guerra de grande amplitude que no presente só poderia ser uma guerra atômica, estamos enfrentando um novo tipo de crise que combina crise econômica, crise ecológica e crise de civilização, que se iniciou no marco do capitalismo. (CHESNAIS, 2009)

Assim, o que se coloca hoje em relação ao capital e as condições atuais da existência humana, e que exige uma reflexão rigorosa, é: como esse sistema enfrentará suas próprias contradições internas, agora sem o alvo ideológico do *não-ser* e com o esgotamento do leque de soluções emergenciais? Pelo aniquilamento do *vir-a-ser*? Em outras palavras, quais os novos alvos do capital no sentido de dar respostas a sua contradição ontológica? Estaremos condenados a uma vida sem sentido humano perdida na necessidade mercantil do consumo e sem futuro para além do presente eternamente posto?

QUAL ALTERNATIVA?

O desafio da situação de desumanização que o homem está submetido, da destruição crescente da natureza se apresenta irresoluto nos limites de um modo de produção subordinado ao capital. Como já foi explicitada por Marx, e por tantos outros teóricos, a realização da exigência ontológica do capital, de contínua expansão, exige que qualquer obstáculo, até mesmo o próprio homem, seja ignorado e suplantado. Por isso, o capital necessita adotar processos de produção cada vez mais destrutivos.

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as conseqüências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do “subdesenvolvimento” forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado. O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação histórica desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Riqueza e miséria em coeficientes inimagináveis. Um paradoxo autofágico entre o dinamismo expansionista da realização do valor, sem precedentes históricos, e a crescente incapacidade do capital de enfrentar os seus próprios limites. Uma pulsão de contradições advindas do imperativo de crescimento e expansão do capital, o que parece ser, na leitura da classe hegemônica, a única alternativa histórica para a humanidade. Essa tem sido a saída, não obstante sua resultante ser a submissão da natureza e do homem aos interesses da acumulação do capital.

Como foi mostrada anteriormente, a alternativa do capital aos graves problemas gerados pelo processo de *expropriação*, de *apropriação/acumulação* e de *exclusão* do capital, tem sido a adoção de medidas emergenciais dentro da lógica da *linha de menor resistência*. CHESNAIS (2008b) sintetiza a alternativa adotada pelo capital para enfrentar seus limites imanentes, em três estratégias utilizadas desde as últimas décadas do século passado e que confluíram para as condições atuais de aprofundamento da crise. A primeira refere-se à liberalização das finanças, do comércio e dos investimentos que aliados a um processo de destruição das relações políticas permitiu a criação de um mercado mundializado, enquanto um espaço aberto, mas não homogêneo, que amortizou os obstáculos à mobilidade do capital e permitiu a organização do seu ciclo de valorização em escala mundial. A segunda estratégia, localizada no centro do sistema, foi a criação, numa escala sem precedentes, do capital fictício⁸ - e os meios de crédito para ampliar uma demanda efetiva compatível. A terceira, historicamente a mais importante para

o capital, foi a reincorporação, enquanto elementos plenos do sistema capitalista mundial, da União Soviética e seus satélites, e da China.

Foi essa alternativa, e suas diversas estratégias, que trouxe a humanidade a uma condição cada vez mais limitada ao imperativo da reprodução do capital que aprisiona tudo e todos em seus limites insuperáveis e reprime o caráter radicalmente ilimitado da história. A exigência expansionista do capital projeta na forma de produção e de consumo crescentemente destrutivo, inevitavelmente, a crise que exige reordenamentos cada vez mais amiúdes. Na crise atual a estratégia eleita para a recomposição da taxa de lucro tem sido a mega ajuda governamental destinada ao salvamento de bancos e empresas e a elevação da extração de mais valia.

Mas, como observa CHESNAIS (2008b), a amplitude da intervenção do Tesouro conseguiu que a contração da atividade dos Estados Unidos e a queda nas importações tenha sido até agora muito limitada. O problema é saber quanto tempo se poderá ter como único método de política econômica criar mais e mais liquidez. Será possível que não há limites a criação de capital fictício sobre a forma de liquidez para manter o valor do capital fictício já existente? Parece uma hipótese demasiado otimista, e mesmo entre os economistas norte-americanos, muitos duvidam, pois a estatização das dívidas implica a criação imediata de mais capitais fictícios para manter a ilusão de um valor do capital que está a ponto de desaparecer.

Crescem os rumores do fim da crise nas análises burguesas, mas Chesnais, no encontro realizado pela revista Herramienta em setembro de 2008 fez uma advertência muito adequada aos dias atuais: “é prematuro o discurso de que o “que o pior já passou”, quando o certo é que ‘o pior’ pode ainda estar por vir. O risco de minimizar a gravidade da situação reforça a possibilidade de que, inadvertidamente, estejamos interiorizando também esse discurso de que, definitivamente ‘está tudo bem’”.

Para o autor de *Para além do Capital*, contrariando as expectativas de Marx, no fim século XX o capital revolucionou formas de assegurar a acumulação, intensificando a exploração da *mais-valia* sem ampliar a periferia

da circulação. Isso significa que novos limites para a expansão do capital foram postos e as condições objetivas de saturação da estrutura global da reprodução do capital foram qualitativamente redefinidas. Conseqüentemente, qualquer tendência, fora da *linha de menor resistência* que aponte para a alternativa revolucionária em relação à sociabilidade parece estar, pelo menos neste momento, efetivamente bloqueada. Mas, isto não significa, sob nenhuma hipótese, que a alternativa revolucionária tenha desaparecido do horizonte da classe trabalhadora. Mesmo porque é a barbárie a melhor alternativa para a qual mostra a *linha de menor resistência*. (MÉSZÁROS, 2002)

Os capitalistas têm administrado as crises deslocando as contradições subjacentes às exigências ontológicas do capital e prevenindo qualquer potencialidade de enfrentamento ou superação que possa advir do mundo do trabalho, pondo em risco o padrão de distribuição adotado. É importante ressaltar que a adoção da *linha de menor resistência* não tem sido uma alternativa apenas do capital, o trabalho tem aderido, pela ausência de alternativas contrárias ao já estabelecido, a essa lógica. Todavia, a classe trabalhadora pode até trilhar pela *linha da menor resistência*, mas certamente esse não será o caminho a ser construído para o futuro. A história mostra que a opção reformista, mais fácil, tem sido muitas vezes adotada e que isso tem contribuído também para o adiamento resolutivo dos antagonismos do capital

Embora seja inegável a necessidade de ações imediatas no que se refere à distribuição da riqueza, como exigência da miséria produzida pela exploração do trabalho, é indispensável enfrentar a armadilha estéril e enganadora de teses que se esgotam nos marcos do capital, como a do distributivismo, adotando-as como a saída para as mazelas sociais do capitalismo dentro dos limites do próprio capital.

Para os trabalhadores o problema da distribuição deve estar ligado à necessidade de revolucionar a produção no sentido dos interesses humanos, caso contrário será mais uma estratégia, dos trabalhadores, de adoção da *linha de menor resistência*. O antagonismo fundado no e pelo capital base da riqueza e da barbárie do mundo de hoje, aponta indubitavelmente para a exigência de mudanças estruturais, não apenas do padrão de distribuição, mas

no modo de produção, na totalidade social. Obviamente o interesse de revolucionar essa situação não pode ser dos capitalistas. É a realidade vivenciada pelos trabalhadores, resultante do lugar que ocupam na sociedade produtora de mercadorias, que coloca para a classe trabalhadora a necessidade de livrar-se de toda exploração e coisificação para retomar sua humanidade.

O capital tem mantido determinadamente sua rota, apesar do enorme sofrimento imposto aos trabalhadores. A opção por construir saídas conservadoras, assegurando o processo de acumulação nas mesmas bases, indica que sem revolucionar a base produtiva não se altera a distribuição da riqueza socialmente produzida e privativamente acumulada. Neste caso, a experiência pós-capitalista da ex-URSS é exemplar, pois não bastou converter os meios de produção em propriedade coletiva sob o controle do Estado se a forma produtiva permaneceu nos parâmetros do modelo fordista de produção e o mecanismo de assalariamento impediu revolucionar a exploração do trabalho.

O fato da classe dominante está atenta às formas de controle é o reconhecimento, melhor até que algumas organizações e partidos representativos dos trabalhadores, que a classe trabalhadora não se transformou em massa amorfa de consumidores sem potencial luta. MÉSZÁROS quando reflete sobre o desafio e o fardo do tempo histórico lembra que Marx escreveu em uma de suas primeiras obras que a “produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico”, e conclui que:

Nesse sentido, preconizam-se agora atos históricos importantes porque é impossível responder com êxito ao desafio e ao fardo do nosso tempo histórico sem a criação e a consolidação das necessidades capazes de assegurar não apenas a sobrevivência da humanidade, mas também seu desenvolvimento positivo no futuro. Assim, como conclusão, consideremos suficiente a indicação dos novos atos históricos absolutamente necessários sob a urgência do nosso tempo para a criação de duas necessidades vitais das quais outras se seguirão naturalmente. A primeira é a necessidade de adotar a *economia responsável* em nosso sistema produtivo, que só a alternativa socialista hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital pode proporcionar. E a segunda é a busca consciente da determinação de superar – de uma forma historicamente sustentável – a conflitualidade/adversidade antagônica endêmica ao sistema do capital e que produz destruição em última

instância incontrolável em uma escala potencialmente catastrófica. (MÉSZÁROS, 2007, 32).

Não é possível continuar fascinado diante de uma realidade que aponta, não apenas para a da autodestruição do próprio sistema do capital, mas, também, para a possibilidade concreta de destruição da própria humanidade. *O que Fazer?* Continua sendo a pergunta mais urgente e lúcida que desafia a classe trabalhadora na luta contra a exploração do capital e pela emancipação humana. A alternativa a ser construída pela classe dominada passa necessariamente do esforço da crítica à realidade e à consciência contingente que se forma a partir dela articulada a uma prática coerente direcionada para além do capital. Nessa direção cabe, também, refletir acerca do papel da educação nesse processo de ruptura para a construção do futuro da humanidade. É urgente fazer ruir teórica e praticamente o mito, tão propagado pelo pessimismo-otimista da burguesia, da falta de alternativas frente ao capital, pois para além da doxa paralisante da negação de alternativas, a questão é: *qual alternativa?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. Democracia política e emancipação humana. *Rev. Ensaio*. São Paulo, Ed. Ensaio, 1984.

_____. Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão. São Paulo, *Cadernos Ensaio*, 1987.

CHESNAIS, F. Até onde vai a crise financeira. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, NOV, 2007.

_____. El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera. *Revista Herramienta* Nº 37. Buenos Aires, 2008a

_____. Como la crisis del 29, o más... Un nuevo contexto mundial (2008b). *Revista Herramienta* 2: 2008b.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Ed.Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. São Paulo: *Cadernos Ensaio*. Série Pequeno Formato. 2ª ed, 1987a.

_____. Política radical e transição para o socialismo – reflexões sobre o centenário de Marx. *Cadernos Ensaio*, São Paulo: Ed. Ensaio, 1987b.

_____. Atualidade histórica da ofensiva socialista. *Revista Práxis*, Belo Horizonte: Ed. Projeto, 1998.

_____. *Para além do capital*. Tradução Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico. *Poética e Sociedade* nº 13. OUT. UFSC, 2008.

_____. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo e outros. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

NETTO, J. Paulo e BRAZ Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, F. Quo vadis capitalismus? *Le Monde Diplomatique* Brasil, Maio 2009.

Em VÁZQUES, A. S. *Entre a Realidade e a Utopia*. Civilização Brasileira. RJ, 2001.

¹ Professora do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora de CETROS – Centro de Estudos do Trabalho e da Ontologia do Ser Social. Secretária do SINDUECE – Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará.
Email: bethfurt@hotmail.com

² Texto basilar das teses neoliberais, escrito por Friedrich Hayek, em 1944, depois assumido pela Sociedade de Mont Pèlerin - franco-maçonaria neoliberal-, em reação ao Estado intervencionista de matriz keynesiana.

³ Foi na conferência “A necessidade do controle social” em memória de Isaac Deutscher, e em seu prefácio de 1971 à terceira edição de *A teoria da alienação em Marx* que Mészáros suscitou pela primeira vez a questão da “crise estrutural global do capital”.

⁴ Paul Krugmann, *Folha de São Paulo*, 30-12-2008.

⁵ Dowbor, Ladislau. *A crise financeira sem mistérios*. <<http://diplo.uol.com.br/2009-01,a2772>>. Acesso em: 17.08.2009.

⁶ Categoria de análise usada por Mészáros no seu livro *Para além do Capital* voltado a crítica da economia política e para uma teoria da transição. *Produção destrutiva do capital* expressa o momento atual da reprodução do capital e a lei tendencial da destruição e do desperdício como imperativo histórico da expansão do capital.

⁷ Em VÁZQUES, *Entre a Realidade e a Utopia*, o artigo “De que socialismo falamos na utopia socialista?”, resultante de uma tese apresentada no Encontro Internacional “O Socialismo do

Futuro”, propõe uma reflexão atual onde ele fixa algumas determinações essenciais do socialismo, concluindo que se trata de uma utopia necessária em contraposição à tendência atual de decretar o fim da utopia.

⁸ Para Marx, o capital fictício é a acumulação de títulos, “sombra de investimentos” já feitos. Como títulos de bônus e de ações aparecem como capital para seus possuidores, mas não o são para o sistema como um todo, para o processo de acumulação.

ARTIGO RECEBIDO EM 16.01.2009. APROVADO EM 23.03.2009.

ESPERANÇA E PEDAGOGIA: BREVE APRESENTAÇÃO DE ERNST BLOCH,
SEU PENSAMENTO E ALGUMAS (RE)FLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

HOPE AND PEDAGOGY: BRIEF PRESENTATION OF ERNST BLOCH, HIS
THOUGHT AND SOME RE(FLEXIONES) ABOUT EDUCATION

Isaías Batista de Lima¹¹
Enéas Arrais Neto²²
Hildemar Luiz Rech³³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar Ernst Bloch, seu pensamento e suas influências teóricas, seu sistema filosófico, suas categorias centrais de análise e seu rebatimento possível no campo da educação, particularmente no que tange ao comportamento desta e suas relações com a ciência e seus prospectos quanto a uma filosofia do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, Filosofia da Educação, Sociologia do Conhecimento, Gnosiologia.

ABSTRACT

This article have objective present Ernst Bloch, your pensament end theory influences, your philosophic system, your central categories of analyses and your repercussion in education camp, partly your comportment and your relation with the science and your prospect about a future philosophy.

KEYWORDS: Philosophy, Education Philosophy, knowledge Sociology.

O pensamento de Ernst Bloch, em pleno século XXI, ainda continua sendo pouco conhecido na América Latina. As traduções são raríssimas e apenas abrangem fragmentos de sua obra, permanecendo o núcleo central de sua produção de difícil acesso ao meio acadêmico. Daí, Ernst Bloch não ter estado hodiernamente presente nas discussões predominantes da academia apesar do vigor de pensamento, rumo à prospecção de uma

filosofia do futuro fundado no Princípio Esperança tão rara de tematização na época atual, face ao presentismo das reflexões e seu apego à imediatividade do fenômeno, portanto do senso comum e da espetacularização dos fenômenos sociais e suas vicissitudes. Nesse sentido, busca-se apresentar alguns aspectos de seu pensamento a começar pela apresentação do filósofo, sua vida e sua obra⁴.

Ernst Bloch nasceu a 8 de julho de 1885, em Ludwigshafen, Alemanha. Filho de uma família de origem judaica, viveu intensamente o drama dos judeus alemães no século XX. Estudou Música, Filologia, Física e Filosofia (de 1908 a 1911), em Berlim, onde foi colega de Georg Simmel; (de 1911 a 1914), em Heidelberg, onde foi aluno de Max Weber e colega de Karl Jaspers e Georg Lukács, com quem desenvolveu longa afinidade. Com sua formação e convicção humanista e socialista, durante a primeira guerra mundial, Bloch se recusou a lutar, exilando-se na Suíça.

Bloch casou-se pela primeira vez com Else von Stritsky, que morreria precocemente, em 1921. Após a República de Weimar e com o advento do nazismo na Alemanha, em 1933, começa um longo período de exílio – Zürich, Viena, Praga e, finalmente, em 1938, os EUA, com sua segunda esposa, Karola Bloch. Terminada a segunda guerra mundial, em 1949, Bloch pôde escolher entre a Universidade Goethe, de Frankfurt, na Alemanha ocidental, e a Universidade Karl Marx, em Leipzig, na Alemanha oriental, tendo optado por esta, coerente com seus ideais socialistas. Todavia, suas idéias eram demasiadas livres e originais, demasiadas “idealistas” para o gosto da ortodoxia do partido comunista da então DDR e, após a repressão da rebelião da Hungria em 1956, quando se manifestou solidário com o povo húngaro e contra a intervenção autoritária, o filósofo e seus discípulos passaram a ser vigiados, impedidos de falar, perseguidos, por esta manifestação, em 1961, por ocasião de uma licença para visitar amigos, a família Bloch não retornaria a Leipzig, iniciando o período de Tübingen, na Suábia, ao sul da Alemanha ocidental.

Os últimos dezesseis anos do filósofo foram de intensa atividade docente e também de liderança política, desenvolvida sobretudo como inspiração da geração

estudantil e a partir daquela cidade universitária, academicamente famosa também porque, no século XIX, seus mais ilustres alunos, os jovens Hegel, Hoelderlin e Schelling, honraram o seu seminário luterano de teologia. Ali, às margens do rio Neckar, ao lado da Torre de Hoelderlin, morreu Ernst Bloch a 4 de agosto de 1977.

Em sua longa existência e peregrinação, o filósofo da utopia desenvolveu uma imensa cultura de caráter múltiplo e enciclopédico que transita pela filosofia da música, história da filosofia, filosofia do direito, filosofia da arte, enfim, toda a história da civilização, da cultura, do espírito humano encontra lugar em sua reflexão, sobretudo a história das utopias, que são analisadas nos seus mais diversos aspectos – utopias literárias e filosóficas, mas também geográficas, arquitetônicas, técnicas, médicas, religiosas.

A grande enciclopédica filosófica das utopias desenvolvida pela obra blochiana dá testemunho da abundante informação e profundo conhecimento do filósofo de tudo aquilo que podemos chamar de “margens da história do espírito”, ou seja, de tudo aquilo que move o espírito humano na direção do novo.

O gênero que Bloch escreve é o ensaio, barroco e expressionista. Em seu texto é abundante o uso da metáfora que funcionam como símbolos ou formam alegorias, pelo que se pode dizer que é ao mesmo tempo conciso e prolixo, aberto à múltipla interpretação.

Humanista e socialista, termos que identificam hoje modos de ser e pensar ultrapassados, Bloch manteve fidelidade aos ideais morais e humanos de sua juventude. À obediência ao Estado, preferiu a desobediência ao lado do pacifismo; ao alinhamento ao partido, preferiu a liberdade de pensamento e expressão. Por conta disso, por muitas vezes teve que exilar-se e emigrar, o que tornou a fazer até a idade de 76 anos, quando chegou a Tübingen. As obras completas de Bloch pode assim ser listada: *Gest der utopie*, *Erbschaft unserer Zeit*, *Das Prinzip Hoffnung* (dois volumes), *Subjekt-Objekt*, *Literarische Aufsätze*, *Spuren*, *Thomas Munzer als Theologe der Revolution*, *Verfremdungen* (dois volumes) *Turbinger Einleitung in die Philosophie* (dois volumes), *Avicenna und die Aristotelische Linke*,

Durch die Wüste, Christian Thomasius ein deutscher Gelehrter ohne Misere, Widerstand und Freiheit, Über Karl Marx, Philosophische Grundfragen I

O pensamento de Bloch tem um caráter de sistema, um sistema aberto em que se combinam dialeticamente o velho e o novo, marcado pela tensão entre o velho que não quer passar e o novo que ainda não veio. Ele integra em seu sistema filosófico o conceito de *matéria dinâmica* em constante *movimento de determinação e indeterminação*, influência de Aristóteles via Avicena e Averróis. Há também a *idéia de tendência*, de Schelling, bem como a influência de Hegel a partir da reafirmação da *unidade dialética entre sujeito e objeto, conhecimento e ser*. E, finalmente, sua maior influência é de Marx com sua *crítica radical à sociedade burguesa, defesa da união teoria e práxis transformadora e a aposta no proletariado com sujeito da história*.

Bloch se distancia do marxismo na *avaliação das superestruturas em sua relação com a infra-estrutura econômica, precisamente ao considerar que os fenômenos da mente humana e as obras da cultura são tão ligados à realidade material e tão determinante no jogo dialético sujeito-objeto que leva a história para frente, ou seja, que tais fenômenos são importantes tanto quanto as relações e produção no mundo do trabalho capitalista*. Este é o aspecto original de Bloch é a *revalorização da faculdade da imaginação humana, provocando uma reconceituação da utopia, possibilitando uma nova versão do marxismo e uma outra direção para a ética* (ALBORNOZ, 1999).

O pensamento de Bloch é embrionário de sua concepção acerca do movimento da matéria, de modo que o não entendimento desta torna impossível penetrar nos conceitos e categorias de análises que faz do ser e seu movimento.

Na filosofia grega a Matéria provém da palavra latina *matéria*, que provém de *mater*, mãe o elemento feminino, fecundável, ventre vazio e passivo, receptivo e fecundável. Assim, a matéria nasce como signo de femininidade em oposição à *forma, Idéia e Eidos*, ou seja, *pensamento*, elemento masculino que trata de ordenar, definir e delimitar as potências indeterminadas e desordenadas da matéria⁵.

De *mater* juntamente com matéria provém a palavra *matérias* ou *madeira*, pertencente ao vocábulo de campestino ou carpinteiro. A selva representa a força selvagem, a natureza exuberante e indisciplinada em oposição à ordem, ao número e a medida, o poder avassalador da natureza incontável, misteriosa, capaz de escravizar a ordem racional e de nos fazer selvagens. O cosmos, ao contrário, é o humano, o racional, organizado, definido, limitado e inteligível.

Assim, a matéria, por sua vinculação com o feminino e a selva, abriga o caráter irracional e ininteligível do abismo escuro, do caos primogênito, e que ameaça a ordem racional e inteligível da forma, passível de se contemplar com a inteligência. Estas características de irracionalidade, ininteligibilidade, caos, abismo insondável, mistério que acompanham o conceito de matéria é que se torna objeto de tematização filosófica no correr dos tempos, e, que geralmente a coloca como uma realidade no limite inferior do ser, de modo que oscila entre o ser e o nada.

Daí, na filosofia grega predomina em sua concepção de matéria, o medo ao feminino, a natureza poderosa e instintiva, a vida como lugar de prazer e desfrute. Logo, a matéria adquire seu valor unido à forma, definida pela força racional e que essa relação define sua posição entre a esfera do ser e do não-ser.

Mas, ao mesmo tempo, a matéria é a grande companheira inseparável da forma, é sua substância primeira, potência primeira para receber o ato da forma, e, segundo, potência com a forma, como parte da substância, para receber o ato de existir, de ser.

Essa postura chamada de formalista é assumida de forma extremada por Platão e moderada por Aristóteles, por conta da preponderância da forma sobre a matéria. Entretanto, se se inverte o binômio forma-matéria tem-se matéria-forma e portanto uma nova relação fundamental se estabelece, em que a matéria exerce papel predominante, aliás é ela a verdadeira e única substância, e, a forma nada mais é que acidente que se efetiva na matéria. Essa é a chamada posição materialista.

Segundo Bloch, havia outra visão alternativa no desenvolvimento da matéria no decorrer da Idade Média, graças ao que ele chama de Esquerda Aristotélica que se opõe à direita aristotélica formalizante. Bloch descobre a origem desta esquerda aristotélica a partir de Avicena, em que a matéria é tão eterna quanto a forma, ela é um ser e não necessita de outro para existir. A forma cede à matéria parte de sua realidade eficiente, assim as formas não só levam a matéria dentro de si, como o seu movimento provém essencialmente da matéria. Contudo, esse movimento da matéria não abriga um sentido mecanicista.

Para Avicena, a matéria é algo que em si mesma não tem de modo algum ser, sequer existe senão através da forma, ou seja, não existe em ato senão pela forma. Por sua vez, a forma não possui por-si-mesma ser-em-potência nem é-em-ato. O ser-em-potência é propriedade da matéria, daí convém dizer propriamente que a matéria em si mesma possui um ser-em-potência, mas o em-ato é por meio da forma. Assim, a matéria prima é em si um ser-em-potência e é em-ato pela forma. Este ser-em-potência da matéria é distinto do ser-em-ato da matéria, o qual recebe forma. Pelo ser-em-ato, a matéria participa do ser formal e é por ela que a substância é tal como é; e assim a matéria dá a substância a radical possibilidade de transformar-se e converter-se em outra substância e, portanto, pode deixar de ser a substância que é. Para Avicena, ser-em-potência equivale a potência de ser e a possibilidade de ser. A radical possibilidade de ser significa possibilidade tanto para ser-em-ato como para deixar de ser.

A natureza do ser da matéria é entender-se por uma coisa que recebe outra coisa em sua essência que antes não tinha, ou seja, a forma para juntas constituir uma nova substância. A matéria é a causa material, o ser-em-potência ou a possibilidade de ser, de onde provém todas as substâncias que se engendram no mundo físico, em um tempo concreto, em ser-em-ato e constitui uma substância específica, quando recebe a forma. Toda substância corpórea é um composto de matéria e forma. Por meio da forma a substância é-em-ato esta ou aquela coisa, ou seja, é uma espécie concreta; através da matéria a substância não é para sempre, tem a radical limitação temporal de poder ser outra coisa e deixar de ser a coisa que é agora. Assim, em toda substância composta de

matéria e de forma, se entrelaçam o ser-em-ato da forma com o ser-possível da matéria, que fazem da dita substância algo sem consistência ôntica, ou seja, toda substância é essencialmente um ser no tempo, que depois pode ser outra coisa e pode não ser o que é agora.

Pela união entre a matéria e a forma que constitui a matéria composta, a substância; o ser-em-ato da forma e o ser-em-potência da matéria coexistem em cada uma delas. Pela forma e sua forma de ser-em-ato as substâncias individuais compostas, por exemplo cama, são o que são; pelo ser-em-potência da matéria essas substâncias corpóreas individuais são genéricas e corruptíveis, por exemplo a madeira da cama, continua sendo madeira e sujeita a corrupção do tempo, bem como guarda a potencialidade de converter-se em outra coisa, ou seja, começam a ser e deixam de ser ou se corrompem. Portanto, matéria existe na substância comporta um duplo ser: é-em-ato, causado pela forma, e é-em-potência, pois passível de receber novas formas ou deixar de ser. Sem o ser-em-ato da forma corpórea, não existe a substância individual composta, nem existe o ser-em-potência da matéria, ou seja, sem a concretização do ser-em-ato da forma a substância não existe, nem a matéria prima e seu ser-em-potência. Daí, Avicena, considerar que a forma é a causa da matéria e esta não pode ser constituída pelo causado.

É, portanto, no contexto posto pela relação entre forma e matéria, considerada a partir do ato e da potência é que o atual e o possível se entrelaçam em todas as substâncias compostas. São substâncias gerais e corruptíveis que significa que podem começar a ser e que podem deixar de ser o que são. O atual existe com o possível e o possível existe com o atual.

Para Avicena, o possível é indiferente em relação ao ser e ao não-ser. O ser é ser necessário quando encerra em si mesmo a necessidade de ser, ele necessariamente é. O ser possível é aquele que, por sua própria essência é sempre um ser possível, pode vir a existir, a ser, ou não existir, não-ser.

Os seres possíveis temporais são mais imperfeitos e sua consistência existencial, recebida da Causa Primeira se dá através do Entendimento Ativo e é mais tênue. Por isso, são em ato só por algum tempo, o que significa que do não-

ser atual passam ao ser atual para voltar novamente ao não-ser atual. Sua contingência ôntica faz com que seu ser passe a estar sempre a ponto de dissolver-se, renovar-se.

O possível é potencial em toda substância composta em razão do ser-em-potência da matéria, que precisa de uma causa externa para convertê-la em ato e em virtude de, em si, se encerrar como ser-em-potência é imperfeita e incompleta. A matéria encerra toda a potência de ser, o que significa que abriga toda possibilidade de converter-se em ato. Toda substância que existe no mundo físico, preexistia em potência na matéria. Todo ser atual teve, para existir, que ter sido previamente ser-possível na matéria.

Enquanto, para Averróis, a matéria é ser-em-potência, dotada de um modo de ser que implica disposição de existir depois em ato. Logo, esta definição de matéria leva em conta dois aspectos fundamentais: 1) a matéria é ser; 2) seu ser é ser-em-potência. Desta forma, a matéria se opõe ao não-ser ou ao nada, pois dizer que a matéria é ser-em-potência implica dizer que a matéria não é ser-em-ato, mas chegará a ser ser-em-ato. Sabemos que a forma é o ato e o ato é inerente a forma cuja potência é adquirida da matéria. Contudo, apesar de ser ser-em-potência, a matéria é substância dotada da mais ampla potência ou disposição a receber formas múltiplas.

A matéria prima é o primeiro sujeito que não pressupõe nenhum sujeito a ela anterior, pois se assim o fosse, estaria dotada de forma, esta forma é mais perfeita e limite do ser sensível. A matéria prima, em si mesma, não possui limite algum, não tem nenhum tipo de dimensão ou quantidade determinada, antes do advento da forma substancial, existem as dimensões em potência ou não definidas por seus limites. As dimensões existem, em consequência, na matéria prima em potência, de modo indeterminado. Do mesmo modo que existe na matéria prima, de um modo indeterminado e em potência, a forma ou formas que vão receber forma. Isto nos conduz à opinião de que a matéria prima possui uma quantidade de acidente a partir dos quais se dispõe para receber a posterior forma substancial específica. Ou seja, a matéria prima está sempre acompanhada da forma accidental e que ela jamais se desnuda destas dimensões indeterminadas.

A matéria prima em sua indeterminação ou imperfeição e com sua disposição radical para receber determinações por uma infinidade de formas distintas e substanciais é a origem e a causa imediata de todo o movimento substancial.

Averróis parece estabelecer uma relação de igualdade entre a matéria e sua potencia, ou seja, o ser da matéria é potência ou disposição para existir depois em ato; assim a matéria é reduzida a pura relação com as formas das quais depende ontologicamente. Donde se conclui que todo o existir da matéria provém da forma, por isso não pode existir sem forma, se existisse sem forma, seria como existir o que não existe. Assim a matéria parece como o que não existe, o inexistente.

Daí, conclui-se que as substâncias compostas são unas, mas em razão de ser da forma. A matéria é esta substância individual pela forma, ela contribui ao composto por meio de sua potência, sua disposição para receber forma.

Toda possibilidade é uma relação necessária ao que é possível e pressupõe um sujeito que recebe a coisa possível e este sujeito de possibilidade ou coisa que recebe a possibilidade é a matéria, possibilidade de receber formas distintas e de ser outras coisas distintas do que agora é.

Já a potencialidade ou disposição de receber formas não é uma parte da substância da matéria, nem pertence à definição de matéria. A potencialidade se refere ao predicado da relação e não ao predicamento da substância, assim se insere na substância da matéria prima.

As disposições, potências ou possibilidades que a matéria encerra de receber múltiplas formas substanciais, supõem a possibilidade do devir dos seres ou substâncias distintas do que agora é, seres distintos que não-são, mas que podem-ser.

Averróis ao falar dos seres possíveis da matéria tem assertivas que são emblemáticas, como: “todo o inovado é possível antes de sua inovação” e “tudo o que sempre tem sido possível há de existir necessariamente na eternidade”. Logo, possível e atual, ser-em-potência e ser-em-ato são termos correlativos que não se pode entender um sem o outro. Todo o possível ou em potência é possível apenas

em relação a algo atual futuro ou na medida em que desvendará algo atual futuro ou na medida em que desvendará algo atual. Existe uma relação necessária e essencial entre o possível e o atual e vice-versa. Do atual, do existente, podemos deduzir o possível. O possível é possível não só porque existe no atual, mas também porque em algum momento futuro chegará a ser atual, e, o atual é atual não só porque existe, mas também porque foi possível em algum momento do passado. O possível e o atual se condicionam mutuamente, são partes do pêndulo do ser que se move eternamente e passa do possível ao atual e do atual ao possível.

Nada do possível deixa de fazer-se e nada do que se faz deixou de ser previamente possível. Assim, todo o possível se atualiza e executa. Só é possível o que chega a atualizar-se e se atualiza só o que é possível.

A tese-síntese do sistema blochiano funda-se na assertiva de que no real há um não, resumido na frase: *S ainda não é P*. O sujeito ainda não é o predicado ou ainda não detém todo o predicado que pode ser. Assim, o homem se caracteriza como um ser inacabado. Como o homem é um ser de pulsões e o é precisamente por conta de seu inacabamento tende ao seu epílogo a partir das tendências que lhes constituem. O estímulo de base que mobiliza os homens são suas carências, cuja pedra de toque é a fome, mas as fomes dos homens são diversas em quantidade e qualidade, não se resumem às suas necessidades de existência, há também outras necessidades como as espirituais, estéticas, éticas, sexuais, enfim. Logo, as raízes antropológicas da esperança residem no sentido mais profundo da existência humana – as suas carências. Fato mais elementar, empírico e concreto da existência fenomênica do homem, aparentemente banal, mas que reflete os móveis da ação humana rumo a uma vida melhor e que abriga um sentido de universalidade, que é a possibilidade da consciência que nos remete a uma reflexão ontológica acerca da condição humana concreta e o acesso aos meios de satisfação de nossas necessidades mais primárias. Logo, não é uma reflexão sobre as condições de nossa satisfação individual, mas do gênero humano enquanto tal. É esse patamar de conscientização que permite ao homem os primeiros esboços de uma utopia concreta, universal.

As diversas carências ou fomes dos homens se revelam em seus sonhos. A imaginação, não somente aquela que torna possível a antecipação do objeto acabado que será o fruto do trabalho propriamente humano, mas aquela que torna também possível a antecipação de outros modos de vida alternativos, futuros, ou seja, as utopias; é por esta capacidade que os homens se inserem no processo de modificação constante, próprio da matéria, que está na base do ser da natureza e do próprio homem.

Os sonhos humanos, que manifestam suas carências, se apresentam em duas categorias: os sonhos noturnos e diurnos. Os sonhos noturnos, de acordo com a afirmação de Freud, põem em cena a realização de desejos, que remetem ao passado, ao já não consciente, e aparecem sob a forma disfarçada de símbolos. Enquanto os sonhos diurnos, ao contrário, são os sonhos acordados, vão em busca das possibilidades do futuro e aparecem diretamente em imagens, sem a mediação de símbolos. Enquanto, salienta Bloch, o sonho noturno exige ser interpretado, o sonho diurno exige ser posto em prática, ser efetivado. E se aquele revela nossos traumas infantis, este se volta para a transformação do mundo.

O sonho diurno é de qualidade superior quando se desnuda de seu caráter subjetivista, individual abstrato, e se manifesta como utopia concreta e coletiva, precisamente ao sonhar com uma sociedade onde os trabalhadores detenham o poder, este é um sonho coletivo de qualidade utópica, indicando o novo, o que ainda não é e que, embora não sendo, não é impossível, pois presente no movimento em latência do real. Portanto, o sonho diurno é a base antropológica da utopia concreta, em que o sonho racional prospectivo é o vínculo da esperança, forma desenvolvida do afeto que já não é apenas afeto, mas ato cognitivo. Assim, o sonho diurno é o meio a partir do qual o homem transcende o presente imediato, o fático e projeta o novo, este ao alcance da razão. Nele o homem está prenhe da busca de uma vida melhor, daí tende para o futuro e reclama sua atualização, cujas expectativas repousam nas possibilidades concretas presentes em latência no movimento da realidade

Além disso, a imaginação utópica revela o não acabamento, a incompletude do mundo. O mundo não está fechado, mas em aberto e sujeito a

modificações pois ainda não foram esgotadas em suas possibilidades. Neste sentido, o horizonte da utopia concreta é o que faz aparecer o real como algo em aberto e inacabado e isso inclui as possibilidades latentes em movimento.

Entretanto, os possíveis para Bloch têm graduações, ou seja, os possíveis não são igualmente possíveis. No terreno do ser em possibilidade, em primeiro lugar, há o *possível formal*; o possível apenas no plano da linguagem e do pensamento, portanto abstrato e subjetivo, marcado pelo otimismo irrefletido que ignora as possibilidades presentes no real. Mais preciso que o possível formal é o *possível objetivo no nível dos fatos*, possível no plano do conhecimento, segundo o estado atual da ciência, marcado por um nível de consciência antecipadora, mas parcial e descontínuo e não chegar a uma consciência de uma totalidade em movimento. O terceiro nível do possível, segundo Bloch, é o *possível objetivo-coisal conforme a estrutura do objeto, objetivo, ontológico*, este é o do parcialmente condicionado no plano do ser dos objetos mesmos e em seus comportamentos de coisas, em suas relações de coisas. Neste nível a atividade humana participa de forma consciente do movimento da matéria, do qual não pode escapar, que se passa fora dele e sem ele, logo nega a subjetividade e constrange sua ação sobre o real. E, finalmente, o quarto nível do possível, o mais característico de sua teoria da possibilidade, o *possível real-objetivo, dialético*, possível objetivamente real ou realmente objetivo, que é a própria definição do princípio esperança, que permite entender a relação necessária entre a atividade humana e o dinamismo da matéria, ou seja, *sem a matéria não existe solo para a antecipação (real); mas sem a antecipação (real) a matéria fica sem horizonte* (FURTER, 1974:114). Portanto, é incipiente constatar o movimento da matéria, pois este é cego, é necessário que lhe seja dado um caminho que só o homem por ter consciência antecipadora pode propor. Contudo, não pode ser uma proposição arbitrária, abstrata, metafísica, antes têm que está inscrita nas tendências e latências do movimento da matéria. Em outras palavras, o real está em movimento e cabe ao homem dá-lhe o rumo, dá-lhe um projeto humano.

Bloch reconhece assim a possibilidade objetivamente real de algo, onde há a possibilidade formal e a presumibilidade em função do conhecimento dos

fatos, mais a abertura determinada pela estrutura mesma do objeto real, existem também predisposições subjetivas a ponto de haver já uma determinação para realizar-se, uma “determinidade de futuro”, ou seja, que estejam reunidas as condições objetivas e subjetivas para a determinação do futuro. Esta determinação está presente embrionariamente no próprio movimento da matéria, mas de maneira cega, daí cumpre ao homem transformar a realidade emprestando-lhe uma teleologia, um conteúdo finalístico.

A matéria é dinâmica traz em si mesma o ser-em-possibilidade, bem como o ser-segundo-as-possibilidades; por isto, é determinada, torna-se determinada e determina-se segundo as possibilidades que também são determinações contidas nela mesma. Portanto, não é fruto do arbítrio abstrato de uma intencionalidade subjetiva, mas sem esta não consegue em-si e por-si atualizar-se.

Nesse sentido, o possível já está em germe no real; e por isto é um possível objetivamente real; mas só é real na forma do possível, quer dizer, do não totalmente realizado, tampouco mecanicamente irá se realizar em-si e por-si, apesar dos germes já serem da matéria e da realidade enquanto potência e potencialidade, enquanto disposição para realizar-se. É o ser ainda não realizado, mas possível pela própria base material do ser que aí se mostra como possível, nestes germes de realidade utópica que hoje adquirem realidade sob a forma da obra de arte, do ideal ético ou dos sonhos de superação.

Sendo a esperança uma antecipação do futuro; sendo também um afeto, mas que revela a existência de possibilidades em aberto na base material do ser do mundo, da natureza e do homem e, de certo modo, expressa a percepção de tais possibilidades objetivo-reais, as tendências e latências inscritas no presente; sendo tudo isso, a esperança é uma espécie de conhecimento, o conhecimento do que ainda-não-é; um conhecimento aberto para o devir futuro; uma presciência com base no ainda não realizado mas possível, que parece justamente assim, sob forma de expectativa madura e consciente: como esperança.

Por essa realidade da esperança ancorada no que está por vir concreto, pois tem passagem pelo último nível do possível que é onde além das potencialidades inscritas na matéria como ser-em-possibilidade há também o impulso para o verdadeiro ser do mundo e do homem, projetado sobre um futuro, pode Bloch deduzir a necessidade moral do projeto da utopia.

Por trás do discurso especulativo blochiano, se apresenta uma original teoria do conhecimento em que “esperança” é o nome dado ao conhecimento do que ainda-não-é, à presciência que leva em conta as possibilidades reais-objetivas para o futuro da realidade presente; mas ainda por trás dessa gnosiologia, ou uma nova gnose, o que na verdade ocorre é uma filosofia da ação implícita na opção socialista.

A ética da solidariedade blochiana exige a superação das relações de exploração capitalistas e portanto pode bem ser posta como uma ética de transformação. É pela solidariedade com os explorados, humilhados e ofendidos, que se constrói a nova ética. Portanto, é no contexto das relações entre teoria e prática que se apresenta no texto blochiana que o marxismo deve atingir não só as relações dos homens com a natureza, por um trabalho desalienado, mas as relações entre os homens, mediadas pelas que mantêm com a natureza.

Em resumo: sobre base ontológica e cosmológica posta pelo pensamento de Bloch, ou seja, a matéria e a natureza como agente, o sonho acordado dos homens aparece como sendo o lugar em que se revelam as tendências e latências inscritas na própria matéria. Neste primeiro plano, o sonho acordado perscruta as possibilidades objetivo-reais enquanto possibilidades objetivas de acordo com a estrutura das coisas, ancoradas no subjetivo-objetivo do homem e é o lugar onde se manifesta a força dos seus impulsos e carências.

Assim, o sonho humano é construção de um afeto chamado esperança que, não tendo só afeto, é também ato cognitivo e vai aparecer no pensamento de Bloch como forma de conhecimento das possibilidades para o futuro; conhecimento não é contemplativo, mas ativo ao se tornar ação transformadora do presente que ainda-não-é segundo todas as imanentes do ser em possibilidade. Essa é a base gnosiológica do sonho humano para Bloch.

Finalmente, como momento particular da urdidura da utopia concreta, o sonho acordado já é função de um fim longínquo, que rege a ação transformadora e o otimismo militante; portanto, nesse plano final, o sonho acordado do homem toma um caráter ético, tem o conteúdo de norma ética, é também a norma: essa está no fim último que orienta o sonho. Logo, a esperança funciona como princípio orientador da ação humana, porque tem fundamento no ser material do homem e do mundo.

O caráter ético, moral e utópico que aporta ao pensamento de Bloch remete para algumas reflexões acerca da educação e sua forma de ser. Precisamente por identificar a análise filosófica como devendo se reportar à existência humana aberta ao futuro, a educação abriga exatamente tal conteúdo em seu núcleo fundante, ou seja, formar as gerações presentes para a construção do futuro, certamente no dizer de Bloch, um futuro melhor, uma sociedade melhor, uma sociedade socialista.

Tal reflexão proposta subjacente para a educação deve estar cimentada no entendimento do caráter de inacabamento do homem e do mundo e na perscrutação de suas possibilidades para frente, cuja pedra de toque seja a esperança. Nesse sentido, a educação guarda um compromisso intangível com a luta pela superação das condições de vida atual que aliena, escraviza e impede ao homem o acesso as condições mínimas para a satisfação de suas carências, não no sentido do consumismo alienado da sociedade de consumo, mas no sentido propriamente humano, desalienado. Assim, não pode ser um compromisso por uma satisfação de carência de indivíduos isolados, segregados, mas no sentido universal, gregário, genérico, em que o homem pleno e autêntico esteja presente e sua quiddidade.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar o pensamento de Ernst Bloch e seu rebatimento possível no campo da educação. Verificou-se então o relativo desconhecimento de seu pensamento particularmente na América Latina fruto de

poucas traduções de suas obras e ainda assim de modo fragmentário. Apesar do caráter enciclopédico da formação de Bloch e de seu estilo de escrever, sob a forma de ensaio, não comprometeu a profundidade e agudez de seu pensamento, que abriga um caráter de sistema, um sistema aberto ao futuro.

Uma das pedras originárias de seu pensamento, senão a mais importante, é a análise materialista que faz na tematização do ser a partir da concepção do que ele chama de esquerda aristotélica, identificada em Avicena e Averróis. Em Avicena, visão a matéria não se identifica com o não-ser, nem com o nada. Mas, a matéria possui uma forma de ser, ela é ser-em-potência e o é em ato por meio da forma, neste sentido a matéria é causada, na ordem da existência, pela forma. Para Averróis, a matéria é composta por dois aspectos fundamentais, ela é matéria e, o que lhe é específico, ela é ser-em-potência. Assim, em ambas as concepções, a matéria é matéria primeira, matéria-prima, é o primeiro sujeito e não pressupõe nenhum outro a ela anterior. Contudo, ela não tem nenhum conteúdo, limite, quantidade ou qualidade, antes da forma substancial, ou seja, ela é potencialidade múltipla e diversa. Por isso, ela é a origem imediata de todo o movimento substancial. Daí, a matéria é reduzida à pura relação substancial com a atividade da forma que lhe informa. Em outras palavras, as possibilidades da matéria pressupõem um sujeito que recebe essas possibilidades e informa, dando-lhe outra configuração substancial que ainda não têm.

A partir de tal relação Bloch valoriza a faculdade da imaginação humana na relação com a transformação do real, provocando uma nova interpretação do marxismo orientando-o para uma ética. Ao mesmo tempo, que parte de uma antropologia fundada nas carências do homem que se revelam em seus sonhos, que ele chama de sonhos acordados, neles o homem, como ser de carências, projeta suas necessidades e as possibilidades de sua satisfação em modos de vida alternativos do então vigente, encaminhando-o para a utopia. Entretanto, a busca por satisfazer tais carências não se resumem a uma busca de caráter individualista, mas para se tornarem uma utopia concreta, portanto de caráter superior, devem se orientar para a satisfação das carências do gênero. Tal busca é possível precisamente porque a consciência antecipadora revela o caráter

de inacabamento do mundo e do homem que são ontologicamente abertos a novas possibilidades, fruto do próprio movimento substancial da matéria e da capacidade do homem emprestar-lhe uma teleologia.

Nisto reside o conteúdo da esperança, ou seja, a antecipação do futuro, que não é simplesmente satisfação de carências, mas movidas pelo afeto e pelo desejo conforme as possibilidades latentes e abertas no movimento substancial da realidade.

Daí, a educação deve abrigar essa busca pela completude ontologicamente incompleta do homem. Desse modo, é impossível falar em educação, em termos blochianos, sem falar em ética, moral, utopia, desejos. A educação deve abrigar uma epistemologia e uma gnosiologia capaz de compreender os fundamentos científicos do movimento da realidade, ao mesmo tempo em que deve desenvolver uma compreensão de mundo como algo em aberto, inacabado e o resgate do papel do homem como sujeito da busca dessa completude que nunca se esgota, mediado pelo busca de uma vida melhor para o gênero em sua universalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O enigma da esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. *Ética e utopia: ensaio sobre Ernest Bloch*. - 2ª. ed. ver. - Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul, RS: Ed. da Unisc, 2006.
- _____. *Violência ou não-violência*. Sta Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Vol. I., Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.
- ESTÉVEZ, Antonio Pérez. *La Matéria – de Avicena a la Escuela Franciscana*. Maracaibo-Venezuela: Ediluz, 1998.
- HABERMAS, J. Ernst Bloch – um Schelling marxista. In: Habermans, J. *Sociologia*. (Org. Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo : Ática, 1991.

MUNSTER, Arno. *Ernest Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

FURTER, P. *A Dialética da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

¹Professor Assistente da Universidade Estadual do Ceará (UECE/CECITEC), Filósofo, Especialista Filosofia Política, Mestre em Educação, Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC, Bolsista do PICDT|CAPES.

² Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Arquiteto, Mestre em Sociologia, Doutor em Educação, Pós-Doutor em Filosofia da Arte e Subjetividade, Coordenador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC. E-MAIL: eneas_arraes@hotmail.com

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará – UFC, Filósofo, Mestre em Filosofia, Doutor em Filosofia pela Unicamp, Pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC.

⁴ Apresentação da vida e obra do autor extraído do texto da Prof.a Suzana Albornoz intitulado “Felicidade Prometida”, exposto no site: <http://www.Unisc.br/cursos/graduação/filosofia/docs/ernst_bloch_felicidade_prometida_suzana_albornoz.pdf> Acesso em 04.07.2008.

⁵ Na análise do conceito de matéria e seu movimento, tomamos por referência o brilhante livro de Antonio Pérez Estévez intitulado *La Matéria – de Avicena a la Escuela Franciscana*.

ARTIGO RECEBIDO EM 12/02/2009. APROVADO EM 29/03/2009.

MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS EM BELÉM

MEASURES OF DEMOCRATIZATION OF THE MANAGEMENT AND TEACHING WORK IN PUBLIC SCHOOLS IN BELÉM

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos¹

RESUMO

Trata de resultados de estudos e pesquisa realizados pelo Observatório de Gestão Escolar Democrática objetivando examinar como as medidas ditas democráticas estabelecidas a partir de 1988 foram incorporadas às escolas públicas de Belém que propiciaram algum rebatimento na gestão e no trabalho docente, tais como: eleições diretas para gestor escolar, criação de projeto político-pedagógico e conselhos escolares; hora pedagógica e programa dinheiro direto na escola – PPDE. A partir de uma metodologia quali-quantitativa, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, questionários, além da observação não-participante a um universo de 14 professores, 10 diretores, 10 funcionários, 10 pais de alunos e 10 alunos pertencentes aos Conselhos Escolares de 05 escolas municipais e 05 estaduais de ensino fundamental de Belém. Os principais impactos das políticas democratizantes na gestão e no trabalho docente revelados pela pesquisa ainda são tímidos, mas se fazem sentir não na direção esperada pelos idealizadores das políticas, refletidas na elevação considerável de atividades escolares, que os docentes precisam e devem cumprir, como: participação em muitas reuniões, o preenchimento de fichas avaliativas de alunos, integração com os pais, novas metodologias que precisam aplicar, sem conhecer direito seus fundamentos, dar conta de cada aluno individualmente, sem condições, já que as turmas continuam muito extensas.

PALAVRAS-CHAVE: gestão escolar - democratização da gestão - trabalho docente

ABSTRACT

These results of studies and research conducted by the Center for Democratic Management School aiming consider measures such as democratic set from 1988 were incorporated into the public schools in Bethlehem that provided some hittin in management and teaching, such as direct elections for school manager, creation of the political-pedagogical project and school boards, teaching hours and money directly to school program – “PPDE”. From a qualitative and quantitative methods were applied semi-structured interviews, questionnaires, in addition to non-participant observation to a universe of 14 teachers, 10 principals, 10 staff, 10 parents of students and 10 students belonging to the School Board of 05 municipal schools and 05 state elementary schools in

Belem of the main impacts of democratizing policies in management and teaching revealed by the survey are still timid, but are felt not in the expected direction by idealizers policy, reflected in the considerable increase in school activities that teachers need and must meet such as: participation in many meetings, the completion of evaluation sheets for students, integration with the parents, who need new methodologies to apply, without knowing their right reasons, to account for each student individually, without conditions because the classes are still very extensive.

KEYWORDS: school management - democratization of the management – teacher works

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de estudos e pesquisa sobre gestão democrática da escola pública de Belém, na qual examinamos as medidas democráticas incorporadas às unidades escolares, tais como: eleições diretas, projeto político-pedagógico coletivo, conselhos escolares, hora pedagógica e programa dinheiro direto na escola, que propiciaram algum rebatimento na gestão e no trabalho docente.

A metodologia privilegiou a análise qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas, questionário, fichas de registro de observações não participantes, para extrair elementos de respostas aos seguintes indicadores: grau de satisfação, importância atribuída aos Conselhos Escolares; tipos de lideranças, imagem da escola; percepção por parte dos sujeitos sobre as nuances ocorridas a partir das medidas de democratização da gestão incorporadas às escolas.

Neste recorte, trataremos apenas da relação entre democratização da gestão e trabalho docente, por meio de eleições diretas para provimento do cargo de direção escolar, criação de Conselhos Escolares, construção de projeto político-pedagógico em cada escolar e hora pedagógica e trabalho docente, aqui compreendido como a forma em que o trabalho do professor se organiza na escola com a finalidade de alcançar os objetivos educacionais, aí incluindo modos como suas atividades estão discriminadas, a distribuição das tarefas e competências (no sentido de que pode e deve fazer), a hierarquia, salário, jornada e condições e contratos de trabalho, qualificação, enfim, que se referem às relações de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

As medidas de democratização incorporadas às escolas são consideradas, por dirigentes e estudiosos da área, (XAVIER & SOBRINHO, 1999) como instrumentos

importantes para a democratização da gestão escolar, dada as dificuldades por que passa a escola pública brasileira e, em particular, a paraense. São fundamentais para a qualificação da escola e têm sido justificadas por meio de argumentos técnicos, em nome da modernização, da eficiência, da eficácia, apregoados pela administração do tipo empresarial, em que se otimizam os meios para o alcance dos fins desejados. Disseminase pela mídia e até nos estudos a necessidade de atribuir-se uma rentabilidade econômica à educação, por meio de um planejamento eficaz. Como exemplo disso, temos os programas de descentralização financeira das escolas públicas como o PDDE, que estimula e utiliza princípios da administração e contabilidade privada; a autonomia, as parcerias, a participação da comunidade na escola, dentre outras.

Tais medidas de descentralização financeira têm sido bem recebidas pelos sujeitos escolares, especialmente o Programa Dinheiro Direto na Escola, que veio suprir uma grande deficiência da Escola, que na maioria dos casos não contava com recursos para despesas de pronto pagamento que exigem soluções rápidas, ainda que as estaduais recebam um fundo rotativo e as municipais um suprimento de fundo, que não conseguiam dar suporte para as despesas de manutenção da unidade.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que tais programas permitiam alguma autonomia das unidades escolares, davam abertura para que estas buscassem captar mais recursos de outras fontes, por intermédio de parcerias ou promoções diversas, uma vez que os Conselhos Escolares, que são os órgãos por meio dos quais se repassam e gerenciam os recursos, viraram unidades executoras, com personalidade jurídica e competência, portanto, para administrar recursos financeiros. Ressalte-se que o MEC se orienta por uma lógica mercantil de oferta de serviços, em que a própria operacionalização do PDDE se baseia na parceria (Brasil, 2004.)

Mas o próprio Ministro da Educação, Tarso Genro, em matéria no Jornal “Folha de São de Paulo” de 18.01.2005, afirma que: “*A educação é uma questão política de Estado de caráter estratégico, não um ‘nicho’ do mercado para experimentação dos princípios da administração e da contabilidade privada*”. É uma contradição, porque as políticas educacionais implementadas e continuadas pelo governo Lula, encaminham em direção ao mercado, induzindo as escolas a firmarem parcerias, a partir de uma lógica mercantil.

O trabalho docente, por exemplo, é um dos eixos das mudanças apregoadas pelos órgãos da educação, em nome da melhoria do processo ensino-aprendizagem. Assim as medidas adotadas, a partir das reformas dos anos noventa, e mais decisivamente com a LDB 9394/96 repercutiram na organização do trabalho na escola,

como: ampliação da autonomia, maior dispêndio de tempo dos professores para atendimento dos seus alunos, reuniões coletivas, participação na elaboração do projeto político-pedagógico, maior participação dos pais na escola (OLIVEIRA, 2002).

No caso particular das escolas municipais de Belém, com a implantação do Projeto Pedagógico Escola Cabana, que incorporaram novos critérios de enturmação dos alunos por ciclos, novas formas de avaliação, com o acompanhamento sistemático e registrado do aproveitamento dos alunos em cadernetas individuais, planejamento coletivo sistemático, ao lado de uma maior participação nos Conselhos Escolares para administrar os recursos financeiros.

Não foi apenas nas escolas municipais que ocorreram tais mudanças, as estaduais também sofreram impactos com as novas medidas de democratização-descentralização, advindas das reformas educacionais dos anos noventa: a necessidade de elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico, participação nos Colegiados Escolares, integração com a família, dentre outros.

Como se pode observar foram mudanças significativas na organização e gestão do trabalho docente. Alie-se a isso, que tais responsabilidades e atividades não se fizeram acompanhar de melhoria das condições concretas de trabalho, aí incluindo salários dignos, estímulo à elevação da formação, diminuição das jornadas de trabalho, vínculo do professor a uma determinada unidade, salas de aulas em condições adequadas de funcionamento.

No que se refere à formação continuada: os resultados da pesquisa revelaram que 83% dos professores fizeram algum tipo de curso, sendo 14% com especialização e 3% com mestrado, mas as condições materiais e financeiras não permitiram a realização de formação, segundo os entrevistados.

Ainda não há planos de carreiras aprovados funcionando na rede estadual. A forma de ingresso na escola e na função: 85% ingressaram via concurso público e 10% vieram transferidos e 05 contratados. A maioria trabalha além de 200/h mensais e (51%) possuem outros vínculos empregatícios com Estado, ou Prefeitura ou/ e particular.

Sabe-se que há um fundo de verdade, nas razões alegadas pelo Estado sobre a má gestão das instituições públicas, para justificar a necessidade de mudanças na gestão, porque há efetivos problemas com ela, mas isso não se configura, a nosso ver, como um dos principais óbices enfrentados pelas escolas paraenses.

Importa salientar que não somos contrários a uma educação de qualidade como meta permanente, mas à concepção mercantil, amplamente disseminada na sociedade, bem como a forma como sendo tratada a questão pelas forças hegemônicas

dirigentes do País, em que constantemente tentam desqualificar os serviços públicos, o que a nosso ver, pode ser uma forma enviesada de avaliar a questão, porque não é por ser pública que a educação é ineficiente e precária historicamente, mas, em decorrência de um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam: i) a quase total ausência de políticas educacionais sérias, conseqüentes, orgânicas, antecipatórias e continuadas, ii) a falta de investimentos nas condições infra-estruturais e, ao lado disso, iii) a ausência de um sistema eficiente de controle social dessas políticas e, particularmente, de um sistema de avaliação permanente dos trabalhadores educacionais.

Como se reconhece há efetivamente deficiência no trabalho de profissionais ligados à educação pública, como acontece em qualquer profissão, expressos, sobretudo, no pouco ou nenhum compromisso de muitos dirigentes e até de professores com a educação, num descaso com seu trabalho, revelados na pesquisa por meio de uma taxa significativa de absenteísmo, despreparo no trato com os alunos e seus pais, dentre outros. Precisamos indagar quais as causas disso e por que a situação continua? Será que as condições de trabalho não tem responsabilidade no desenho deste quadro?

No caso específico dos professores tais problemas, a nosso ver, se manifestam pela utilização de metodologias ultrapassadas, incipiente conhecimento das próprias disciplinas que ministram, recusa ou mesmo resistência a inovações, dentre outros. São problemas que muitas vezes não dependem só do profissional, mas de condições propícias para que tudo isso aconteça.

Não dá para ter uma boa auto-estima com condições tão perversas de trabalho e de prestígio social que têm nossos professores brasileiros, que vêm desde a sua formação básica até na superior nas licenciaturas, as quais não possuem prestígio social, para atrair pessoas mais preparadas, que tenham realmente interesse em se formar bons professores, por meio de escolha livre e não a única possível, como acontece para determinada parcela da população, como única chance de fazer cursos superiores. Mas, é preciso enfatizar que grande parte de nosso professorado é bom, responsável, dedicado e compromissado com a educação.

Ao lado disso, não se deve desprezar o importante fato da má qualidade de alguns Cursos superiores de formação inicial até de instituições públicas, porque o Estado desde há muito tempo não tem priorizado a educação, uma vez que nossas universidades estão sucateadas, além do que os alunos dos cursos de licenciaturas em geral pertencem em sua maioria a classes menos favorecidas da população, sem condições de adquirirem livros, lerem jornais, revistas e terem de trabalhar para se manter e, hoje que nem postos de trabalho existem para todos que precisam, os problemas só se agravam.

Sobre a qualidade do trabalho realizado na e pela escola, as respostas variaram bastante, guardando em comum a opinião de que a dedicação e qualificação dos professores, a participação da comunidade, liberdade para desenvolver seus trabalhos, organização do trabalho, número de alunos por turmas são indicadores fundamentais para analisar as condições de trabalho docente.

Quanto à percepção dos entrevistados sobre as dificuldades encontradas na organização do trabalho na escola, identificam-se posicionamentos diferenciados. Alguns não conseguem perceber dificuldades na realização do trabalho e outros apontam várias, como: poucos recursos financeiros, irresponsabilidade de funcionários, falta de condições materiais e subjetivas de trabalho, problemas de relações interpessoais, baixa presença dos pais na escola, excesso de exigências a serem cumpridas pelos professores, dentre outras.

No que concerne à percepção dos professores sobre a interferência das condições de trabalho na organização da escola, os salários, a jornada de trabalho e as relações interpessoais foram indicadas como os fatores de maior interferência, como podem ser observados nos depoimentos a seguir.

É preciso ser super-homem para fazer tanta coisa que a escola exige com o que ela nos oferece, não temos o menor estímulo para melhorar nossa formação, nossos salários não permitem que a gente se dedique mais, porque precisamos correr de galho em galho, o dia todo..(Professor)

Acho que o salário interfere um pouco, mas quando a gente trabalha com amor a gente supera. A jornada de trabalho é muito grande, mas é como eu disse quando a gente tem vocação a gente supera. (Professora).

Por fim, considera-se com base nos depoimentos e nas observações efetivadas nas escolas, que 40% dos sujeitos que lá atuam se esforçam e consideram importante a construção da gestão democrática, que certamente poderá melhorar as condições do trabalho docente e da escola como um todo, enfatizando a necessidade da presença efetiva de representantes dos diversos segmentos que compõem a escola nos Conselhos Escolares, que em apenas 20% das escolas investigadas funcionam efetivamente, ainda que a maioria dos sujeitos escolares tenha a opinião da importância desse Colegiado, para as decisões coletivas.

Aliás, desde os anos de redemocratização do País (1984) até os dias atuais, mais sistematicamente, vem se intensificando o discurso e iniciativas oficiais mostrando a importância da participação da comunidade educacional nos destinos da escola, com

vistas na melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, no plano das orientações de políticas. Tem-se defendido sobre a exigência histórica da participação popular nos destinos da sociedade. Entretanto, de acordo com os resultados revelados na pesquisa dependendo do contexto, participação pode significar muita coisa e não ter o sentido que amplia o exercício democrático, como relação política de construção da emancipação.

A participação dos cidadãos desponta como fundamental no conjunto da democracia liberal. É por meio dela que se revelam os ideais democráticos, que deve ser praticada nas relações diárias tanto na escola, como em outros espaços. A democracia é processo e, como tal, é imperfeita, é busca, é projeto, mas não uma utopia.

Na concepção neoliberal disseminada pelo País, a participação não é compreendida como relação política, e sim como relação harmônica; como colaboração, própria da tradição conservadora que hoje se revitaliza no terreno das ideologias corporativas, hoje muito presente nas campanhas de solidariedade social, das parcerias público-privadas, do público-não-estatal, dentre outras.

Entende-se que isso é resultante de um amplo movimento mundial de desenvolvimento das forças produtivas, dos avanços tecnológicos, das inovações gerenciais e organizacionais, enfim, do processo de globalização assumido na atualidade, que encaminha na direção de uma sociedade mais competitiva, padronizada, informada e menos humanizante.

Os cultuadores da supremacia do mercado e da qualidade total defendem que estamos vivendo um momento de ampliação da democracia, nestes tempos de globalização, porque os indivíduos têm mais condições de buscar desenvolver suas capacidades e conseguem participar desse mercado, com êxito, dada à ampliação dos meios e canais de comunicações e também porque há abertura para que os indivíduos desenvolvam suas criatividades, seus empreendedorismos, que lhes permitiram participar dos nichos de mercado. Propositamente, há um desfoque do coletivo para o individual, que, em última instância significa atribuir a cada um, em particular, a responsabilidade total sobre seu sucesso ou insucesso.

De outro lado, os considerados mais de esquerda proclamam a necessidade da democracia ser defendida como um valor universal para evitar recaídas autoritárias (SILVA, 2003). Acrescentando, diríamos outros, como Oliveira, (2002) também mais à esquerda defendem a radicalização da democracia.

Mas, voltando à questão das políticas de democratização da escola que se assentam na cultura do gerencialismo, incorporada com as reformas dos anos noventa no Brasil que atinge até os professores e técnicos escolares em suas práticas e suas

formações. É fato que hoje, as instituições modernas atuam de forma mais participativa, mais integrada, descentralizadas, flexíveis, o que, entretanto não significa que, por isso, sejam mais democráticas, ainda que tais mudanças constituam algumas vezes patamares mais elevados de humanização, de relações civilizadas. Tais qualidades são assumidas até o momento em que não interferem naquilo que os dirigentes maiores definem como seus cenários de sucesso.

Um outro ponto a ser destacado é que defendemos a necessidade da qualidade dos serviços e relações, mas é de uma forma diferente daquela apregoada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e, ainda vigente no governo Lula, porque aquela depende de um conjunto de fatores, em que se destaca a construção coletiva de novas relações de poder e de apropriação dos bens culturais produzidos pelo trabalho humano, por parte daqueles historicamente excluídos. No caso específico da educação, significa a melhoria das condições gerais em que se desenvolve o processo educativo escolar.

Sabe-se o quanto é importante a participação dos atores educacionais na escola, mas só ela não basta para que as condições gerais mudem. Além disso, a participação é vista por muitos educadores e pelo próprio Estado como a grande redenção da escola pública, com o que discordamos. Aliás, isso é bem antigo, porque até na ditadura brasileira se falava muito em participação comunitária, (programas de desenvolvimento de comunidade, por exemplo) entendida como consulta individual, o que não garante a participação consciente (SANTOS, 1999).

Há fortes indicativos práticos e teóricos da imprescindibilidade da participação dos cidadãos no espaço das decisões públicas:

Acredita-se que o exercício da participação em assuntos públicos põe os indivíduos em contato com a estruturação burocrática do poder público, suas dinâmicas e estratégias de atuação nas políticas sociais... Permite, ainda, a vivência da correlação de forças e a identificação da necessidade de organização e articulação política para a conquista de espaços no grupo (ABRANCHES, 2003, p. 82).

Como programa de governo do antigo prefeito do Partido dos Trabalhadores, em Belém, atendendo às reivindicações históricas da categoria docente foi criada a denominada “Hora Pedagógica”, como parte de um projeto pedagógico de mudança estrutural do ensino fundamental, intitulado Escola Cabana, da Secretaria Municipal de Educação de Belém, que objetiva, dentre outras coisas, a valorização profissional dos professores, como formação continuada a partir de um espaço de tempo incluído na carga

horária do professor destinada ao estudo e discussão com seus pares e a coordenação pedagógica sobre o fazer pedagógico, socializando e intercambiando experiências, inquietações e desejos sobre as experiências em sala de aula e realizando estudos para o desenvolvimento de seus arcabouços teóricos.

A HP como momento formativo materializa-se por meio de encontros, cursos, oficinas, palestras, assessorias por parte da SEMEC, dentre outros. É uma importante política de formação de educadores que está sendo construída em Belém, desde 1998, já conseguindo mudanças significativas no cotidiano escolar, segundo a SEMEC, incorporando novos rituais, num processo tenso, conflituoso e contraditório (SEMEC, 2003).

A Hora Pedagógica é um momento de formação continuada e planejamento que acontece nas escolas semanalmente, dentro de seu cotidiano, em que os professores se dividem por área de conhecimento para estudarem determinada temática, para planejarem suas atividades. É computada como hora-aula para eles, num total de 25 h/a remuneradas, mensalmente. Os alunos, por sua vez não ficam sem atividades, que são desenvolvidas por outros professores nas Salas de Leitura, Educação Artística e Educação Física ou outras.

Concordamos com a relevância das medidas adotadas, mas, segundo nossas observações, entrevistas e questionários ainda não percebemos mudanças significativas nas escolas, a partir da Hora Pedagógica, o que não diminui ou inviabiliza sua importância, haja vista que só muito recentemente todas as escolas municipais já a implantaram e, sobretudo por ser uma experiência inovadora e, sobretudo, porque não basta a incorporação de medidas pontuais, sem melhorar as condições de trabalho docente, que passam necessariamente por questões de salários, de equipamentos de uso coletivo na escola, dentre outros. Além dessa formação focalizada no local de trabalho, existem outras consideradas pela SEMEC, porque os professores são estimulados a realizarem, com a liberação de suas carga horária total para fazerem cursos de pós-graduação, com salários integrais.

Pensa-se que a avaliação séria irá permitir os redirecionamentos necessários, porque observamos que quando há uma gestão mais próxima e organizada do processo, a partir do planejamento coletivo das ações a serem desenvolvidas na HP, com cobrança de tarefas determinadas ao final dos eventos, sempre coordenados e acompanhados, os resultados aparecem, como pudemos constatar em algumas escolas, o que não significa controle fiscalizatório, mas organização das ações.

Não dá para deixar o processo de HP, por conta exclusiva dos professores na dinâmica das atividades desenvolvidas, porque há dispersão e absenteísmo, como é comum nestes momentos, sobretudo se considerarmos a situação geral do quadro docente, em que a maioria de seus componentes atua em mais de uma escola, para aumentar os rendimentos mensais e sem tempo para resolver muitos de seus problemas pessoais e até para preencher fichas individuais de alunos, daí utilizarem o tempo para isso.

Uma escola, formadora de cidadãos críticos e criativos na construção de novas alternativas de sociedade e de resolução de problemas e, sobretudo, de profissionais mais qualificados para o mundo do trabalho, deve cumprir sua missão política e social, oferecendo um ensino de qualidade a todos que a ela procurarem.

Para que ela possa cumprir seu principal papel deve ser organizada, estruturada e gerida de forma democrática, solidária e humanizada, onde seus principais fóruns de construção e discussão participativa funcionem como espaços de educação política permanente, para que seus educadores melhorem suas relações e atuações na formação dos alunos, para que estes ao concluírem seus estudos, não busquem apenas a inserção no mercado de trabalho, mas que participem da luta organizada em direção à mudança das condições perversas de exclusão social presentes na sociedade brasileira e, com mais intensidade em regiões menos desenvolvidas, como a Amazônia.

A pesquisa revelou que, nas escolas municipais do ensino fundamental, a partir de entrevistas, questionários, fichas de registro e observação do cotidiano escolar, indícios de que a denominada Hora Pedagógica, na maioria das unidades escolares, não está servindo aos objetivos para os quais foi criada, o que, repetimos, não inviabiliza sua importância, porque precisamos:

[...] resgatar a dignidade de uma efetiva formação continuada que lhe permita fazer a mediação entre os processos de conhecimento que se produzem nas relações sociais e culturais e o conhecimento escolar (FRIGOTTO apud BEZERRA, 2000, apresentação).

As entrevistas realizadas com diretores e professores representantes nos Conselhos Escolares revelaram que a maioria dos professores não participa regularmente do momento de educação continuada, planejamento coletivo, devido a inúmeros fatores, dentre os quais se destaca, a falta de tempo, porque são poucos momentos que têm para resolver suas questões particulares e até certo desinteresse pelo trabalho, por falta,

talvez, de um trabalho maior de discussão sobre sua relevância para a mudança da educação, a partir de uma construção coletiva e não apenas de decisões e esforços individuais na busca incessante por mais conhecimentos para a competição no mercado, o que representa uma falácia, porque se todos se prepararem da melhor possível, vai sempre faltar postos de trabalho para todos, porque o sistema capitalista por sua natureza e essência é poupador de recursos humanos. Por isso, não dá para restringir a formação com base nas necessidades do mercado.

Consideramos, pelas falas desses sujeitos, que há indícios de uma incipiente compreensão sobre a necessidade da participação mais sistemática e organizada na vida escolar, porque continuam com a idéia formada de que a função de gestão pertence ao diretor e seus técnicos, embora alguns defendam tal participação, conforme depoimentos significativos abaixo:

Só posso dar minhas aulas e ir embora e aproveito a HP para resolver problemas, mas acho importante participar. A diretora deve dirigir a escola e nós fazemos a nossa parte (Depoimento de um professor).

Acho importante a nossa participação nas reuniões e discussões, mas cadê as condições de fazer isso? Mudaram algumas coisas, mas o principal infelizmente continua, que são baixos salários, a gente precisa correr atrás, para conseguir ganhar um pouco mais (Depoimento de uma professora)!

Os professores evidenciam em suas falas as dificuldades da escola realizar momentos coletivos de discussão, pelo problema de conseguir reunir todos num mesmo momento, ainda que seja no mesmo horário de suas aulas, sobretudo porque cada docente possui seus interesses e não dá para conciliar os horários, conforme manifestações a seguir:

Eu só posso vir nos dias e horário de minhas aulas, duas vezes por semana, porque trabalho o tempo todo. A HP é o único momento que, às vezes, utilizo para ir a médico, dentista.[..] (Professora).

Não é que eu não tenha interesse em estar na escola, mas o tempo não dá, preciso aproveitar a hora para resolver meus problemas domésticos (Professor).

Do ponto de vista material e institucional pode-se dizer que as condições de funcionamento de nossas unidades escolares não oferecem condições adequadas para um trabalho coletivo: a própria organização hierárquica, a estrutura curricular, as formas de gestão ainda centralizada, a precariedade das instalações físicas, a ausência de bibliotecas equipadas, os colegiados escolares ainda não estão atuando na direção de fórum de discussão, tomada de decisão coletiva e capacitação política permanente, ainda é um órgão burocrático que junta algumas pessoas, que até dão opiniões, mas não realizam um trabalho coletivo sistemático e orgânico.

Do ponto de vista político-social, destaca-se a disputa de poder de grupos da escola, nem sempre tão visíveis, mas que conseguimos observar na investigação, onde há o grupo de aliados dos diretores e os adversários, que sempre estão contra as decisões tomadas pela direção. Alguns aliados participam da hora pedagógica e a discutem, mas em geral, são os mesmos docentes que estão sempre presentes na escola, enquanto que os outros que não se afinam com a direção quase sempre se recusam a se juntar, até mesmo para debater sobre suas práticas docentes.

Quanto aos condicionantes econômicos já nos reportamos acima, quando evidenciamos as vozes dos professores criticando os baixos rendimentos e a necessidade da busca de outras fontes de renda para conseguir uma vida melhor, percebendo uma visão negativa dos professores sobre as possibilidades de mudanças, a partir de suas participações mais qualificadas nas decisões escolares. Um depoimento significativo a esse respeito:

Não penso que vá adiantar eu me sacrificar ficando na escola para reuniões, porque quem decide mesmo é a diretora (Professor).

Falam tanto em participação e não vejo nada acontecer, mudam as coisas de uma hora para outra, sem nos dar condições de amadurecer e vão implantando...(Professora).

É toda uma concepção de participação que perpassa tais discursos, entendida como colaboração, como contribuição na operacionalização das políticas, ou seja, não há distribuição de poder, mas uma participação apenas operacional, de tarefeiro:

A esse respeito, o que se observa é que o discurso da participação, quer entre políticos e administradores da cúpula do sistema de ensino, quer entre o pessoal escolar e a direção, está muito marcado por uma concepção de participação fortemente atrelada ao momento da execução (PARO, 1997).

Historicamente, a relação escola e órgãos superiores sempre tem se dado vertical e burocraticamente, até nos programas ditos de descentralização e agilização da gestão, onde se observa a delegação de poderes para a operacionalização, ficando o controle e a decisão centralizados.

Por outro lado, tem-se a considerar que a formação contínua não se reduz à socialização de experiências e modos de saber-fazer, é um processo de persuasão, de conversão e não apenas a interação participativa (CAUTERMAN, ET AL, 2000).

É importante a formação que se dá focalizada no espaço de trabalho, mas não pode se restringir a isso, porque o profissional precisa se alimentar em outras fontes, como teorias, pesquisas, estudos e outros muito importantes para dar-lhes suporte científico.

Precisamos relativizar nossas análises sobre a Hora Pedagógica: primeiro, porque se estudar os efeitos de uma educação continuada exigiria uma observação prolongada das práticas dos professores; segundo, o discurso muitas vezes se distancia da prática efetiva, o dizer e o fazer se afastam e, por último:

Avaliação de políticas públicas está também sujeita a um tecnicismo: o da simplificação excessiva do real a que poderíamos chamar a derivada do indicador, o da censura ou da confusão das posições estratégicas a que poderíamos chamar a derivada dos objectivos (CAUTERMAN, ET AL, op cit p. 13).

Ao lado das políticas de formação continuada, como a HP, tem-se as medidas de democratização adotadas nas escolas: eleições diretas, criação de Conselhos Escolares, formulação e implementação do projeto político-pedagógico.

As eleições diretas na rede estadual ainda não se concretizaram, objetivamente, porque quem escolhe o gestor é a Secretaria de Educação, a partir de uma lista tríplice encaminhada pelo Conselho Escolar. Na rede municipal, há processo eletivo democrático em grande parte de suas unidades.

Existem Conselhos Escolares instalados em 100% das escolas investigadas: em 30% delas existem órgãos de estudantes: 20% associações de pais e mestres funcionando. Tais organismos ainda não estão servindo de espaço de discussões e formulações de políticas subsidiadoras do processo de tomada de decisão da gestão.

Há indícios de que a participação dos próprios membros dos Conselhos Escolares ainda é incipiente, decorrentes de inúmeros fatores, dentre os quais se destaca, a forma como foram criados pelo Sistema de Ensino, como exigência legal para

o credenciá-los ao recebimento de recursos financeiros do governo federal. não contribuíram para mudar as relações de poder de 80% das escolas da amostra. 100% delas permanecem com uma organização vertical, onde a direção aparece com o órgão máximo, que estabelece as prioridades escolares e as encaminha. Seus dirigentes ainda dão indícios de praticar uma gestão predominantemente centralizada e personalística, na base de suas experiências, sem um planejamento contínuo; nem definição de objetivos e metas a serem perseguidos, sem um cuidado com a eficiência do trabalho escolar.

Os Conselhos Escolares ainda não estão funcionando adequadamente consoante à finalidade para a qual foram criados, como colegiados gestores, restringindo-se a unidades executoras de recursos financeiros que chegam à escola, como: PDDE, fundo rotativo e outros.

Em cerca de 80% das escolas investigadas ainda não existe projeto político-pedagógico. A hora pedagógica, por sua vez, como já enfatizamos anteriormente, na maioria das escolas está sendo utilizada para outros fins, não previstos em sua criação, como: para correção de trabalhos, resolução de problemas particulares ou para o lazer. Tal conquista não está sendo aproveitada como momento importante da formação contínua, para planejamento coletivo, para resolução de problemas comuns sobre as aulas, alunos, metodologias, formas de avaliação. Todas as 10 escolas possuem Regimentos Internos. Existe 01 Regimento para a rede estadual e outro, para municipal, que são seguidos pelas escolas.

Quanto à formação docente, a pesquisa revelou que 60% dos professores das escolas da amostra já possuem cursos de pós-graduação lato-sensu e isso rebate de alguma forma no desempenho da escola, a considerar-se nossas observações e os resultados das análises das entrevistas. 50% estão na faixa etária de 31 a 40 anos; 50% na faixa de 41 a 50 anos. Por exemplo, as escolas com gestão mais democrática, no sentido de maior participação da comunidade escolar nas decisões, seus dirigentes possuem uma formação continuada em cursos de pós-graduação e estão numa faixa etária menor.

No que se refere à metodologia de trabalho dos diretores e professores: Há também poucos pontos em comuns a serem ressaltados, No caso do diretor, uns trabalham de forma mais coletiva efetivamente, onde as decisões são discutidas com o corpo escolar, enquanto outros, com alguma participação desse corpo escolar. No primeiro caso, enquadraram-se duas escolas municipais da amostra. Na rede estadual, identificamos uma escola cuja gestão se aproximava de um patamar democrático participativo, mas que tal processo foi interceptado por forças superiores do Sistema. A

maioria ainda tem um perfil mais tradicional, em que embora tenham Conselhos escolares participando, as decisões ainda recaem na figura do diretor. Os professores, por sua vez, utilizam poucos recursos pedagógicos, prevalecendo aulas expositivas, trabalhos coletivos e, esporadicamente alguma tarefa extra-classe. A maioria, quase 60% dos professores, reclamaram da carência de recursos pedagógicos, de laboratórios, de bibliotecas, enfatizando as perversas condições de trabalho.

As entrevistas revelaram que a relação das escolas com o Sistema de Ensino ainda é de subordinação total, porque apenas duas aparentemente re-interpretam criticamente as determinações superiores, em função de decisões coletivas de seus segmentos representativos, segundo os depoimentos de diretores, professores e técnicos. A autonomia é só para resolver problemas rotineiros de funcionamento das escolas e para escolher livros didáticos, a merenda e onde gastar o dinheiro que vem para sua escola, que num quadro de carência acentuada serve para suprir as necessidades na manutenção.

A relação da direção com o corpo escolar (desenvolvimento de pessoal). Em 100% das escolas detectou-se problemas de relacionamentos interpessoais, ainda que algumas já tenham feito cursos específicos para minimizar tal situação. Os diretores afirmaram fazer esforços para ampliar seus aliados. Nas escolas municipais, em cerca de 90% disseram ter boa relação com o corpo escolar. A maioria abordou o problema de desunião e falta de apoio por parte dos professores.

Quanto à relação com a comunidade externa (pais dos alunos): Só em 20% das escolas há uma boa relação com a comunidade externa, a partir da participação dessa na vida da escola e não só nos eventos festivos. A maioria afirmou que os pais, em geral, só chegam até a escola para reclamar ou se são convocados para resolver uma situação-limite de seus filhos. A pesquisa revelou que a distância dos pais da escola pode ser resultante de toda uma concepção que os atores escolares têm acerca da participação e da falta de condições adequadas para o estímulo e mobilização à participação.

No diz respeito à comunicação: Percebeu-se, nas falas dos entrevistados, um esforço para que se socializassem melhor as atividades desenvolvidas pelas escolas, por meio de murais e reuniões específicas, mas as dificuldades são de toda ordem para concretizá-las, inclusive pela correria enfrentada pelos professores para dar conta do trabalho concomitante em outras unidades.

O acompanhamento pedagógico da escola, apesar do trabalho de alguns diretores e técnicos, nelas ainda é um nó-crítico, especialmente as da rede estadual, onde

existe pouco acompanhamento, sobretudo pela falta de pessoal para desenvolver o trabalho. O diretor(a) em geral não tem condições de monitorar o processo pedagógico, em função de uma rotina administrativa muito extensa e intensa.

Quanto ao grau de satisfação dos sujeitos da amostra: Variou bastante. Em 50% delas os diretores estão satisfeitos, ainda que critiquem a situação salarial e condições de trabalho. Cerca de 50% estão parcialmente satisfeitos, mas afirmam gostar do que fazem e 80% sonham em poder fazer melhor, com mais qualificação e melhores condições gerais de trabalho e maior participação da comunidade escolar e apoio do Sistema de Ensino. Carga horária semanal: Em quase 100% delas as cargas horárias são elevadas. 200 h/mensais a 280 h/mensais, além de atuarem em outras unidades escolares ou funções fora da educação, para elevarem seus rendimentos.

Vale destacar que, segundo a percepção dos sujeitos escolares participantes da amostra: poucas foram as mudanças ocorridas, a partir da criação e/ou implementação das políticas de democratização da gestão escolar. Dentre essas, evidenciam, por ordem de prioridades e por rede de ensino: Nas escolas estaduais: 1) os equipamentos coletivos para uso didático/ pedagógico, como: tv/ vídeo, micro-computadores, fitas de vídeo; 2) os cursos/ treinamentos realizados com dinheiro do PDDE e 3) Novos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs. Contraditoriamente, tais sujeitos fizeram severas críticas aos cursos realizados. As observações ajudaram a perceber-se que os trabalhadores dessas escolas passam por grandes dificuldades, que vão desde péssimas instalações físicas até uma gestão centralizadora e autoritária, nos moldes da relação que os órgãos do Sistema mantêm com suas Unidades vinculadas.

Enquanto que nas escolas municipais, foram destacados: a) Abertura para a participação da comunidade escolar nas decisões da Escola e criação da hora pedagógica. Enquanto as primeiras destacaram equipamentos, na segunda, relações de poder, o que pode oferecer pistas de que nessas últimas há indícios de algumas pequenas mudanças, na direção da construção da cidadania efetiva, embora os depoimentos e as observações realizados tenham revelado que há sérias dificuldades nas condições de trabalho, nas instalações físicas, nas relações interpessoais, na carência de recursos financeiros para a manutenção das unidades escolares, dentre outras.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Os principais impactos das políticas democratizantes no trabalho docente revelados pela pesquisa ainda são tímidos, mas se fazem sentir não na direção esperada

pelos idealizadores das políticas, muito mais na elevação considerável de atividades escolares, que os docentes precisam e devem cumprir, conforme já explicitamos anteriormente, como: participação em muitas reuniões, o preenchimento de fichas avaliativas de alunos, integração com os pais, novas metodologias que precisam aplicar, sem conhecer direito seus fundamentos, dar conta de cada aluno individualmente, sem condições, já que as turmas continuam muito extensas. Segundo os professores, o trabalho coletivo quase inexistente, como participação política definidora do que as unidades devem desenvolver, *porque já as coisas já vêm definidas e a gente só legitima, se temos posições diferentes somos considerados brigões...*

Sabe-se que uma escola participativa não significa menos conflitiva, pois participação gera conflitos, tensões, confrontos, mas isso é um confronto muito mais democrático, mais saudável que educa. (GENTILI, 2003).

Nas escolas estaduais, ainda que já haja Conselhos Escolares implantados em todas elas, esses ainda não estão funcionando como espaços políticos, formativos e coletivos de decisões, atuando como meras unidades executoras (para receber e prestar contas dos recursos que chegam diretamente às escolas) para cumprir formalidades.

Compreende-se como sendo uma missão quase impossível atuar na formação de cidadãos críticos, criativos, éticos, conscientes se o educador/ profissional ainda não conseguiu melhorar em suas próprias condições subjetivas e objetivas, no sentido de sua valorização, ainda que precise e deva continuar sua luta para que o Estado e a sociedade o reconheçam como um profissional importante no mundo do trabalho e que a valorização prescrita em leis e apregoada nos discursos oficiais se concretizem em reais melhorias das condições gerais de trabalho e de rendimentos.

Entretanto, é preciso considerar-se que o Sistema de Ensino precisa garantir outras condições fundamentais para que os professores possam tornar proveitosos os momentos de HPs, que se inscrevem na melhoria das condições de trabalho, que vão desde espaços adequados para reuniões, bibliotecas disponíveis e atualizadas, materiais didáticos até melhoria de salários desses profissionais. O ganho foi importante, mas precisa, por exemplo, que o Estado ao abrir concursos já destine seus candidatos para as escolas determinadas, para que eles possam manter uma relação orgânica com seu espaço de trabalho e nele se reconheçam, bem como criar uma política permanente de qualificação do quadro docente, onde sua valorização não seja apenas retórica.

A escola deve buscar, com todo entusiasmo e rigor, a qualidade, mas numa perspectiva de construção de novas relações, a partir de mudanças graduais, por meio de ações pró-ativas, atuando a partir de aproximações sucessivas coletivizadas e solidárias,

para alcançar seus objetivos de dar um cunho social, de uma formação integral, afinado com os interesses dos menos favorecidos, sinalizando para uma escola de excelência para todos e a formação permanente se impõe como exigência histórica inadiável.

As medidas adotadas nas escolas como eleições diretas, conselhos escolares, projeto político-pedagógico e Hora Pedagógica são conquistas históricas dos trabalhadores na educação de Belém, na democratização das relações de poder, mas precisam ser re-construídas paulatina e coletivamente, como a formação da HP, que se dá no próprio contexto das unidades escolares onde os professores atuam, não devendo ser enfraquecida ou desperdiçada por uma atuação inadequada ou mesmo ainda não compreendida na sua essência. Não há receitas prontas para o sucesso das escolas, porque cada unidade em seu coletivo deve buscar seus caminhos na dinâmica das relações.

Entretanto é fundamental a necessidade de pensar-se a relação teoria e prática, de vez que uma das finalidades básicas da formação continuada é exatamente propiciar o intercâmbio de experiências e reflexões que possam contribuir para a resolução de problemas presentes nas práticas escolares, a partir do reconhecimento de problemas similares a serem enfrentados pelos professores em seu cotidiano, bem como permitir a formação política na direção da mudança da educação, que poderá rebater para as transformações da sociedade.

Tais resultados acima expressos nos levam a fazer algumas inferências: 1) a situação da educação escolar fundamental em Belém ainda é pouca animadora, do ponto de vista de uma escolarização de boa qualidade, ainda que tenhamos encontrado alguns avanços, que já representam um pouco de esperança, mesmo com o cenário perverso de que se vem desenhando nesses tempos de neoliberalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. *Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BRASIL, Lei 9.324 de 20.12.1996. *Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. In Diário Oficial da União, Ano CXXXXXIV, n.248, 23.12.1996.

CAUTERMAN, Marie-Michèle; DEMAILLY, Lise; SUFFYS, Sèverine et al. *É útil a formação continua de professores?* Tradução Emilia Laura Seixas, Porto-PT: Rés Editora Ltda. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. BEZERRA, Maria Cristina Caminha. *A Formação Continuada no magistério do ensino fundamental*. Niterói: EdUFF, 2000.

GENTILI, Pablo. A cidade educa sempre. *Revista CEAP*, Salvador: Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica, Editora Loyola, 2003.

GENRO, Tarso. As raízes da crise na educação básica. *Folha de São Paulo, Tendências/ Debates, Caderno Opinião*, 18.01.2005.

GLASSER, William. Seminário Educação de qualidade exige escolas de qualidade. I Fórum Internacional: Excelência na educação o desafio da qualidade total. *Anais*. Brasília: MEC, 1994.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. OLIVEIRA, Dalila Andrade et ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.) *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.125-143.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. SP: Editora Ática, 1997.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. *O gestor escolar: um estudo da prática administrativa a partir do próprio gestor das escolas médias públicas de Belém-PA*. Tese de Doutorado defendida na UNIMEP-SP, agosto de 1999.

SEMEC. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Cabana: orientações para a organização do planejamento escolar*, Belém: 2003.

SILVA, Ilse Gomes da. *Democracia e participação na "reforma" do Estado*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

VIEIRA FILHO, Geraldo. *Gestão da Qualidade Total: uma abordagem prática*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2003

XAVIER, Antônio Carlos da Ressurreição & SOBRINHO, José Amaral. *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz*. Brasília: programa FUNDESCOLA, 1999.

ⁱ Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba – SP, com Pós-Doutoramento na Universidade de Aveiro – Portugal e Professora Associada do Programa de Mestrado em Educação e da Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará. Email: tefam@ufpa.br ou tmonteirodossantos@yahoo.com.br.

ARTIGO RECEBIDO EM 04/04/2009. APROVADO EM 28/04/2009.

A RENOVAÇÃO PECEBISTA NOS ANOS 50: UM PROJETO INSPIRADO NA IDEOLOGIA GRAMSCIANA

THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY (PCB) RENEWAL IN THE 1950S: A PROJECT INSPIRED BY THE GRAMSCINIAN IDEOLOGY

Laura de Oliveira Assis¹
Leandro Pereira Gonçalves²

RESUMO

O artigo analisa a mudança ideológica pela qual passou o Partido Comunista Brasileiro – PCB – na década de 1950. Mostra a forte influência de Antônio Gramsci no projeto político pecebista após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS – e sua relação com os acontecimentos de 1964. Identifica quais foram os principais erros da esquerda, que no momento do golpe manteve-se paralisada, impedida pela nova orientação ideológica mais democrática e favorável as legalidades constitucionais, de uma ação mais combativa e até mesmo golpista. O PCB, que no início da década de 60 participou ativamente dos movimentos populares contra as forças reacionárias, não foi capaz de articular devidamente a classe operária e demais trabalhadores em direção a uma conscientização política. A esquerda mais uma vez foi impedida de realizar seu tão sonhado projeto socialista. Toda uma geração de militantes sofreria as agruras da prisão, do exílio e do esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: PCB; XX Congresso do PCUS; Gramsci; Mudança.

ABSTRACT

The research examines the ideological shift by which passed the Brazilian Communist Party - PCBs - in the 1950s. Shows the strong influence of Antonio Gramsci in the political project after the XX pecebista Congress of the Communist Party of the Soviet Union - PCUS - and its relation to the events of 1964. Identifies what were the biggest mistakes of the Left, which at the time of the coup has remained paralyzed, prevented by the new ideological direction more favorable to democratic and constitutional legalities of an action and even

more combative coup. The PCBs, which at the beginning of the 60s took an active part of the popular movement against the reactionary forces, was unable to properly articulate the working class and other workers toward a political awareness. The left has once again been prevented from achieving its dream project as socialist. A whole generation of militants from prison suffer the bitterness of exile and oblivion.

KEYWORDS: PCB; XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union; Gramsci; Change.

INTRODUÇÃO

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) teve sua trajetória marcada pela luta em defesa da classe operária. Passou por muitas crises, sendo a causada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) a que mais ficou registrada em sua história. Sua aproximação com a União Soviética foi determinante para que em 1956, com a abertura dos arquivos secretos de Stalin pelo secretário-geral do partido soviético Nikita Kruchev, o PCB experimentasse um longo período de silêncio e autocríticas. O silêncio só foi quebrado com o início das discussões e dos debates veiculados na imprensa comunista, evidenciando um árduo processo de superação do marxismo-leninismo dogmatizado.

A mudança na política comunista nos anos 50 teve seu ápice modernizante concluído com a Declaração de Março de 1958. Esta representou o início de uma nova fase na vida do partido, defendendo o movimento democrático-nacionalista e a política de frente única na luta pelo socialismo. Os movimentos revolucionários cederam lugar ao caminho pacífico, numa clara aproximação com o teórico marxista Antônio Gramsci, que ficou conhecido pelos comunistas brasileiros através de escritos do Partido Comunista Italiano.

Este ensaio tem como objetivo analisar esse conturbado processo de mudança ideológica ocorrido na década de 50, com suas influências e

conseqüências no meio trabalhista. Mostrar a marca da política gramsciana presente no novo projeto pecebista, pois ao contrário de que comumente costuma-se pensar, a grande virada do PCB, rompendo com o stalinismo e outros dogmas não se deu sem uma longa e violenta luta interna. Este trabalho apresenta a interessante maneira como o PCB avança nos momentos de crise ideológica, modificando-se e absorvendo o pensamento mais atualizado, ajeitando e controlando a estrutura partidária.

O primeiro capítulo apresenta uma breve história do PCB, desde sua fundação em 1922 até a amarga derrota sofrida com o golpe de 1964; o segundo capítulo trabalha a nova política adotada e sua relação com as teorias de Gramsci; o terceiro e último capítulo mostra a prática do novo projeto, a política de aliança, a luta democrática etc. Para a pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais específicas.

O período estudado – 1950 a 1964 – abrangeu muitos pontos importantes da história do PCB, como a realização do VI Congresso, considerado como a superação da fase imatura, os debates sobre o stalinismo ponto chave da pesquisa e o ponto central do processo que se deu com a elaboração da chamada nova política em 1958.

1 BREVE HISTÓRIA DO PCB: DA FUNDAÇÃO À MUDANÇA IDEOLÓGICA NA DÉCADA DE 50

Nas primeiras décadas do século XX, o panorama nacional foi marcado por intensas modificações de ordem política, econômica e social em função do desenvolvimento industrial, o qual foi garantido em boa parte pelo crescimento da economia cafeeira e pelo afluxo do capital internacional.

À medida que a indústria foi sendo consolidada, duas novas classes sociais possuidoras de interesses antagônicos passaram a dominar o cenário no país. De um lado a burguesia, representada pelos industriais, banqueiros, comerciantes, etc., detentora dos meios de produção; do outro o proletariado, constituído pelos trabalhadores fabris e do comércio, expropriados de

quaisquer meios de produção, dispondo apenas de sua força de trabalho, a qual se vêem obrigados a vender para o burguês.

Ao passo que a economia foi se desenvolvendo, com o conseqüente aumento das indústrias e do operariado, começaram a surgir organizações operárias em luta por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, sendo a greve a principal arma utilizada pelos trabalhadores. Tais organizações lideradas pelo movimento anarco-sindicalista defendiam a ação direta como forma de destruir o capitalismo e implantar a autogestão social, ignorando qualquer tipo de partidarismo. A necessidade de superar o projeto anarquista aliado às repercussões da Revolução Russa no Brasil contribuiu para o surgimento dos primeiros grupos comunistas.

Foi nesse contexto de lutas sociais que, em março de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), resultado das transformações na sociedade e reflexos dos acontecimentos de 1917 na Rússia. O partido nasce enquanto seção brasileira da Internacional Comunista (IC)³, mas só foi aceito como membro dessa em 1924, depois que um relatório de suas atividades foi elaborado e enviado a Moscou. Apesar de membro da III Internacional, as relações do PCB com a mesma serão pouco estreitas, situação que permanece até fins de 1928, ou seja, em seus primeiros anos de existência o PCB gozou de certa autonomia com relação à União Soviética. A sujeição do partido a Internacional Comunista deve ser entendida em função das carências teóricas e políticas dos comunistas brasileiros.

A estratégia política foi definida no artigo 2º de seu Estatuto aprovado no Congresso de Fundação:

O PCB tem o objetivo de atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. O partido da classe operaria é organizado com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade da sociedade capitalista em comunista (MOVIMENTO COMUNISTA, 1922 apud SEGATTO, 1981, p. 20).

Poucos meses após sua fundação, mais precisamente em julho de 1922, o PCB foi jogado na ilegalidade, devido à decretação do estado de sítio,

após o Levante do Forte de Copacabana⁴, assim permanecendo até 1927. Ao término do governo de Artur Bernardes, com o fim do estado de sítio, a vida política foi normalizada e o partido passou por um novo e curto período de legalidade interrompido nesse mesmo ano pela Lei Celerada⁵.

Em seus primeiros anos de vida, o PCB travou uma incansável luta político ideológica com o anarquismo, que ainda representava forte influência no movimento operário. Foi também durante esse período que Astrojildo Pereira, membro-fundador do partido, estabeleceu contato com Luis Carlos Prestes, líder da Coluna e figura de grande expressão popular, mas tal aliança não chegou a se efetivar, pelo menos naquele momento.

No ano de 1928, o PCB já possuía uma estrutura interna bem consolidada, com alguma influência no movimento operário sendo internacionalmente reconhecido. Apesar das fragilidades teórico-ideológicas e políticas, foi capaz de participar e intervir ativamente em, praticamente, todos os níveis e elaborar uma linha política nacional-popular. “De alguns poucos militantes quando de sua fundação, contava, em 1928, com aproximadamente 1200 membros.” (SEGATTO, 1981, p. 30).

Em fins de 1928, início de 1929, aconteceu o III Congresso do PCB, cuja pauta discutida foi a luta contra o imperialismo e a situação nacional. As teses aprovadas passaram a definir a economia brasileira como agrária semi-feudal e semi-colonial. Além do III Congresso do PCB, o ano de 1929 foi marcado pela efervescência política. A diversidade de forças que se aglutinou em torno da Aliança Liberal fazia oposição sistemática a oligarquia e ao então presidente Washington Luis. A coligação partidária oposicionista lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república, mas nas eleições realizadas em março de 1930 o candidato aliancista foi derrotado, o que fez originar um ambiente conturbado liderado pelos tenentes e grupos de políticos civis, os “tenentes civis” apoiando um golpe que eclodiu em outubro e no dia 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do governo provisório da nação.

Durante esse período o PCB passou por profundas mudanças internas que não foram apenas de linha política, mas também de organização. Influenciado pela tática preconizada pelo VI Congresso da IC, o PCB adotou

uma nova política baseada em dois pontos: rompimento definitivo da política frentista e proletarização do partido.

A política de frente ampla foi considerada direitista, o obreirismo marcou a substituição dos antigos dirigentes, considerados pequenos burgueses por operários, que nem sempre estavam preparados politicamente e possuíam grandes debilidades ideológicas. Tal orientação foi uma catástrofe, o período da proletarização estendeu-se até meados de 1933. Como consequência da vulgarização, da esquematização e dogmatização do marxismo, o PCB sofreu uma desarticulação que o levou ao isolamento e a omissão no período dos acontecimentos de 1930.

Apesar de certo crescimento político no movimento operário nacional, o partido comunista no início da década de 30 teve suas ações revolucionárias bastante limitadas pela incorporação mecânica das teses do VI Congresso da IC, que acabaram levando-o a uma proposta dogmática, não condizente com a realidade histórica brasileira. Também no período da proletarização, o PCB não obedeceu às ordens da Internacional com relação ao pedido de Prestes de ingresso ao partido. Os comunistas brasileiros o atacavam chamando-o de caudilho pequeno-burguês. Prestes só foi aceito em agosto de 1934 por ordens expressas de Moscou.

Na época da admissão de Luis Carlos Prestes no PCB, a realidade do Brasil estava voltada para a articulação de uma frente única antifascista-antiintegralista⁶. A ascensão do nazismo na Alemanha e o avanço do fascismo no mundo levou o Komintern a repensar a questão das frentes democráticas, consideradas pelo VI Congresso da Internacional como desvios direitistas.

No ano de 1935, a tática da frente popular contra o fascismo foi adotada pelo VII Congresso do PCUS e aplicada ao Brasil pelo PCB, que no mesmo ano deu origem a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com o intuito de se opor ao fascismo e ao integralismo. A ANL foi lançada oficialmente em 30 de março de 1935 no Rio de Janeiro e na ocasião Prestes foi aclamado presidente de honra. Em sua primeira fase de existência, a ANL organizou um amplo movimento de massa, alcançando uma dimensão inédita na história do Brasil. Participaram do movimento: comunistas, socialistas, liberais, operários, integrantes da classe média e etc.

O programa defendido pela ANL estampou a diversidade de interesses políticos, sociais e econômicos, reflexo dos diferentes grupos sociais que a compunham. Suas propostas e reivindicações foram expressas no Manifesto-Programa Nacional Libertador de fevereiro de 1935:

Cancelamento das dívidas imperialistas, nacionalização das empresas imperialistas, liberdade em toda a sua plenitude, direito do povo manifestar-se livremente, entrega dos latifúndios ao povo laborioso que o cultiva a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas, a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária diminuição dos impostos a classes laboriosas; aumento de salários; assistência ao trabalhador e instrução (PROGRAMA NACIONAL LIBERTADOR, 1935 apud SEGATTO, 1981, p. 40).

A adesão da ANL pelo PCB representou, mesmo que timidamente a adoção da política de frente popular contra o fascismo e, mais especificadamente no caso do Brasil, contra o integralismo. Definida em 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista, a política de frente popular, passou a constituir uma diretriz a ser seguida por todos os partidos comunistas. O crescimento da ANL assumiu grandes proporções, confirmada pelo número de participantes, que só no Distrito Federal chegou a 50.000 inscritos.

Em julho de 1935, a organização, ANL, foi jogada na ilegalidade pelo governo Vargas, que usou como pretexto para o fechamento o discurso que Prestes fez no dia 5 de julho, depois de uma longa estada na URSS. O governo considerou subversivo o discurso, perturbador da ordem política e social. Na ilegalidade e tendo a frente os comunistas, a ANL começou a organizar uma insurreição, através dos quartéis. Ela não demorou muito para acontecer, mas não obteve sucessos, já que os movimentos aconteceram isoladamente e sem grandes adesões, terminando em completo fracasso e derrota.

A partir desse momento os setores progressistas e claro o PCB passaram a sofrer violenta repressão, com grande número de prisões, assassinatos e muita gente sendo exilada. Nesse momento foram criadas as polícias especiais e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), toda e qualquer oposição ao governo era rapidamente eliminada. O caminho abriu-se

para a instauração de um regime de ditadura aberta em 1937, Getúlio Vargas dá início ao Estado Novo (SEGATTO, 1981, p. 43).

A Intentona Comunista representou a última manifestação da rebeldia tenentista, comprovada pela maioria de militares e pela tradição golpista nas lutas desde 1922. Como reflexo dos movimentos de 35, a atuação política pecebista tornou-se praticamente inexistente. O PCB não deixou de existir, mas não houve nenhum foco de agitação, já que grande parte dos militantes comunistas encontravam-se presos, situação que só começou a se modificar em 1942.

Os anos 40 iniciam-se com um paradoxo: período marcado pela 2ª Guerra Mundial, o Brasil entra no conflito ao lado dos aliados (União Soviética, EUA, Inglaterra) contra o nazi-fascismo, porém, a situação interna do país quanto ao regime político adotado assemelhava-se à ditadura fascista, provocando um amplo movimento de oposição ao Estado Novo. Esse foi um novo momento para a reorganização do PCB, uma nova chance de luta pelas liberdades democráticas.

O PCB mais uma vez passou a influenciar a vida política brasileira, experimentando um novo crescimento com base na luta contra o fascismo e também contra o Estado Novo, aproveitando o clima para promover uma aproximação do Brasil com a URSS. A movimentação democrática, da qual participou o PCB, ocasionou de certa forma, uma revisão no governo de Getúlio Vargas, no sentido de que se realizassem nas instituições políticas brasileiras uma redemocratização. No dia 28 de fevereiro, o governo decretou o Ato Adicional nº9, que fixou prazo de noventa dias para a marcação de eleições presidenciais.

As respostas às pretensões exibidas nos primeiros anos de 1940, chegaram em 1945, com o fim do Estado Novo, a derrota dos regimes nazi-fascistas na Europa, a anistia para presos políticos comunistas, inclusive Prestes, preso desde a Intentona em 1935 e o PCB de volta a legalidade.

As novas condições históricas fizeram com que o governo estadonovista chegasse ao fim com um golpe comandado por Dutra e Góes Monteiro, apoiados pelas forças conservadoras. Mas o clima do pós-guerra garantiu as eleições que estavam marcadas. O PCB se preparou para as eleições do dia 2 de dezembro, na qual foram lançados candidatos em quase

todo o país com esquema de grande agitação e propaganda. O desempenho alcançado pelo PCB nas eleições foi surpreendente, Yeddo Fiúza que pleiteou o cargo à presidência da república obteve cerca de 10% do número total de votos. Além disso, Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e outros 14 deputados foram eleitos (MORAES; VIANA, 1982, p. 112).

O quadro político internacional de 1947 foi alterado, o início da Guerra Fria mostrou ao mundo muito mais que duas formas de se organizar a economia. Estados Unidos e União Soviética protagonizaram uma divisão ideológica que alcançou a esfera mundial, onde duas escolhas eram possíveis: ou se defendia o capitalismo ao lado dos EUA, ou aliava-se ao bloco socialista liderado pela URSS. Tais mudanças na situação internacional já haviam sido renunciadas em 1946, quando Winston Churchill, em um discurso feito em Fulton, EUA, fez uso da expressão “Cortina de ferro” para se referir a separação entre países capitalistas e países socialistas.

Os efeitos da Guerra Fria tiveram grande repercussão no Brasil, provocando uma intensa campanha contra o PCB. Em 1946, documentos confidenciais já davam conta que o ministério estava à eminência de fechar o partido, mas pesava o fato de a conjuntura internacional não ser favorável já que na época não havia como serem desfeitas as alianças do tempo de guerra, quando os partidos comunistas e a União Soviética foram considerados aliados na luta contra o fascismo (SILVA; SANTANA, 2007, p. 116).

Paralelamente a esses acontecimentos, pesou sobre o PCB uma denúncia feita ao Tribunal Eleitoral, acusando-o de ter dois estatutos, de se denominar Partido Comunista do Brasil e não Brasileiro e de utilizar-se de símbolos internacionais (martelo e foice). Em consequência disso e de uma série de outros motivos, no dia 7 de maio de 1947, o registro do PCB foi cassado (SEGATTO, 1981, p. 58).

O período em que o PCB ficou na ilegalidade trouxe como consequência uma revisão radical, que nos anos que se seguiram provocou uma metamorfose no partido. A nova linha política começou a ser traçada com o Manifesto de Janeiro em 1948 e teria sua elaboração mais acabada com o Manifesto de Agosto de 1950.

O Manifesto de Janeiro procurou de início fazer uma autocrítica da política empregada no período anterior que, segundo o Manifesto, caracterizou-

se como uma política de aliança com a burguesia-progressista e pela pouca atenção às lutas dos trabalhadores rurais que seriam os grandes aliados do proletariado. Vale lembrar que o processo de mudança no PCB também foi influenciado pela transformação no movimento comunista mundial.

O Manifesto de Agosto reelaborou de forma mais radical o Manifesto de Janeiro e trouxe uma nova forma de organização da luta, a Frente Democrática de Libertação Nacional, que recrutaria militantes nos mais diversos meios. Apesar das mudanças, a concepção do partido em relação à realidade brasileira continuou deturpada, persistindo a mesma política sectária.

A linha política do Manifesto de Agosto continuava orientando o PCB e no ano de 1954, o país foi surpreendido com a notícia do suicídio de Vargas e com ela uma onda de simpatia ao ex-presidente envolveu o país. O partido não escapou a indignação popular. No mesmo dia do suicídio, o jornal do PCB, *A Imprensa Popular* trouxe a seguinte manchete: “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas” (SEGATTO, 1981, p. 69). E mais uma vez partiu para uma revisão de sua posição política.

Entre 7 e 11 de novembro de 1954, foi realizado o IV Congresso do PCB. Nele seriam definidas as etapas da revolução brasileira, bem como as forças que dela participariam. O informe aprovado assegura:

Lutamos pela destruição do atual regime dominante no Brasil. Sem destruir as bases do atual regime de libertar o Brasil do tubo imperialista livrar as massas trabalhadoras da exploração crescente e garantir o desenvolvimento independente da economia nacional. O atual governo defende pela força os privilégios dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos por ser um país semicolonial e semifeudal, as atuais relações de produção no Brasil opõem-se violentamente ao desenvolvimento das forças produtivas. As classes moribundas impedem o livre curso da lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. É necessário forjar a força social capaz de vencer a resistência que a minoria reacionária oferece ao progresso do Brasil (PRESTES, 1954 apud SEGATTO, 1981, p. 71-72).

O programa aprovado no IV Congresso representou para seus idealizadores um evento de suma importância, no qual o partido pretendia dar um salto de qualidade, deixando a juventude para entrar no período de

amadurecimento político partidário. O último ponto do programa definiu a questão da Frente Democrática de Libertação Nacional, uma aliança das forças fundamentais operário-camponesas com setores da pequena burguesia urbana, na qual parte dos grandes industriais e comerciantes, afetados com a concorrência dos imperialistas norte-americanos, reunir-se-iam.

O IV Congresso do PCB realizou-se segundo critérios pouco democráticos, não apresentou ao partido grandes alterações em sua linha política, ao contrário, apenas ratificou concepções básicas do Manifesto de Agosto de 1950. Mas diante da crise em que o partido se viu, após a morte de Getúlio Vargas, evidenciou-se que as coisas não poderiam continuar do jeito que estavam. O período seguinte exigiu uma nova proposta política, não tanto pelo suicídio de Vargas, mas pela crise trazida ao meio comunista pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS. Observa-se claramente que a partir das mobilizações antigolpistas verificadas após o suicídio de Vargas, os pecebistas passaram a valorizar as liberdades democráticas, analisando de forma mais objetiva a conjuntura da realidade brasileira. Após o IV Congresso, o PCB procurou impedir qualquer ação que facilitasse um golpe do inimigo e empenhou-se na campanha de Juscelino Kubistshek, em 1955, abandonando na prática a política do enfrentamento de tempos passados (SILVA; SANTANA, 2007, p. 122).

Juscelino Kubistshek foi eleito presidente. O período exigiu que as questões democráticas fossem colocadas em pauta, devido à inserção das massas populares no processo político. A época foi marcada pelo desenvolvimento econômico e capitalista.

No XX Congresso do PCUS em fevereiro de 1956, Nikita Khuchtchev denunciou os crimes de Stalin, a ditadura e o “culto à personalidade”. Pouco tempo depois, o mundo comunista se viu em uma grande confusão.

No Brasil, os pecebistas ficaram perplexos com as revelações, chegando até mesmo a duvidar de sua veracidade, pensando que tudo se tratava de uma intriga provocada por anticomunistas. Anos na defesa e no estudo do marxismo-leninismo fizeram com que militantes e partidos comunistas do mundo inteiro desacreditassem nos crimes denunciados pelo secretário-geral do PCUS. As incertezas e as dúvidas só foram deixadas de

lado, quando Diógenes Arruda, representante do PCB no XX Congresso retornou e confirmou as denúncias contra Stálin. Após um longo período de silêncio entre os dirigentes do partido, o Comitê Central lançou, em outubro de 1956, o documento “Projeto de Resolução sobre o XX Congresso” como tentativa de abrir os debates e controlá-los de forma mais amena (SANTOS, 2003, p. 236).

A imprensa pecebista, que às vésperas do XX Congresso, mantinha em suas páginas uma expectativa otimista com relação ao partido, após a abertura dos arquivos de Stálin passou por um processo de reflexão. As notícias sobre as temáticas levantadas por Kruchev chegavam de todas as partes, como exemplo pode citar-se o Partido Comunista Italiano, que foi um estímulo para que o PCB saísse da passividade em que se encontrava.

Voltando ao Projeto de Resolução sobre o XX Congresso, nesse documento o partido (PCB) reconheceu a falta de democracia interna, o excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes. Criticou também o mandonismo de cima para baixo, o dogmatismo que permeou por muitos anos a política do PCB, reconheceu a passividade de aceitação das idéias de comunistas e de partidos comunistas de outros países sem espírito analítico.

À medida que os debates se intensificavam, divergências e conflitos foram tomando corpo no seio do PCB, duas correntes se formaram no interior do partido. Uma delas defendia a promoção de uma autocrítica substancial e reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da questão democrática; já a outra objetivava o encerramento dos debates comprometidos com o passado e era resistente a qualquer autocrítica mais profunda.

Prevaleceu a corrente de pensamento disposta a promover uma autocrítica no interior do partido. Já no início de 1958 surgem os primeiros frutos dos debates provocados pelo XX Congresso do PCUS, que se manifestaram na “Declaração de Março” e num texto de Luis Carlos Prestes, em que o PCB faz sua autocrítica e começa a esboçar uma política diferente daquela seguida anteriormente. O Comitê Central aprovou uma política que salientava o desenvolvimento do capitalismo no processo histórico brasileiro, favorecendo a luta pela democracia, reconhecendo que a revolução no Brasil

não seria ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Os pontos mais importantes sobre a Declaração de Março são: a implantação de um regime nacional democrático, através do caminho pacífico e o desenvolvimento da Frente Única Nacionalista e Democrática. Prestes, alguns dias após a Declaração em um artigo publicado no *Semanário Voz Operária*, criticou a aplicação dos ensinamentos do marxismo-leninismo, transformados em dogmas abstratos, em fórmulas gerais igualmente aplicáveis a todos os países, sem considerar suas particularidades, menosprezando o estudo da realidade; falou ainda sobre a radicalização das lutas que ao objetivar um resultado imediato, fechava os olhos para o processo político em desenvolvimento no país, isolando-se cada vez mais dos problemas imediatos que interessavam ao povo (SEGATTO, 1981, p. 78).

O processo autocrítico e a elaboração da nova política significaram para o PCB o começo de uma nova fase, mais ligada ao movimento democrático e nacionalista resultando na inserção do partido de forma mais ativa na sociedade brasileira. As mudanças propostas pelo partido defendiam o pluralismo e o policentrismo, a participação consciente dos trabalhadores na luta democrática do país e a conquista da hegemonia operária, sem ações golpistas e modelos insurrecionais, compreendendo o marxismo não mais como um conjunto de dogmas a serem seguidos ortodoxamente, mas sim um método de análise da conjuntura brasileira. O documento de 1958 também foi uma tentativa de resposta as exigências novas que se apresentavam à realidade do país: avanço do capitalismo, aceleração da urbanização, industrialização e modernização do aparelho estatal.

Em agosto de 1960, pouco mais de dois anos após a autocrítica, realizou-se o V Congresso do PCB, que confirmou as linhas gerais da Declaração de 1958. A partir desse momento a direção do partido passou a viver um período de turbulência, causada pelas diferentes interpretações de linha política, alimentando dessa forma divergências ideológicas entre as alas mais moderadas e as mais radicais no pré-64. O de liderança, tendo a frente Prestes e Giocondo Dias, defendia a importância de se juntar a burguesia nacional, enquanto Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois,

grupo minoritário contrapunha-se a tais mudanças consideradas “direitistas” (MORAES; VIANA, 1982, p. 151).

Entre os anos de 1957 e 1960, o PCB passou por violentas críticas em seu interior, levantando entre seu grupo de dirigentes, posturas arrogantes e truculentas ainda comprometidas com o stalinismo, com o qual não pretendiam romper. A partir de 1961, esse grupo tido como reacionário, intensificou suas críticas à direção do PCB utilizando-se do Partido Comunista da China como referência e cujas posições, naquele momento, iam de encontro com as dos PCUS. Ainda no ano de 1961, o PCB realizou uma Conferência Nacional onde foi aprovado o estatuto que alterou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, acirrando ainda mais as posições dentro do partido, o grupo dissidente considerou que tais alterações equivaleram ao abandono do marxismo e por esse motivo em fevereiro de 1962 consumou-se a defecção e a manutenção do nome Partido Comunista do Brasil, PC do B, um novo partido que objetivava a implantação do chamado “governo popular” através da “luta armada”, distanciando cada vez mais o PCB do PC do B que adotaram concepções diversas sobre o marxismo e várias outras questões referentes à prática e a teoria (SEGATTO, 1981, p. 91-92).

O início da década de 1960 foi marcado pelo avanço das forças nacionais, democráticas e populares e por esse motivo o PCB e os comunistas, aos poucos foram recuperando sua influência no meio operário, no caso do PCB em grande parte devido ao reflexo da nova política formulada nos anos 50. O desenvolvimento das organizações e das lutas do operariado no início dos anos 60, com intensa participação dos comunistas ao lado dos trabalhistas, incluindo manifestações de apoio a João Goulart, foi determinante para a existência de um movimento operário – sindical ativo na vida política geral da nação e, sobretudo reivindicador de obras do Estado, como por exemplo, a exigência para que se realizassem as Reformas de Base. É necessário notificar que a influência e atuação do PCB, nesse momento, não se reduziram somente ao movimento operário e aos trabalhadores do campo, mas estendeu-se também a outros importantes setores da vida política nacional, por exemplo, movimento estudantil, intelectual e forças armadas. A proposta do PCB foi absorvida e defendida pelas forças nacional-populares, a ponto de ser identificada com a política do estado a ser realizada pelo governo.

O PCB dedicou-se a luta pela legalidade e pela posse de João Goulart a presidência da república, pois sobre ele pesava a ameaça golpista de não lhe ser passada a faixa presidencial após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. A luta à causa da legalidade constitucional, aumentou e fortaleceu as mobilizações de trabalhadores no Brasil, ampliando significadamente o campo de atuação do PCB. Os comunistas desempenharam importante papel na organização da classe operária, através da criação de comissões e intersindicais, que na prática começariam a caminhar para o rompimento com a estrutura sindical pelega. Como exemplo podemos citar: Pacto de Unidade Intersindical, transformado depois no Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que coordenava e unificava a nível nacional o movimento sindical e suas lutas, o PCB também esteve presente nas lutas camponesas fazendo reivindicações imediatas pela reforma agrária culminando na fundação da (CONTAG), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (SEGATTO, 1981, p. 94).

O aumento das mobilizações de trabalhadores e as Resoluções políticas no ano de 1962 permitiram ao partido a radicalização de sua postura, exigindo do então presidente da república João Goulart a implementação das Reformas de Base. No decorrer do processo, o PCB estabeleceu elos com a CGT, PTB, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e Frente de Mobilização Popular (FMP), atingindo saldo positivo nas eleições de outubro de 1962, quando o partido abrigado em outras legendas, elegeu deputados federais e estaduais. Diante de tantos sucessos e conquistas adquiridos, o partido viveu um clima de euforia, acreditando estar no caminho de se tornar um “grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico, como propunha a Resolução política do V Congresso.” (SILVA; SANTANA, 2007, p. 128).

Juntamente ao crescimento e avanço do PCB e demais forças nacional-populares, as forças conservadoras reacionárias e de direita passaram a sentir-se acuadas, vendo ameaçados seus interesses por isso começavam a conspirar e a organizar uma reação. Para piorar a situação o país no ano de 1962 passou por uma séria crise econômica que seria aproveitada pelas forças de direita que arquitetavam um golpe de Estado. No extremo oposto, as forças nacional-populares pressionavam o governo afim de

que realizasse as reformas pretendidas, os trabalhadores foram incentivados a fazerem greves, tomarem terras e etc.

Jango foi se sentindo pressionado diante do conservadorismo do parlamento, que se tornou um entrave aos avanços das reformas defendidas pelo PCB. Já no início de 1964, com o governo enfraquecido, João Goulart lançou mais uma manobra política e apelou abertamente para o apoio popular. Em 13 de março de 1964, em frente a Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente realizou um comício de grandes proporções e, diante da multidão, anunciou medidas que integrariam um amplo projeto de reformas enviado dois dias depois ao Congresso Nacional. A reação não tardou, a CGT ameaçou fazer uma greve geral caso houvesse uma tentativa golpista, enquanto grupos conservadores queriam o *impeachment* do presidente, participando de atos como foi, por exemplo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade.” (SILVA; SANTANA, 2007, p. 130).

O ano de 1964 assistiu ao rápido enfraquecimento das bases políticas do governo, e no dia 31 de março desse mesmo ano, o golpe militar surpreendeu e impediu que os esforços dos comunistas e dos trabalhadores fossem recompensados.

2 GRAMSCI E O PCB: A LUTA MODERNIZANTE RUMO À REVOLUÇÃO PASSIVA

A década de 1950 representou um marco na história do PCB. O IV Congresso do 1954, a Declaração de Março em 1958 e principalmente, o XX Congresso do PCUS significaram o início de um processo de autocríticas, de mudanças que valorizavam as liberdades democráticas, mas que não aconteceram de forma tranqüila, já que muitos dirigentes do partido encontravam-se arredios a qualquer ruptura com o passado.

Em fevereiro de 1956, quando irromperam as primeiras notícias sobre o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o PCB passava por um período de otimismo. Os resultados obtidos com as formulações do programa de 1954, apesar de uma notória ausência de análise

sobre o capitalismo e outros erros referentes a interpretação do processo histórico brasileiro, levaram certa motivação ao partido e seus dirigentes. A abertura dos arquivos secretos de Stálin, pelo secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchev, levou ao conhecimento do mundo as atrocidades cometidas durante o governo stalinista, revelações que provocaram perplexidade entre os comunistas, comprometidos há anos com a assimilação do marxismo-leninismo.

Os novos tempos marcaram o fechamento do PCB em um período de discussão, não era fácil acreditar na veracidade dos crimes denunciados. Notícias sobre a evolução dos acontecimentos em outros PC's chegavam insistentemente, dando conta sobre a denúncia do culto à personalidade e a necessidade de se repensar a realidade com a social-democracia e um novo caminho para o socialismo, já que o arcabouço teórico era colocado em dúvida. As primeiras notícias veiculadas na imprensa comunista, *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, davam um tom oficioso às questões relativas ao XX Congresso, diminuindo a verdadeira dimensão dos debates que aconteciam em outros partidos comunistas. As matérias traziam resoluções do Partido Comunista Italiano, um exemplo que mais avançou nos debates. Foi publicado também, no jornal Estado de São Paulo, um artigo de Eugene Dennis, secretário-geral do PC Americano, que afirmava a legitimidade dos documentos apresentados por Kruchev, mas o artigo foi considerado armação da imprensa burguesa (SANTOS, 1988, p. 100).

Os documentos produzidos pelo partido comunista italiano, não só confirmaram elementos da problemática na União Soviética, como também retiraram o PCB da passividade em que se encontrava, apresentando novas possibilidades de discussão, com a participação das grandes massas de trabalhadores. Muitos partidos comunistas, para um processo mais aberto e completo de desestalinização, saíram a público, delineando uma posição autocrítica e até mesmo substituindo o quadro de dirigentes mais comprometidos com o passado (SANTOS, 1988, p. 102).

O mundo comunista conhecia a crise e o difícil processo de substituição do stalinismo e diante disso a perplexidade dos comunistas brasileiros que prolongavam os meses de silêncio em que permanecia a direção partidária. Pode-se dizer que o silêncio foi sendo quebrado aos poucos,

quando os dirigentes do PCB entraram em contato com o informe de Palmiro Togliatti⁷, apresentado no VIII Congresso do PCI. O documento refletia sobre a orientação a ser definida para o partido, além de abordar questões de valor mais geral, a nova bagagem teórica do partido italiano destacava conceitos gramscianos⁸. Togliatti procurava vias originais para o socialismo. Reconheceu questões equivocadamente defendidas pelo PCUS, como foi o caso do centro único, aceito pelo PC's durante muitos anos e a necessidade de reformas nas instituições russas o que trouxe para discussão temas polêmicos, muitas vezes evitados.

A proposta de uma nova política pensada por Togliatti e açambarcada pela teoria de Gramsci daria um novo enfoque a luta das massas, defenderia a implantação da democracia interna com o objetivo de construir um partido conscientizador capaz de transpor a fase meramente agitativa. Não há como precisar exatamente quais foram as influências que os informes do partido comunista italiano provocaram no PCB, mas é certo que as preocupações de Togliatti foram evidenciadas em debates no interior do partido. Os novos caminhos traçados para o socialismo aumentaram o interesse dos dirigentes, estimulando e pressionando a abertura dos debates.

A contra gosto da dirigência partidária, em 6 de outubro de 1956, o *Voz Operária* trazia um artigo de João Batista de Lima e Silva com o seguinte título: "Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas as cabeças", irrompendo dessa forma os debates. Os primeiros artigos e cartas reclamavam da demora e atraso da imprensa pecebista em se pronunciar a respeito das revelações do XX Congresso do PCUS. A abertura dos debates incitou a publicação de diversos artigos, sendo a maioria da autoria de intelectuais comunistas. Dentre as publicações havia diferenciações de idéias, enquanto alguns intelectuais procuravam estreitar e simplificar as discussões, outros pediam para que os debates fossem amplos e aprofundados (SANTOS, 1988, p. 115).

As edições seguintes do *Voz Operária* publicaram o "Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil", (SANTOS, 2003, p. 236) uma maneira que a direção partidária encontrou para

dirigir e orientar os debates. Sem um exame crítico da realidade, o projeto de resolução tratou superficialmente dos problemas essenciais referentes à discussão, apenas reproduziu a análise da situação internacional feita nos documentos soviéticos, sem maiores reflexões. As resoluções também abordaram repetitivamente questões vigentes na plataforma do Pleno de 1955 como: política externa de paz, defesa das liberdades democráticas, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, etc.

Quanto às disposições relativas ao XX Congresso e seus ensinamentos, o projeto de resolução não alcançou grandes avanços, permanecendo na justificativa histórica dos erros de Stálin, associou-se o “culto” no interior do PCB às manifestações empíricas do dogmatismo subjetivista, mas sem nenhuma análise mais profunda do pensamento político. Ainda durante o ano de 1956, a imprensa partidária continuou trazendo artigos, geralmente críticos e questionadores das concepções práticas do PCB, um número bastante grande desses artigos pedia a redefinição de pontos do programa de 1954, apoiados na tese da nova realidade do país. Dessa maneira, o início dos debates acabou dividindo, ou melhor, reforçando a divisão de opiniões, entre os críticos do desempenho do partido, propondo a adesão de elementos novos à política pecebista e aqueles ainda em clima formalmente autocrítico, preconizando certo defensismo, a espera de respostas do coletivo partidário.

A crise político-ideológica pela qual passava o PCB aproximou-o de alguns elementos das formulações teórico-políticas de Antônio Gramsci, reelaboradas pelo já mencionado secretário-geral do partido comunista italiano (PCI), Palmiro Togliatti. É importante destacar que as idéias de Gramsci, embora reelaboradas, foram conhecidas pelos brasileiros comunistas e influenciaram o processo de renovação vivido pelo PCB nos anos 1958-60 (SEGATTO, 1998, p. 182).

A Declaração de Março de 1958 traz claras evidências das influências sofridas pelas elaborações de Gramsci, alguns conceitos presentes na obra desse autor foram incorporados aos documentos do PCB. Embora utilizados sem muitas propriedades, passaram a fazer parte do vocabulário pecebista questões como a democracia, fundamental na luta pelo socialismo, a preocupação na conscientização das massas, a coesão do partido político, a

estratégia das frentes democráticas, a busca pelo caminho pacífico na revolução brasileira, fazendo uma clara aproximação com conceitos gramscianos, como: hegemonia, partido político, inversão da infra e superestrutura, revolução passiva. Já indicavam as proposições da Declaração de Março:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidos por nenhuma força social isoladamente [...] A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças [...] Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. [...] O proletariado tem interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático conseqüente [...] O proletariado deve salvaguardar, por isto, a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única [...] A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avançará à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única (DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1958 apud SEGATTO, 1981, p. 80-81).

Gramsci se tornou um mito no interior da esquerda italiana, era apresentado como um antecipador das renovações que se faziam necessárias das teorias e práticas marxistas-leninistas, bem como de uma nova caracterização para a revolução socialista. Libertário e reformista, Gramsci desapareceu com as separações entre o econômico, o social e o político, em sua teoria há uma “politização do social” e uma “socialização da política”. Estudou muitos temas, tais como hegemonia política, poder na sociedade civil, o papel do Estado, a função dos intelectuais na sociedade, a cultura, o folclore etc. Tratou também especificadamente do partido comunista, com o objetivo de demonstrar como era complexa, mas indispensável a formulação da teoria da organização e a prática organizativa do partido (GRAMSCI, 2006, p. 47).

O PCB e outros PC's viviam um novo momento, advindo com o colapso das imposições stalinistas. Era preciso repensar as teorias e práticas, que naquela conjuntura aclamavam por liberdades democráticas. As revoluções experimentaram o gosto da derrota, o XX Congresso do PCUS,

esfacelou o ideário marxista-leninista e por que não dizer stalinista? Gramsci se apresentou ao PCI, ao mundo e ao PCB, com um marxismo renovado, libertário, capaz de promover transformações na ação política e particularmente na ação revolucionária. Ao analisar-se as proposições da Declaração de Março citada anteriormente, verifica-se o processo de renovação pelo qual o partido passava, e mais ainda, a influente marca gramsciana.

Gramsci fala sobre hegemonia política, um conceito que se refere ao funcionamento e conquista da direção ideológica da sociedade por uma classe, ou seja, esse conceito transportado para a realidade brasileira e dominado pelo PCB, significaria a passagem do comando revolucionário ao proletariado, que assumiria a posição de classe hegemônica ideologicamente, responsável pelo desenvolvimento orgânico da concepção de mundo da classe subalterna. Segundo o italiano:

A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter também mediante a força armada, e é dirigente dos grupos afins ou aliados." (GRAMSCI, 1984, p.2010 apud NOGUEIRA, 1998, p. 87-88).

A hegemonia se estabelece a partir das relações entre Estado/Sociedade, é no processo de socialização do Estado que o poder estatal não se expressa apenas por meio de seus aparelhos repressivos e coercitivos, mas mediante uma nova esfera social, a sociedade civil, que englobará as classes subalternas e seus interesses. O PCB tomou para si a função de gerar na classe operária, a consciência crítica, o início para a consciência de classe, influenciando e promovendo o desenvolvimento independente e progressista do país, dentro da frente única, resguardando a independência político-ideológica. A nova política pecebista traçava projetos claros para a hegemonia proletária: "A tarefa principal e permanente do movimento comunista consiste em unir e organizar a classe operária, elevar sua consciência e dirigir a sua luta, para que ela possa desempenhar sua função dirigente na sociedade brasileira." (SEGATTO, 1981, p. 93).

A passagem do Estado de massas para o Estado consciente, com a sociedade civil fortalecida, prenunciava alterações nas formas de ações políticas e revolucionárias. O confronto direto deu lugar a “guerra de posições”, mais apropriada para o período pós-guerra. Para Gramsci não se tratava de uma escolha entre uma maneira e outra, mas uma imposição da realidade histórica mundial, nascida das transformações políticas e sociais. O teórico valeu-se de uma analogia militar: “não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha uma superioridade esmagadora sobre o inimigo.” (GRAMSCI, 1984, p. 1615 apud NOGUEIRA, 1998, p. 86).

O mesmo faz ainda uma referência a superestrutura da sociedade civil, que funcionaria como trincheiras na guerra moderna, pois sua complexidade evitaria quebras catastróficas do elemento econômico. Segundo o PCB:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (NOGUEIRA, 1980, p. 22 apud VIANNA, 1998, p. 195-196).

O momento não era mais o das “minorias revolucionárias”, mas do proletariado hegemônico, não era mais das “barricadas e das lutas de rua”, mas das batalhas eleitorais. O sufrágio universal transformava-se numa arma para os operários, permitindo-os um novo método de luta e um contato mais amplo com a sociedade civil. A revolução passiva seria a incorporação, do elemento ativo, dotado de consciência política ao processo de transformismo em curso, que se fazia indicar pelo nacional-desenvolvimentismo, programa que devia conduzir a um capitalismo estatal a base de uma coalizão nacional-popular.

Para o PCB, a revolução passiva seria a base de implantação do regime nacional-democrático, pois permitiria o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país:

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas (NOGUEIRA, 1980, p. 22 apud SEGATTO, 1998, p. 182).

A Declaração de Março de 1958 seria pela primeira vez na história da esquerda brasileira a identificação com o conceito de Revolução Passiva, uma proposta de ruptura não baseada no “momento explosivo de tipo francês”. A Revolução Passiva deixava de ser cenário exclusivo das elites, passando a incorporar o projeto de ação da antítese, objetivando introduzir o elemento ativo no processo de transformismo em curso. “A esquerda descobria o tema do transformismo como uma nova alternativa para a mudança social, mas esta descoberta, porém, se fazia em um terreno estranho ao seu - o do Estado, da burguesia nacional e das elites políticas de tradição territorialista.” (VIANNA, 1998, p. 196).

Outro conceito importante elaborado por Gramsci e apropriado pelos comunistas brasileiros foi o de partido político, uma forma de manter a coesão entre os dirigentes partidários, criando uma possibilidade de identidade ideológica entre seus militantes. O partido comunista seria o instrumento e a forma histórica para o processo de libertação, sendo que através dele o operário passaria de executor à iniciador, de massa à poder hegemônico, de trabalhador braçal converteria-se em cérebro e ideologia, objetivando o pleno desenvolvimento do estado operário, organizado e com as condições materiais necessárias (GRAMSCI, 2006, p. 56-57).

O PCB representaria a unidade entre os operários, a representação e identificação do proletariado com a ideologia e luta em curso. O partido centralizaria no plano nacional, o elemento dotado de força altamente coesiva e disciplinadora, capaz de concentrar e organizar objetivos comuns, mesmo em um estado disperso e errante.

Esses foram os conceitos adaptados pelo PCB à realidade histórica brasileira. Gramsci por ter sido um pensador marxista, mas dotado de uma visão crítica e histórica dos processos sociais, capacitou a dirigência brasileira

para a transformação política em andamento, possibilitando o tratamento do marxismo, não como doutrina abstrata como fazia o PCUS, mas como método de análise concreta da realidade em suas diferentes determinações.

A década de 50 significou para o PCB o momento das transformações e organizações ulteriores. O partido, a partir de novas iniciativas, processou reformulações em seu projeto político, deixando que a principal mudança ficasse a cargo do proletariado, que seria capacitado para a liderança ideológica do movimento revolucionário. Esse processo talvez possa ser a síntese de todo o projeto gramsciano. O momento da passagem de “classe em si” para “classe para si”, traduz o pensamento denominado por Gramsci como *catarse*, que significaria essa transição da esfera egoístico-passional, ou seja, os interesses meramente corporativos e particulares, ao ético-político, ou nível da consciência universal.

Assim como já foi citado anteriormente, essa aproximação do PCB com os documentos do Partido Comunista Italiano e as práticas de Gramsci, nunca se fez de forma tranqüila, ao contrário, sempre encontrou resistências, daí caracterizando uma reforma restrita, cheia de ambigüidades, que pouco valia na prática. O projeto político de Gramsci foi com certa freqüência misturado e até mesmo subordinado aos velhos princípios do marxismo-leninismo. Para exemplificar, Carlos Néelson Coutinho afirma:

Em suas formulações estratégicas, continha a própria imagem de um Brasil ‘atrasado’, semifeudal e semicolonial, carente de uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’ como condição necessária para encontrar o caminho do progresso social.” (1988, p. 60 apud SEGATTO, 1998, p. 184).

A introdução das idéias de Antônio Gramsci na vida política brasileira foi dificultada por diversos fatores, entre eles, ressalta-se a problemática realidade histórica pensada por seus intelectuais, uma realidade adversa, imbuída de uma cultura política atrasada e antidemocrática, uma esquerda ainda predominantemente comandada por pelo dogmatismo e atitudes sectárias. Com todos esses os problemas as idéias de Gramsci foram

vistas com extrema desconfiança pela maioria dos agrupamentos de esquerda e como sinal de “reformismo” e “pacifismo”.

De qualquer forma, contando com todas as limitações, o projeto do PCI e as propostas gramscianas contribuíram e fizeram parte da reforma pecebista, atribuindo concepções e práticas ainda que conservadoras à renovação do PCB, com uma certa receptividade teórica.

3 DA TEORIA À PRÁTICA: A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NOS MOVIMENTOS NACIONAL-POPULARES NA DÉCADA DE 60

Os anos que se seguiram ao processo de autocríticas, desencadeados após o XX Congresso do PCUS, marcaram um importante desempenho do PCB na vida política nacional. A democracia brasileira entre 1955 e 1964 permitiu aos comunistas maiores espaços para a participação, fazendo com que aos poucos, estes recuperassem sua influência no seio da classe operária. Após um período de dogmatismos e sectarismo, o PCB intensificou suas ações, sendo o eixo central da política comunista no movimento operário, camponês e sindical.

A mudança da linha política pela qual o PCB passou nos anos 50 aproximou-o de uma política de unidade e aliança com setores nacionalistas, principalmente trabalhistas e sindicalistas, facilitando a mobilização da classe operária e suas reivindicações:

A união dos trabalhadores de orientação comunista, trabalhista, socialista, católica e dos trabalhadores sem filiação partidária, é a arma principal de que dispõe a classe operária para lutar por seus interesses [...] A unidade sindical só pode ser alcançada através da unidade de ação dos trabalhadores em torno às reivindicações comuns e mais sentidas, por mais elementares que sejam. A fim de obter-se essa unidade de ação, é necessário utilizar-se as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-las e aperfeiçoá-las, influenciando sobre o Parlamento com a pressão de massas para conseguir a aprovação de novas leis (TELLES, [195--] apud SEGATTO, 1981, p. 93-94).

Para que se possa ilustrar e exemplificar a política de unidade levada pelo PCB, vale lembrar o apoio dado pelo partido aos governos de Juscelino Kubitschek (1956-60) e depois a Jango, vice-presidente de Jânio Quadros (1961), no momento da renúncia deste.

Quando, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros surpreendeu a nação ao anunciar sua renúncia, provocou uma crise em termos de sucessão. Muitos militares e setores conservadores tentaram impedir a posse de João Goulart. Setores constitucionistas e o movimento sindical progressista paralisou trabalhadores em diversas áreas a favor da legalidade constitucional. À frente do movimento estavam comunistas e trabalhistas em apoio integral a Jango.

O desenvolvimento e avanço das forças nacional-populares, ou mesmo aliança entre comunistas-trabalhistas, aumentaram a organização dos trabalhadores e colocaram na ordem do dia a importância de se realizar um conjunto de obras e reformas econômicas, políticas e sociais, reformas democráticas que incluíssem entre outras, a reforma agrária e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. A aproximação do PCB com trabalhadores rurais surtiria efeitos positivos que serão verificados adiante.

O período entre os anos 1955 e 1964, de forma geral, gozou dos ares de liberdade, e com ele o PCB, que se aliou aos trabalhistas, através das chamadas organizações intersindicais. Para se ter uma idéia sobre o volume dessas entidades, podemos citar entre outras, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que agrupava sindicatos do Distrito Federal; o Fórum Sindical de Debates (FSD); o Pacto de Unidade e Ação, que congregava ferroviários, portuários e estivadores de todo o Brasil (PUA) e o Pacto de Ação Conjunta (PAC). O ápice de todo esse processo se deu com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que aglomeraria, no plano nacional todas as questões propostas pelas outras entidades.

Assim ficou definida a participação do proletariado na aliança comunista-trabalhista ou simplesmente frente única, termo criado e utilizado pelo PCB:

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses – seu aliado fundamental – e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única (PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1980 apud SEGATTO, 1981, p. 88).

A política de unidade, que passou a ser praticada pelo PCB no movimento operário e sindical, teve como consequência um significativo avanço das lutas e das organizações dos trabalhadores. As quais através da criação de comissões, conquistaram algumas direções importantes, como foi o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A “grande ofensiva” coroou o sucesso da aliança sobre a confederação mais simbólica e importante naquele momento. Em 1961, comunistas e trabalhistas derrotaram os membros conservadores da CNTI, que dirigiam a entidade desde a década de 40. Ocuparam a direção, com reivindicações imediatas para a transformação social. A direção da CNTI representou mais um passo importante. Garantiu à aliança o comando dos setores reformistas sobre muitos sindicatos e federações ligadas ao ramo industrial espalhadas por todo o Brasil (SANTANA, 2007, p. 267).

A criação das intersindicais pelo PCB e demais forças nacional-populares, ressaltando-se principalmente as trabalhistas, objetivava romper com a estrutura sindical vertical, fazendo frente ao controle exercido pelos setores “pelegos”. Ao mesmo tempo, criou-se um outro tipo de organização, preocupado com a vivacidade da classe, procurando afastar das decisões sindicais os setores mais conservadores. O fato foi que a aliança ao mesmo tempo buscou “crescer para baixo”, motivando agitações no interior das fábricas, mas também se esforçou no sentido de “crescer para cima”, ou seja, ocupou postos-chave no interior da estrutura sindical e conseqüentemente, procurou incorporar os trabalhadores nas decisões (SANTANA, 2007, p. 263).

Em 1964, para dimensionar o avanço da aliança comunista-trabalhista no interior do sindicalismo nacional, pode-se contabilizar quatro das seis confederações oficiais então existentes, que passaram à direção da

aliança. São elas: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aeronáuticos (CNTMFA) e a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Quanto a Contag, essa foi símbolo da união entre o PCB e os trabalhadores rurais e do engajamento do trabalhador agrícola na luta pela reforma agrária. O Ministério do Trabalho reconheceu os sindicatos rurais e promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural.

As investidas da aliança tomaram impetuosamente setores representativos e estratégicos naquele momento. O sucesso entre comunistas e trabalhistas deveu-se, em grande parte, à estratégia utilizada, ou seja, a conquista tanto das bases sindicais quanto de seus instrumentos de cúpula. Evitou-se que o trabalhador estivesse sozinho, em movimento autônomo, fazendo prevalecer a política de unidade. Tal situação não foi suficiente para que o governo perdesse totalmente o controle sobre os sindicatos e a estrutura sindical oficial se manteve intacta. De acordo com Marco Aurélio Santana:

A estrutura se manteve, entre outros motivos, porque as lideranças sindicais, se queriam autonomia de ação e se opunham às intervenções do Estado, defendiam a manutenção dos pontos-chave do corporativismo, que facilitavam seu controle sobre a 'máquina': unidade sindical e arrecadação compulsória da contribuição tanto de associados como de não-associados (2007, p. 264).

Mesmo que na prática houve a manutenção de alguns pontos-chave dos projetos estatais, não se pode minimizar, ou até mesmo desprezar a política posta em prática pela aliança, que mostrou todo o seu vigor na organização e estruturação de muitos órgãos intersindicais. Os quais participavam ativamente dos debates sobre os caminhos e destinos da sociedade brasileira. Outros processos envolveram a participação da aliança, como a conformação da Frente de Mobilização Popular (FMP), que unificou grupos orientados pelas posições nacionalistas de esquerda. Dentre esses grupos estavam: A União Nacional dos Estudantes (UNE) e deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

A aliança desempenhou fator decisivo à frente das grandes jornadas cívicas. Conquistou importantes vitórias políticas ao lado dos trabalhadores contra as forças reacionárias, de direita e pró-imperialistas. Assim um órgão em São Paulo avaliou o desempenho da aliança, em 1957 (SANTANA, 2007, p. 264-265).

O momento também foi marcado não apenas pelo movimento sindical, mas pela experiência democrática colocada em prática através de greves e paralisações em diversas cidades. Como foi o caso da dos têxteis em Recife, a dos 400 mil em São Paulo (1957), a dos trabalhadores das barcas Rio-Niterói (1959) e a Greve da Paridade (1960), quando trabalhadores civis paralisaram os transportes marítimos, ferroviários e portuários em todo o país. No período em que João Goulart esteve a frente da Presidência da República, os sindicatos decretavam greves em apoio e solidariedade a Jango, atingindo principalmente as atividades industriais e de transportes no Rio de Janeiro.

Em setembro de 1962, uma greve geral marcou a trajetória de comunistas e trabalhistas. A aliança promoveu um plebiscito que derrotou maciçamente o regime parlamentarista. Ainda na mesma ocasião, reivindicou-se a revogação da Lei de Segurança Nacional, direito de voto a todos os cidadãos, incluindo analfabetos e soldados, concessão do direito de greve, aumento salarial de 100% e outros. Durante os períodos de crises políticas, a aliança comunistas-trabalhistas, e obviamente o PCB, se posicionaram ao lado da democracia e da legalidade. Observa-se as seguintes proposições do PCB:

Os comunistas atuam, por isso, nos marcos da estrutura sindical e observam a *Consolidação das Leis do Trabalho*, procurando dentro da lei organizar e unir os trabalhadores na luta por suas reivindicações econômicas, sociais e políticas[...] A unidade só pode ser conseguida em bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativas massas trabalhadoras, se não for um movimento apenas de cúpula (TELLES, [195--] apud SEGATTO, 1981, p. 94).

A atuação do PCB não se reduziu apenas ao movimento operário e camponês, mas se alargou para outros importantes setores da vida política nacional: movimento estudantil, movimento intelectual, Forças Armadas etc. As forças nacional-polpulares avançavam em luta e com ela a proposta política do

PCB ia sendo defendida e absorvida como bandeira de luta por diversos setores da sociedade civil.

A participação foi intensificada quando houve a posse de João Goulart após renúncia de Jânio Quadros. Defendendo as reformas de base, acentuando seu projeto reformista, o então presidente, aliou-se ao movimento de trabalhadores, com pretensão de alcançar seus objetivos. Por outro lado, os trabalhadores se aproveitaram de tal situação e dos espaços concedidos por Jango, para o avanço do movimento e de suas conquistas. Após esse momento, houve uma aproximação das propostas do PCB, com as propostas governamentais, como sugere Segatto: “A luta popular passou a convergir, em diferentes e múltiplos momentos, com a atividade política governamental”. Ainda exemplifica: “Pontos altos dessa convergência foram o comício do dia 13 de março e a mensagem presidencial sobre as reformas de base enviadas ao Congresso Nacional” (1981, p. 92).

A aproximação da aliança comunistas-trabalhistas com o governo permitiu um auxílio mútuo fundamental para as conquistas democráticas, retirando, em alguns momentos, o poder das mãos de setores conservadores. A aliança transformou o poder sindicalista em força política e apoio político capaz de realizar importantes mobilizações em favor dos trabalhadores.

Apesar de todo o sucesso que a aliança vinha conquistando, comunistas e trabalhistas, por vezes chegavam a divergir em suas decisões. Por mais que houvesse uma unidade de interesses, seus projetos políticos não eram os mesmos. Como já foi mencionado, o PCB há muito falava sobre a política de unidade, considerada, principalmente a partir de 1954, uma alternativa para seu desenvolvimento. Foi essa ideologia que aproximou comunistas a outros setores, modificando a maneira de atuação do movimento sindical nacional dentro e fora da estrutura corporativa.

É importante ressaltar que o destaque do movimento ficou para os comunistas, que estavam defendendo seu projeto político junto aos trabalhadores. O PCB aproveitou-se dos espaços conquistados para o empreendimento de seus ideais. Por trás da aliança, havia uma competição, que de forma estratégica procurava o avanço de posições sobre os demais aliados.

Da seguinte forma um militante comunista definiu a aliança:

Nós participávamos da unidade, da forma que o partido sempre fazia. Visando mais à frente derrotar o aliado. No momento mesmo em que começava a aliança, para o partido o aliado já estava com os dias contados (SANTANA, 1992, p. 167 apud SANTANA, 2007, p. 267).

Assim, quando às vezes as posições divergiam, os partidos se atacavam criticando o que, na visão de cada um deles, não corresponderia aos interesses dos trabalhadores. Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e militante trabalhista, se posicionou da seguinte forma quanto ao PCB:

o PCB também não é o partido que mais convém aos trabalhadores. Além de estar na ilegalidade, cometeu, quando tinha vida normal, tremendos erros. Alijou destemidos combatentes de seus quadros.[...] O PCB nunca esteve efetivamente nas mãos dos operários (CERQUEIRA, 1961 apud SANTANA, 2007, p. 268).

Em resposta às proposições de Cerqueira, o pecebista Jover Telles alegou ser o PCB sim o partido da classe operária. Que a ilegalidade partidária seria prova de que os comunistas defendiam a causa trabalhista e por isso teriam sido impedidos de atuar. Dessa maneira, as propostas iniciais da aliança foram se esfacelando, os interesses partidários passaram a se sobressair sobre os interesses da classe trabalhadora. O próprio presidente João Goulart tentou sem sucesso arrefecer a força aliancista.

A disputa que se acirrou entre comunistas e trabalhistas, junto ao pronunciamento de Jango, em favor da continuidade da aliança, fez com que as elites temessem o comunismo. Rapidamente, setores da direita se articularam e deram o golpe no regime constitucional, destituindo o presidente e transformando escolhas em normas.

O PCB incorreu em uma série de erros que o levaram a cegueira política, o inimigo do Brasil ainda era externo, assim os principais esforços se voltavam para o combate ao imperialismo norte americano. A renovação pela qual passou o partido não foi suficiente para que se fizesse uma análise correta

da conjuntura brasileira. Tanto trabalhistas quanto comunistas não perceberam o inimigo interno que febrilmente preparava o golpe de Estado.

No instante em que eclodiu o movimento militar pela derrubada do governo, o povo encontrou-se desarmado politicamente para enfrentar os golpistas... As forças populares viram-se diante de um fato que não estava previsto em seus cálculos, ficando hemiplégicos ao anunciar-se o movimento militar nas Alterosas[...] Toda a tática das correntes progressistas e do próprio governo Goulart encontrava-se apoiada numa base falsa: *não havia uma justa análise da correlação de forças e do desenrolar do processo* (TAVARES, 1966, p. 32 apud SEGATTO, 1981, p. 99).

No início de 1964, verificou-se um declínio do apoio político dado pelos comunistas e setores trabalhistas ao governo, com relativa perda de importância entre os setores populares e rápido enfraquecimento das bases políticas do mesmo.

A luta pela democracia e pela legalidade constitucional, fez com que o PCB, não se articulasse perante um golpe de Estado. A constante busca pela implementação da Revolução Passiva e outros conceitos gramscianos impediram que o partido se posicionasse de forma mais agressiva e até mesmo golpista. O PCB empenhou-se muito mais numa possível revolução intelectual no meio operário, uma maneira de conscientização política da classe, que através do sufrágio universal levaria ao poder representantes do socialismo. Pretendia esquecer os anos de revolta, que marcaram os primeiros anos de sua existência de maneira negativa e sem sucessos. Assim o partido se expressou sobre a velha maneira de agir:

A tática, para nós, se reduzia assim à pura agitação e ao desencadeamento de lutas que procurávamos radicalizar artificialmente, visando ganhar as massas para o programa revolucionário, enquanto esperávamos a chegada do momento propício em que, por meio da insurreição, substituiríamos as classes no Poder. Só víamos, deste modo, a meta a atingir, que colocávamos arbitrariamente como objetivo imediato, e não o movimento real no qual devíamos nos integrar, procurando conduzi-lo no sentido da meta revolucionária [...] Com esta compreensão simplista e mecânica da revolução, cerrávamos os olhos ao processo político em desenvolvimento no país, e, em geral, dele não participávamos como força política atuante (PCB: vinte anos de política, 1980 apud SEGATTO, 1981, p. 84-85).

E depois um alerta para a nova tática:

A crítica superficial de nossos erros políticos pode conduzir agora ao erro oposto, à preocupação exclusiva com o movimento que se processa gradualmente, abandonando a meta revolucionária da classe operária. Ora, uma tática que se baseia apenas nas conquistas imediatas e não objetiva atingir as transformações radicais nada tem de uma tática revolucionária, mas, pelo contrário, é uma tática reformista, que nos colocaria a reboque da burguesia (PCB: vinte anos de política, 1980 apud SEGATTO, 1981, p. 85).

O golpe de 1º de Abril implantou no país uma ditadura baseada na força militar, na repressão policial e no autoritarismo coercitivo. Mais uma vez os trabalhadores iriam sofrer os abusos das elites brasileiras. O árduo trabalho realizado pelas frentes populares e uma geração de militantes político-sindicais havia sido jogado fora. A partir desse momento, dirigentes e militantes do PCB foram perseguidos, torturados, presos e em muitos casos assassinados, acusados de inimigos da pátria e da democracia. A esquerda novamente foi para a prisão. Conheceu a interrupção de seus projetos em pleno ápice de suas atividades. O PCB iria passar por um novo momento de silêncio e por um processo de autocríticas devido a amarga derrota sofrida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova política esboçada pelo PCB nos anos 50, fruto principalmente dos desdobramentos do XX Congresso do PCUS baseou-se na defesa do pluralismo e do policentrismo, na conscientização e unidade das grandes massas no processo político. A nova orientação se definiu já na Declaração de Março de 1958, quando se iniciou o processo de autocríticas, caracterizando uma política diferente daquela seguida anteriormente.

A tentativa de compreender o marxismo não como um conjunto de dogmas, mas como um método de análise da realidade histórica, levou o PCB a um longo período de renovação, que na prática aconteceu misturada a resquícios de dogmatismos e sectarismos. As discussões nunca foram

aprofundadas o suficiente, ao contrário, foram muitas vezes escamoteadas, optando-se pela conciliação interna, pela adaptação das divergências ou por soluções entre os dirigentes.

Apesar de todos os problemas que continuavam a existir, o PCB se inseriu de forma ativa na vida política brasileira. No início da década de 60, o partido conquistou a vanguarda no avanço das forças nacional-populares, incorporando a prática democrática e defendendo a inversão do processo histórico autoritário e reacionário. Contudo, permaneceu alheio as questões internas. Não foi capaz de prever uma reação das forças conservadoras, reacionárias e de direita que, naquele momento, começavam a sentir-se ameaçadas e atemorizadas com o crescimento do movimento democrático.

Antes mesmo que o projeto pecebista tomasse corpo, ele foi interrompido pelas forças de reação, que no dia 1º de abril de 1964 deram o golpe e implantaram no Brasil um regime ditatorial. Desde então, o partido passou a ter uma vida dura e difícil, sendo vítima de discriminações e violências sem limites sem, no entanto abandonar seus projetos políticos.

O partido da classe operária pensou que através das vias democráticas e legais, seria possível levar ao poder os trabalhadores, partindo do pressuposto de que a classe estava se conscientizando politicamente, o que de fato não estava acontecendo. Grande parte dos operários e trabalhadores de outras áreas permaneceram a margem do processo. Dessa maneira houve uma discordância entre a esquerda e a direita que logo partiu para a ação golpista.

O PCB, mesmo com uma longa e difícil história de lutas pela organização da classe operária e dos trabalhadores em geral, soube acumular experiências e enraizar-se na sociedade nacional. Soube sair de suas crises apresentando propostas que atraíssem cada vez mais militantes dispostos a mudanças e a reações que se manifestavam nos sindicatos, nas alianças com outros partidos ou em outras medidas. A mudança ideológica ocorrida nos anos 50 não foi suficiente para que o “partidão” impedisse a direita de chegar ao poder. As reformas que levaram ao conhecimento dos comunistas as idéias de Antônio Gramsci permitiram um momento de alívio, um respiro mais fundo, sem, no entanto impedir a tão temida catástrofe.

O golpe militar de 1964 surpreendeu os comunistas, que não esperavam uma reação de direita. A passividade em que se encontrou o PCB frente a esse movimento pode ser explicada pela nova política adotada, compatível com as idéias de Gramsci. A Revolução Passiva e a valorização dos meios legais e democráticos, não permitiram ao partido reagir de forma combativa aos acontecimentos daquele ano. O Partido Comunista Brasileiro, assim chamado a partir de 1962, valorizou a movimentação legal dos trabalhadores, a busca do socialismo por vias democráticas, o que significa dizer, ressaltar o valor do voto, da participação do operariado nas decisões políticas. Dessa maneira foi impossível impedir a tomada de poder pelos grupos reacionários, que ao contrário do PCB esqueceram-se do valor da palavra democracia e partiram para a ditadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana. In: _____. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. (Org). São Paulo: Unesp, 1998. p. 161-176.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-354. v.3.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Breve história do comunismo democrático no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 261-282. v.2.

COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 15-36.

DELROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2003. p. 59-122.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Tradição e Cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora*. In: SILVA, Giselda Brito. (Org). Estudos do integralismo no Brasil. Recife: UFRPE, 2007, p.65-96.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.6.

_____; TOGLIATTI, Palmiro. A situação italiana e as tarefas do PCI. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; SODRÉ, Nelson Werneck. (Orgs). *Temas de ciências humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 1-38.

_____. O legado de Antonio Gramsci. In: BOGO, Ademar. (Org). *Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 61-104.

JOHNSTONE, Monty. A terceira internacional. In: BOTTOMORE, Tom (Edt.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.197.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, Alberto. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p.65-102.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 221-242. v.2.

PRESTES, Luiz Carlos. O legado de Luiz Carlos Prestes. In: BOGO, Ademar. (Org). *Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 61-104.

SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 237-278.

SANTOS, João Agostinho A. Gramsci:ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; SODRÉ, Nelson Werneck. (Orgs). *Temas de ciências humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 39-64.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2003. p. 225-258.

_____. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antônio. A presença de Gramsci na política brasileira. In: AGGIO, Alberto. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 177-184.

_____. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o partido da classe operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140. v.2.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 37-64.

SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição à história do PCB. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; SODRÉ, Nelson Werneck. (Orgs). *Temas de ciências humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 181-218.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: AGGIO, Alberto. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 185-201.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-106. v.2.

¹ Especialização em Ciências Humanas: Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, e-mail: laujf@hotmail.com

² Professor assistente do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Literatura Brasileira pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Participante como pesquisador dos Grupos Literatura e Autoritarismo (UFSM/CNPq); Observatório da Indústria Cultural (UFF/CNPq) e Cidadania, Trabalho e Exclusão (UFJF/CNPq). e-mail: leandrogoncalves@gmail.com

³ Fundada em Moscou em março de 1919 por iniciativa dos bolcheviques, após a vitória da Revolução de Outubro na Rússia. Lenin definiu o reconhecimento da ditadura do proletariado e do poder soviético em lugar da democracia burguesa como os princípios fundamentais da Terceira Internacional. O objetivo oficial era uma união mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas (JOHNSTONE, Monty. A terceira internacional. In: BOTTOMORE, Tom (Edt.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 197).

⁴ Primeira revolta tenentista em que os jovens oficiais saíram em marcha até o Palácio do Catete com o objetivo de combater as tropas federais.

⁵ Lei instituída pelo Presidente Washington Luís em 1927, que censurava a imprensa e restringia o direito de reunião da população, com o objetivo expresso de restringir o movimento operário.

⁶ Uma força comunista contra a expansão do integralismo foi montada no Brasil, uma vez que o movimento integralista teve ampla repercussão no campo político e social no Brasil na década de 1930. Iniciou suas atividades em 1932, sob a liderança de Plínio Salgado, sua organização, fortemente influenciada pelos movimentos fascistas europeus, priorizava a arregimentação de militantes e seu enquadramento em uma estrutura hierárquica e burocrática. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento ascendente até a decretação do Estado Novo em novembro de 1937 (GONÇALVES, Lenadro Pereira. Tradição e cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, Giselda Brito. (Org). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: UFRPE, 2007, p. 65).

⁷ Foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália, sendo o primeiro a tirar conclusões européias do relatório de Kruchev em 1956 e, por essa razão foi considerado como o fundador do "Euro-Comunismo".

⁸ As idéias de Gramsci, estão organizadas nos *Cadernos do Cárcere* – série de anotações que ao autor italiano produziu ao longo dos anos em que esteve confinado nas prisões da Itália sob domínio do fascismo entre 1926 a 1937, de onde saiu para logo falecer.

ARTIGO RECEBIDO EM 17/03/2009. APROVADO EM 14/04/2009.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL SEGUNDO O FILÓSOFO HÚNGARO ISTVÁN MÉSZÁROS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

THE STRUCTURAL CRISIS OF THE CAPITAL ACCORDING PHILOSOPHER HUNGARIAN ISTVÁN MÉSZÁROS AND ITS REFLECTIONS IN EDUCATION.

Elaci Costa Ferreira de Carvalho¹

RESUMO

Este artigo discute a crise estrutural do capital, segundo a concepção do filósofo húngaro István Mészáros, a qual irrompeu na década de 1970 e que tem atingido toda sociedade. Enfoca, também, os resultados, na educação formal, da ofensiva do capital diante da aludida crise, a qual inclui o processo de reestruturação produtiva, o qual exige um trabalhador com um novo tipo de conhecimento, mais adequado ao processo produtivo vigente e as políticas neoliberais que influíram negativamente na área educacional, mediante a realização de reformas educacionais caracterizadas por valores mercantis, que contribuíram para transformar a educação em um campo lucrativo para o capital (principalmente no nível superior), com a conseqüente privatização e mercantilização da mesma. Aponta para a necessidade urgente de ampliação das estratégias de luta, com vistas à criação de uma sociedade emancipada, onde será possível a existência de uma educação integral, segundo a concepção marxiana.

PALAVRAS-CHAVES: Crise estrutural do capital. Educação. Políticas neoliberais. Processo de reestruturação produtiva.

ABSTRACT

This paper discusses the structural crisis of the capital according to the conception of Hungarian philosopher István Mészáros, which arose in the 1970's decade, which reached the whole society. Focuses too on the results in the formal education of the capital's offensive, in face of the alluded crisis which includes the process of re-structuration productive that requires a new kind of knowledge, more appropriated to the actual productive process, and the neoliberal policies that influenced negatively in the educational area by means of the accomplishment of educational reforms characterized by market's values that contributed to change the education in a profitable field (mainly in higher education) with the consequent privatization and commoditization. Points towards the urgent necessity of enlarge fight strategies intending creates an emancipated society where there will be possible the existence of an integral education according to Marx's conception.

KEYWORDS: Capital's structural crisis. Education. Neoliberal policies. Process of re-structuration productive.

Discorrer sobre os graves problemas enfrentados pela educação e a degradação que lhe é imposta pelo predomínio das relações de mercado, com maior

ênfase no momento histórico que vivemos no sentido de sua mercantilização e privatização (essa segunda ocorrendo, principalmente, na área do ensino superior, segundo orientação dos organismos multilaterais), de sua transformação de bem público em bem privado, sem fazer referência ao capital e a sua crise estrutural, a qual irrompeu na década de 1970, seria no mínimo uma impropriedade.

Para o filósofo húngaro István Mészáros, o qual empreendeu uma crítica ao capital em sua magistral obra “Para além do capital”, a crise estrutural do capital não atingiu só a esfera socioeconômica, mas também todas as dimensões da sociedade, já que “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente”(MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Para o educador brasileiro Saviani, só com o conhecimento da lógica do capital será possível se chegar a um conhecimento mais profundo da realidade e da própria educação. Em suas palavras, temos que “não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea, sem se compreender o movimento do capital” (SAVIANI, 2005, p. 17).

O CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL

Marx, ao analisar a sociedade burguesa, teve como ponto central dessa análise, o capital, “o poder econômico onipotente da sociedade burguesa” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.702), o qual se constitui numa relação social – embora não seja uma simples relação, mas um processo... (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.711) - que se reproduz, mediante a exploração do trabalho, através da extorsão da mais-valia, gerando uma riqueza contínua e incessante que deve ser ampliada sempre.

Como categoria econômica, o capital surge antes da formação do capitalismo e pode até mesmo sobreviver em formas pré-capitalistas. Na realidade, “o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1065).

Na antiguidade, surgiram as primeiras formas históricas de capital: o capital usurário e o capital mercantil, bem como a produção de mercadorias, isso antes da era capitalista, pois para Marx, “embora os primeiros traços esporádicos da produção capitalista já apareçam previamente nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI” (MARX apud MELLO, p.23).

Só a partir do momento em que há a predominância das relações mercantis, e do valor de troca sobre o valor de uso, é que podemos falar de um sistema do capital desenvolvido, da era capitalista propriamente dita, pois antes disso, segundo Mészáros (2002), apoiado em Marx, temos que

todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau da história muito antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes (MÉSZÁROS, 2002, p.703).

Só no capitalismo, em sua maturidade, é que há o domínio absoluto do capital, “o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsumção real do trabalho ao capital” (ANTUNES *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.16).

No capitalismo, o valor de uso (para atendimento das necessidades humanas) é suplantado pelo valor de troca (mercadoria a ser vendida), a produção é destinada para o lucro e a força de trabalho é considerada uma mercadoria. Mészáros (2002) caracteriza o capitalismo como uma

fase particular da produção do capital na qual:

- 1.a produção para a troca [...] é dominante;
- 2.a própria força de trabalho [...] é tratada como mercadoria;
- 3.a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
- 4.o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
- 5.a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
- 6.de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente independente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 2002, p.736-37).

Em seu desenvolvimento na história da humanidade, o capital ultrapassou os obstáculos mais “sagrados”, superou regras morais e idéias seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições, abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, passando por cima de tudo que limitasse essa busca, sendo por isso “considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas ”(MÉSZÁROS, 2002, p.100). Na verdade, “os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam

ser considerados “fatores de produção” externos em termos da lógica auto-expansionista do capital ”(op.cit. p.253).

No início de sua escalada, em sua fase de expansão, o capital teve um efeito progressista¹, mas em sua trajetória, inevitavelmente, devido a sua lógica auto-expansiva, no interesse exclusivo de sua auto-reprodução ampliada, não levando em consideração as necessidades humanas, ele resistirá, de modo destrutivo, ao que se interpuser em seu caminho, no sentido de ir de encontro ao seu objetivo de ampliar a produção da mais-valia. Nesse sentido, Mézáros (2002) afirma que

a tendência universalizadora do capital tem sido irresistível (e, também, de muitas maneiras benéfica) há muito tempo na história. Por isso, alguns clássicos da filosofia burguesa podiam conceituar – com certa justificativa – o “mal radical” como instrumento para realizar o bem. Contudo, para ver o mundo do ponto de vista do capital, eles teriam necessariamente de omitir as limitações históricas. Em si, o capital não é mau nem bom, mas “indeterminado” em relação aos valores humanos. No entanto, essa “indeterminação” abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista (MÉSZÁROS, 2002, p.252).

Devido a sua própria natureza auto-expansionista, no sentido de submeter o trabalho aos seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições à sua lógica nem se auto-limita. Nesse sentido, Mézáros (2002, p.251) afirma que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as conseqüências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”, e para reforçar sua asserção cita Marx, para quem o capital

é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (Grenze) é e tem de ser uma barreira (Schranke) para ele. Caso contrário ele deixaria de ser capital – dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando da forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.251).

Em sua fase de ascensão histórica, o capital ainda podia fazer determinadas concessões, mas com o fim dessa fase, suas contradições não podem mais ser

¹ No sentido do papel progressista da classe burguesa, consultar: O Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels) e A Questão Judaica (K. Marx).

ocultadas. Sua própria expansão, agora, encontra barreiras importantes, como afirma Mészáros (2002, p.946)

a “hora da verdade” só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades de expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando de forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva”.

É o que acontece agora, no atual momento histórico por que passamos, quando estamos enfrentando uma situação de crise estrutural do capital, a qual teve início na década de 1970, quando a maioria da população mundial, se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida, como demonstram: o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza, segundo postularam Walt Rostow e John Kenneth Galbraith (MÉSZÁROS, 2007, p. 125/126).

Em relação à origem da crise estrutural do capital e ao espaço onde a mesma está incluída, Mészáros, (2002, p, 798) afirma que “... a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas...”. Essas são as três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Mészáros afirma que, enquanto essas dimensões estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise estrutural, podendo haver outros tipos de crise, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não coloca “em questão os limites últimos da estrutura global” (idem, ibidem). Só se pode falar em crise estrutural do capital, segundo Mészáros (2002, p.799) quando

[...] a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem

absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de *deslocamento de contradições* (grifo do autor).

Diante do exposto, fica patente que vivenciamos uma crise sem precedentes que atinge todas as dimensões da sociedade: econômica, política, educacional. Para Mészáros, (2002, p.800/272), “esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica”. É uma crise que, também, “afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital”. Sendo assim, as instituições que contribuem para a reprodução dos valores burgueses como: a família, a igreja e as instituições de educação formal, também se encontram em crise. Segundo Mészáros, (2002, p.994-95) a esse respeito temos que

simultaneamente, algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginada. O poder da religião, no Ocidente, evaporou-se quase que completamente há muito tempo, mas este fato tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas... [...] **a crise estrutural da educação** tem estado em evidência há já um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que esta intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares. (grifo nosso).

Sob a crise estrutural do capital, ao contrário do que acontecia durante as crises parciais, temos a ativação dos limites absolutos² do capital, efetivada devido ao fato da constatação do fim da ascendência histórica do capital no atual momento histórico (Mészáros, 2002, p.219). Nas crises periódicas, apesar de suas graves conseqüências, só os limites relativos do capital são ativados. Esses limites, segundo Mészáros (2002, p.175)

são os que podem ser superados, quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação econômica, minimizando, por algum tempo, os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.

² Os limites absolutos são aqueles que não podem ser deslocados/ultrapassados no interior da lógica reprodutiva do capital. Constituem parte integrante do funcionamento do capital em sua fase destrutiva, são inelimináveis e avançam junto com a auto-reprodução do capital, se aprofundando. São eles: o desemprego crônico, a destruição dos recursos naturais finitos, a luta pela emancipação das mulheres e o conflito entre o desenvolvimento do capital transnacional e os Estados nacionais.

Devido ao fato de, durante a crise estrutural, os limites absolutos do capital terem aflorado, Mészáros, (2002, p.217) afirma que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico.”

Em relação aos limites absolutos do capital, de forma oposta aos limites relativos, Mészáros, (2002, p.175) esclarece que os anteriores

inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar, a qualquer custo, seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e conseqüências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias.

É importante ressaltar, como o fez Mészáros, (2002, p.526), que o temor de que o capital possa um dia encontrar seu limite absoluto é antigo, “desde Adam Smith” e que, hoje, “este medo transforma-se numa realidade inevitável.”

Faz-se necessário reconhecer que os limites absolutos do capital foram ativados, pois nesse fato estão embutidas possibilidades destrutivas, como assevera Mészáros, (2002, p.219); mas também, segundo esse autor, é necessário “introduzir algumas ressalvas, a fim de evitarem mal-entendidos e ilusões de falso otimismo com relação à saída da crise.” São elas:

Em primeiro lugar [...] a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa.” Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas do seu modo de controle sociometabólico. Em segundo lugar [...] não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que tente de tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais.

Em relação às questões graves que são enfrentadas pela humanidade, atualmente, as quais são formas de expressão da ativação dos limites absolutos do capital, Mészáros, (2002, p.222) seleciona quatro para serem objeto de sua análise: o desemprego crônico, a destruição do meio ambiente, a contradição entre o

desenvolvimento econômico transnacional e os Estados nacionais e a luta pela emancipação das mulheres. Ele alerta para o fato de que as mesmas não são consideradas de forma isolada, mas ao contrário, “cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições.” Essas questões afetam de forma profunda o funcionamento do próprio sistema do capital. Para Mészáros

[...] os tipos dinâmicos de relacionamento expansionista manifestos no passado, sob os quatro conjuntos de determinação [...] já não podem mais continuar sendo positivamente sustentados. É algo bem pior. Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma ausência (que por si só já seria bastante ruim); mas um impedimento atuante para a acumulação tranqüila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.227).

Diante da gravidade dessa situação historicamente dada, se impõe a urgência da superação do capital, antes que a humanidade chegue a um ponto onde nada mais se possa fazer. Os sinais já se fazem presentes, como: a contínua destruição do meio ambiente, o aumento alarmante do fosso entre ricos e pobres, o aumento acelerado da violência, o desemprego estrutural, a demanda constante por cortes de gastos na área social, justamente num momento de aumento da pobreza.

Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade, desemprega e precariza o trabalho, embora esta não seja uma maneira nova de o capital resolver os problemas, de forma destrutiva; isso, hoje, é intensificado. Para Mészáros (2002, p.1093)

esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, de situações de crise, isto é, destruindo sem cerimônia unidades super-produzidas e não mais viáveis do capital, e reconstituindo a lucratividade do capital social total [...] a inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna, então, o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema, orientado no sentido da produção para a destruição, como procedimento corrente.

REFLEXOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO

Diante do quadro, apenas esboçado, da crise estrutural que vivenciamos, podemos perceber que ela atinge todas as áreas da sociedade, inclusive a esfera da

educação tanto em seu sentido amplo (formação do indivíduo), como no que se refere à educação em sentido estrito, a escolarizada, sendo que será sobre a educação formal que nos deteremos.

Os efeitos nefastos da crise estrutural do capital atingem a educação no que se refere aos poucos recursos financeiros destinados à área, o que é consequência dos cortes nos gastos com a área social, não só nos países periféricos, como também nos países centrais, os quais vivem sob o impacto da desintegração do Welfare State. Nesse sentido, Mézáros (2002, p.916) afirma que

[...] é a crise estrutural profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente [...] o sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência, muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente, o Estado de bem-estar social, que há muito tempo chegou a constituir sua finalidade justificadora.

A crise estrutural do capital atinge também, devido às novas necessidades que surgem com a reorganização do processo produtivo, visando a recomposição da rentabilidade do capital nos principais países capitalistas, a formação escolar do trabalhador, para o qual se requer novas qualificações e habilidades que lhe permita apenas servir ao capital, nesta sua nova fase, com um conhecimento suficiente para atender às demandas do novo processo produtivo, sem ampliar muito sua área de conhecimento, a fim de que não haja possibilidade de se pensar outra realidade que não a formada por relações alienantes, o que, na verdade, sempre ocorreu nesta sociabilidade: o controle do conhecimento por quem domina economicamente e politicamente. Nesse sentido, Duarte (2006, p.47) afirma que

para a reprodução do capital torna-se hoje necessária, uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, há necessidade, no plano ideológico, de limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a idéia de que o mais importante a ser adquirido, por meio da educação, não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo. Há que difundir a idéia de que o desemprego e o constante adiamento da concretização da promessa de fazer o Brasil ingressar no Primeiro Mundo são consequências da má formação dos trabalhadores...

A partir da instauração da aludida crise, com o desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva e do ideário neoliberal, como reação burguesa à crise, o capital, através dos seus representantes

vem adequando a educação às exigências do novo padrão de produção, que requer um outro tipo de formação, ou seja, uma formação polivalente; onde o trabalhador seja capaz de realizar diversas funções com dinamismo, empreendedorismo, espírito de iniciativa e alta qualificação técnica (MORATO, 2004, p. 103).

Assim sendo, perante a deflagração da crise estrutural, se fez necessário elaborar meios para enfrentá-la. Diante do novo padrão de produção instaurado, sob a ótica do toyotismo, o qual, segundo Alves (2000, p.32), pode ser considerado “como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital,” a velha educação já não atende às novas necessidades do capital, pois surgem novas exigências de qualificação da força de trabalho, em que se impõe a necessidade de realização de reformas educacionais, que têm como base as noções de empregabilidade e competências. Em relação a essas noções, Ramos (2002, p.302/03) afirma que

a noção de competência, principalmente no plano educativo e de empregabilidade, no plano do trabalho, compõem o conjunto de novos signos e significados talhados pela cultura pós-moderna, desempenhando um papel na representação da sociedade quanto à forma de os trabalhadores localizarem-se e moverem-se diante da nova lógica do capital.

As reformas liberais na área da educação, em plena crise do capital, foram realizadas no Brasil na década de 1990. Elas também foram realizadas, em outros momentos, em grande parte dos países capitalistas centrais por exigência do processo de reestruturação da produção e das políticas neoliberais. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2002, o Presidente Bush assinou a Lei do Ensino Fundamental e Médio, conhecida como “No Children Left Behind” (Nenhuma criança será deixada para trás), na qual, entre seus objetivos, estava a “fantasia” de acabar com as diferenças de desempenho escolar entre crianças pobres e ricas e entre negros e brancos, o que se constituiu, logicamente, em um fracasso, segundo matéria do “The New York Times Magazine, de 12 de novembro de 2006. A legislação também estabeleceu testes, responsabilizou as escolas que não funcionarem conforme padrões estabelecidos e

incluiu “uma agenda mais ampla de privatização e mercantilização” (APPLE, 2005, p.18).

Com algumas semelhanças com as reformas realizadas em países centrais, no Brasil, na década de 1990 , as reformas na área da educação tiveram como orientação principal os valores do mercado, visando transferir a responsabilidade pública para a sociedade civil, contribuindo para a mercantilização e privatização da educação, sendo que o nível superior foi o mais atingido no sentido da privatização, com a criação de centenas de faculdades privadas, com cursos de baixo nível. O campo educacional torna-se, assim, um espaço lucrativo para o capital, que por estar em crise, necessita cada vez mais de áreas para investimento. Na verdade, essas reformas

foram e ainda são uma intervenção produzida por setores da sociedade civil organizada e pelas autoridades educacionais, tendo como uma das referências principais as propostas das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca do consenso geral (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004, p.42).

Quanto aos resultados obtidos com a realização das reformas, apesar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso orgulhar-se de ter ocorrido, em seu governo, a “universalização” do acesso ao ensino fundamental, os dados do documento Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil (Brasília, 2006) indicam um quadro de injustiça e desigualdade gritante no Brasil, com o aprofundamento da concentração de renda e níveis altos de desemprego, com deficiências graves na área educacional, no que se refere às altas taxas de repetência e evasão, analfabetismo, baixos salários dos professores, entre outras discrepâncias sócio-pedagógicas.

Apesar da realidade socioeconômica, da totalidade social mostrar um quadro oposto ao discurso das autoridades da nação, os apologistas do capital e uma esquerda rendida e desnordeada se negam a ver que não será através da educação que se superará o caos social que reina na sociabilidade capitalista. Nem mesmo com a extinção das políticas neoliberais, e muito menos, com as “soluções quixotescas”, expressão usada por Mészáros (2002, p. 996), como “amigos da escola,” “programa do voluntariado,” ou mesmo a concessão de prêmios para professores e escolas eficientes, se conseguirá sequer resolver os problemas particulares do campo educacional, já que esses são parte intrínseca de uma sociedade erigida sobre

relações sociais de produção alienadas. Na verdade, existe uma ação de deslocamento dos problemas, agindo-se sobre as conseqüências e não sobre as causas dos mesmos.

Estando a educação submetida à alienação que “é uma negação do especificamente humano,” só mediante a superação dessa é que haverá “a transformação radical da educação, de mero instrumento de hegemonia burguesa, num órgão de autodesenvolvimento e automeiação consciente.. (MÉSZÁROS, 2006,p.230).

Só através de uma mudança estrutural da sociedade, das relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador, é que a educação poderá contribuir para a formação integral do ser humano, acabando-se com a unilateralidade na formação dos indivíduos, a qual é inerente à sociabilidade onde impera a divisão do trabalho.

O acesso à educação tem sua importância, diga-se fundamental, na vida do homem; embora o fato de vivermos sob a divisão do trabalho, em uma sociedade submetida às relações alienadas e alienantes, propicie um tipo de educação que forma para a submissão a essas relações, formando indivíduos unilaterais, competitivos e egoístas, sendo que, mesmo que se tenha acesso às noções críticas educativas, é claro, sempre de forma pontual, isso não mudará, pois esse tipo de sociedade só funciona a partir de relações que coisificam o homem. A respeito, Mézáros (2007, p.299) esclarece que

naturalmente, o poder da falsa consciência não pode ser superado pela ilustração educacional (por mais bem intencionada) somente dos indivíduos. Os indivíduos particulares como indivíduos isolados estão à mercê da falsa consciência reificadora, porque as relações reprodutivas reais historicamente dadas em que estão inseridos, só podem funcionar com base na “personificação das coisas e reificação das pessoas”.

Diante do exposto, é premente uma organização de massa da classe trabalhadora, com vínculos internacionais, no sentido da superação da sociedade de mercadorias. Quanto à forma de educação dos indivíduos sociais

somente por meio da educação concebida como a auto-educação radical dos indivíduos sociais, no curso de sua “alteração, que só pode ter lugar em um movimento prático, em uma revolução”, somente nesse processo podem os indivíduos sociais tornarem-se simultaneamente educadores e educados (MÉSZÁROS, 2007, p.314).

Com os olhos fixos neste horizonte, podemos e devemos enfrentar o capital, na luta por melhores condições na área educacional, mas conscientes de que a educação que forme o indivíduo integralmente, e seja igual para todos, só em uma sociedade comunista.

CONCLUSÃO

Não podemos relacionar, diretamente, a degradação que a educação vem sendo submetida, tanto nos países centrais do capitalismo, como nos periféricos, à crise estrutural do capital. Com certeza, não há uma vinculação direta, mecânica entre as duas; mas podemos afirmar que essa crise ocasionou respostas, por parte dos representantes do capital, as quais geraram uma série de transformações socioeconômicas e políticas, que atingiram as várias dimensões da realidade social, tanto em sua base produtiva como na área político-ideológica.

Na base produtiva, a ofensiva do capital se fez sentir através da instauração do complexo de reestruturação produtiva, o qual atingiu duramente a classe trabalhadora, no sentido do aumento de sua exploração e do aumento do desemprego, que agora se tornou crônico, através de seus mecanismos e inovações, tanto na área da produção (robótica, microeletrônica, por exemplo), como na área de gestão produtiva (programas de qualidade total e círculos de controle de qualidade), além dos processos de terceirização, realocização de indústrias, entre outros.

Na área político-ideológica, surgem as chamadas políticas neoliberais, as quais despontaram, primeiro na Grã-Bretanha, com Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, chegando aos países da América Latina e Leste Europeu nos anos 1980/1990, e que incluem uma série de medidas, tais como: reformas da economia e do Estado, liberalização do comércio, privatizações, corte nas políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Diante das novas exigências do capital em crise, com o processo de reestruturação produtiva, exige-se cada vez mais do trabalhador “a capacidade de raciocínio abstrato, necessária para operar uma máquina computadorizada (surgia, cada vez mais, a exigência de maior escolaridade”...) (ALVES, 2000, p.141). Assim sendo, o capital, em cada momento histórico, de acordo com as suas mutações, determina o nível de educação adequado às suas exigências. Hoje se requer um trabalhador com rapidez de raciocínio, polivalente, capaz de usar sua criatividade na resolução de problemas e imprevistos, segundo o projeto elaborado pelo capital, que

procura atingir a subjetividade desse trabalhador, no sentido de sua identificação e devoção à empresa na qual trabalha; contribuindo, assim, para aumentar a produtividade da mesma, através de sua superexploração e velar as relações antagônicas existentes entre as classes sociais.

Em relação às políticas neoliberais implantadas, com o incentivo à privatização e ao desmonte das políticas sociais existentes, a educação passa a ser encarada como uma mercadoria, não como um direito, mas um simples negócio, como tão claramente expressou o professor Orlando Mário Ritter, um dos diretores da rede de escolas adventistas, ao afirmar que “encarar a educação como negócio não é sacrilégio. Estamos, afinal, no século XXI” (Revista Veja de 12/09/07, p.118).

Portanto, a educação vem sendo tratada nos mesmos moldes de uma empresa, constituindo-se assim num rendoso campo de investimento para o capital, o que demonstra o caso de empresas educacionais, como a Anhanguera Educacional, que inclui dezenove universidades no Estado de São Paulo, a qual foi a primeira instituição de ensino do país e da América Latina a ingressar na bolsa de valores (Revista Negócios, nº. 4, de 04/06/2007).

Diante de tudo isso, da degradação da educação e do mito de que, através dela os indivíduos terão acesso a condições dignas de vida, o que é desmentido pela realidade de muitos que tiveram acesso a ela, cabe à classe trabalhadora lutar por outro tipo de educação, o que implica lutar por outro tipo de sociedade, já que “uma vez que a educação é a forma como a sociedade prepara os indivíduos para viverem nela mesma, só com outro tipo de sociedade, sem classes, é possível termos outro tipo de educação e outro tipo de relação social” (ORSO, 2002, p. 100). Está posto o desafio. Resta aos verdadeiros produtores da riqueza das nações fazerem sua parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- APPLE, M.W. *Para além da lógica do mercado: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Tradução de Gilka L. Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2006.
- MELLO, A. F. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução de Ana e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).
- _____. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORATO, A. N. A proposta de educação do trabalhador fundada na noção de competência: possibilidades e limites. In: BERTOLDO, E & MAGALHÃES, B. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: EDUFAL, p. 103-129, 2005.
- ORSO, P. J. As possibilidades e os limites da educação. In: ORSO, P. J. *et al.* (Orgs.). *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002.
- RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- RIBEIRO, A. & SEGALLA, A. O novo capitalista brasileiro. *Época Negócios*. 04/06/07, p. 97.
- SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C. *et al* (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3ª. ed. Campinas, São Paulo; Autores associados, p. 17, 2005.
- SILVA JÚNIOR, J. R. & FERRETI, C. J. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã, 2004.
- TODESCHINE, M. *Graças a Deus e não a Darwin*. *Veja*. 12/09/07, p. 117.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Marco estratégico para a UNESCO do Brasil*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em 22/12/06.

ⁱ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E- mail: elacicosta@bol.com.br

QUEM TEM MEDO DA REVOLUÇÃO CAMPONESA? O ANTICOMUNISMO PIAUIENSE E QUESTÃO AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1960.

WHO IS AFRAID OF PEASANT REVOLUTION? THE ANTI-COMMUNISM PIAUIENSE AND AGRARIAN QUESTION IN THE DECADE OF 1960.

Marylu Alves de Oliveira¹

RESUMO

O objetivo do presente texto é analisar as representações anticomunistas construídas no Piauí na década de 1960. A análise das representações demonstrou a existência de três vertentes: a conservadora, a religiosa e a da propriedade privada. No entanto, este artigo pretende compreender as representações anticomunistas acerca da propriedade privada, especialmente relacionada à questão agrária. Ao analisar essa vertente, podemos perceber como sua constituição foi enfatizada, defendida e, acima de tudo, determinante para a construção das demais representações anticomunistas. Devido a conjuntura instável da década de 1960, parcela do Estado e da Igreja Católica tomaram suas posições frente ao dilema agrário, e diante do apoio de segmentos destas instituições às organizações camponesas muitos sujeitos foram acusados de serem comunistas. Nesse sentido, o trabalho está dividido entre a atuação da Igreja Católica frente aos movimentos sindicais e o apoio do Estado do Piauí às Ligas Camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Anticomunismo – Questão Agrária – Piauí – Década de 1960.

ABSTRACT

The purpose of this text is analyzing the anti-communists representations constructed in the 1960's decade in Piauí. The analysis of representations showed the existence of three parts: the conservative, religious and private property. However, this article aims to understand the anti-communists representations on private property, particularly related to the agrarian question. In considering this aspect, we can see how their formation was emphasized, defended and, above all, decisive for the construction of other anti-communists representations.

Due to the unstable situation in the 1960's decade, part of the state and the Catholic Church took their positions in front of the dilemma agriculture, and in front of the support of segments of these institutions to peasant organizations many people were accused of being communists. In that sense, the work is divided between the Catholic Church in front of the trade union movement and support of the state of Piauí to Peasant Leagues.

KEYWORDS: Anti-communism - Agrarian Question – Piauí – The 1960's decade.

INTRODUÇÃO

Ao analisar as representações anticomunistas, na década de 1960, no Estado do Piauí, percebemos a existência de vários discursos concorrentes elegendo o comunismo como principal fator de todos os acontecimentos negativos ocorridos naquele Estado. O anticomunismo não foi importante apenas para os acontecimentos políticos e sociais no Piauí da década de 1960, também foi essencial na construção da *cultura política* (KUSHINIR e CARNEIRO, 1999/2, p.227) brasileira durante a maior parte do século XX. Alguns grupos dentro da Igreja Católica, na política nacional e local, em parte da corporação militar, no meio rural e em parcelas da sociedade civil organizada, representaram o comunismo como um mal que precisava ser contido. Cada grupo recusou-o como uma possibilidade de regime econômico-político para o Brasil, no entanto, cada segmento enfatizava o aspecto negativo que era mais importante no seu combate. Apesar da multiplicidade de interesses que cada grupo possuía nas formulações das representações, estabeleceu-se na memória coletiva (HALBWACHS, 2006) uma espécie de “homogeneidade” negativa sobre o comunismo. Um dos motivos para esse estabelecimento remete às “lutas de representações” onde os grupos lutam para impor, ou tentar impor, a sua concepção de mundo, os seus valores e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.16). Nesse sentido, e apesar da multiplicidade de aspectos que caracterizaram o discurso anticomunista, conseguimos visualizar que as representações anticomunistas que prevaleceram, no Estado do Piauí, giraram em torno de três vertentes: a conservadora, a religiosa e da propriedade privada.

O objetivo do presente artigo é visualizar como a vertente da propriedade privada foi, entre o período de 1961 a 1964, a mais enfatizada, defendida e, acima de tudo, determinante para a construção das demais representações anticomunistas no Estado do Piauí. Contudo, é necessário fazer uma ressalva sobre a análise dessa vertente. As representações anticomunistas que se constituíram em torno da vertente propriedade privada, estavam em sua grande maioria relacionadas a duas questões: Reforma Agrária e estatização de bens. Nos jornais locais, a Reforma Agrária teve maior destaque, segundo a nossa opinião, porque reflete o contexto histórico ao qual

o Brasil estava atravessando, mergulhado no debate das Reformas de Base, mas também pelas particularidades piauienses, pois este Estado teve como princípio colonizador os grandes latifúndios para a criação de gado. Era o discurso citadino que se fazia sobre o campo, porque a cidade, sendo o ímã catalisador de gente, novidades e avanços técnicos, portanto supostamente superior àquele outro segmento, produziu seu discurso sobre o que era bom e mau para o campo. Se, por um lado, os donos de terras, argumentavam que o campo deveria continuar como sempre esteve, e a desordem que estava ocorrendo era o resultado da penetração de forças estranhas ao meio agrário, motivadas pelos comunistas. Por outro lado, havia uma tentativa de ajudar os trabalhadores rurais a terem uma condição de vida melhor, e é por conta desse apoio que parte da Igreja Católica, membros do governo do Estado e alguns reformistas vão ser acusados publicamente de serem comunistas.

QUEM É DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL? A QUESTÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O ANTICOMUNISMO NA DÉCADA DE 1960.

Figura 01



Fonte: CHARGE. *O Dia*. Teresina, 06 out. 1964, n.1354, p.01.

A charge acima remete a uma preocupação dos anticomunistas da década de 1960: a tentativa dos comunistas de iludirem o homem do campo. Esta charge apresenta-se de maneira educativa, ilustrando o papel dos comunistas. No primeiro quadro, uma figura que podemos apresentar como Fidel Castro, desenhado como se fosse um grande homem, mostra a alguém onde encontrar um sistema sem miséria. O pequeno camponês, sugerido assim pelo chapéu de palha, (em nossa opinião, talvez essa representação de camponês esteja mais relacionada com o trabalhador rural da América Central do que com o agricultor brasileiro) segue a direção apontada por Fidel Castro,

mas não acreditando totalmente nas palavras ditas, uma vez que no segundo quadro sobre o camponês é desenhado um ponto de interrogação. No terceiro quadro, o camponês vê uma figura em estado sonolento, que supostamente seria Che Guevara, mostrando placas que remetiam a uma situação oposta à anunciada por Fidel Castro. O camponês ironiza, dizendo, a sorrir, a seguinte frase: não há nada!

A charge apresentada ilustra como a introdução de militantes comunistas na orientação do homem do campo, na década de 1960, era uma preocupação naquele momento. Nesse sentido, percebemos que uma grande quantidade de indivíduos se posicionou contrário ao comunismo, levantando como bandeira de luta, a preservação da propriedade privada, em especial a propriedade rural.

Em 1961, a questão agrária estava em voga no Brasil. No Nordeste, as Ligas Camponesas,² no ano de 1955, no engenho Galiléia, município de Vitória do Santo Antão, localizado a 60 quilômetros de Recife, mobilizava os trabalhadores rurais contra a exploração efetuada pelos latifundiários. Com o apoio do Partido Comunista, estes trabalhadores organizaram a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP) e contavam com o apoio do deputado federal Francisco Julião. Este movimento incentivou o nascimento de outras organizações camponesas, em outros Estados, com o mesmo nome de Ligas Camponesas, inclusive no Estado do Piauí. Reunidos e mobilizados, os camponeses começaram a lutar pela Reforma Agrária.

É nesse mesmo momento, e diante de uma conjuntura instável nacionalmente, que ocupa o cargo de governador do Estado do Piauí, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962)³. Sua postura era a de aproximação com os movimentos populares, conduzindo seu governo de uma forma distinta das promovidas até aquele momento no Estado do Piauí.

No ano de 1961, a decisão de apoio do governador às Ligas Camponesas no Estado foi uma das iniciativas mais polêmicas de sua administração. O Piauí, desde a colonização, possuiu uma elite detentora da maior parte das propriedades rurais. Em tempos mais recentes, em geral, esses latifundiários se agregavam em um ou outro partido político. As práticas de coronelismo, nas décadas de 1940 e 1950, ainda eram muito comuns no interior do Estado, como relata Marcos Igreja, comunista na década de 1960:

[...] o meu pai, [...] foi morar no interior, [...] ele ocupou a Ilha Grande da Conceição pra fazer uma roça, e o coronel Gervásio Costa, que era dono das terras, das terras do outro lado do Maranhão, se achava também dono da ilha, e aí foi lá com os jagunços pra botar meu pai pra fora, aí meu pai jogou na cara dele a autorização da capitania dos portos, esse homem ficou com uma raiva, [...] porque nas terras de Gervásio Costa o que prevalecia era a ordem dele, se dava chicotada em caboclo desobediente, comprava o côco pela metade do que os vizinhos compravam, não se pegava em dinheiro, ele dava um valezinho. Você ia, levava dez quilos de côco, que digamos valessem dez reais, você consumia de mercadoria cinco reais aí recebia, vale este cinco reais, [...] os caboclos chamavam (o vale) de “sunguelo”, depois ele evoluiu e cunhou uma moeda, acho que ainda hoje tem, ele, o Gervásio Costa, era tão, era um coronel tão forte que cunhou duas moedas lá nas terras dele; do lado do Piauí valia o Gonçalves Dias, 5 Gonçalves Dias, 10 Gonçalves Dias, 15 Gonçalves Dias e do lado do Maranhão era o Novo Nilo, 10 Novos Nilos, 20 Novos Nilos. Não tinha o cruzeiro, que era moeda da época, só se pegava em cruzeiro quando vinha pra capital, e tinha que justificar perante o capataz dele, que era muito mais um feitor, às vezes, justificar porque queriam, iariam precisar daquele dinheiro, (por)que o Novo Nilo não valia nem em União, a moeda chamada Novo Nilo não valia nem em União e nem em Teresina, então, tinham que vir com o cruzeiro, mas era essa opressão econômica. Se fosse hoje viveriam, estavam aí nesse negócio de trabalho escravo. Então, meu pai se insurgiu contra o Gervásio Costa e também teve que vir embora de lá.⁴

Essa narrativa ilustra a situação da posse de terra no Piauí, alguns latifundiários, não se achavam donos apenas da terra, mas também da vida dos que nela moravam como agregados. Esse quadro narrado por um filho de agricultor, reflete a questão da posse de terra, em um período recente a este que está sendo analisado neste trabalho. É possível pensar em um quadro completamente diferente deste em apenas uma década? A situação agrária no Estado do Piauí tinha a sua tradição histórica. Nesse sentido, ao apoiar as Ligas Camponesas, e, sobretudo a Reforma Agrária, o governador Chagas Rodrigues nitidamente propôs uma ruptura com uma tradição piauiense.

Apesar do desgosto dos latifundiários com as declarações do governador, os ânimos eram aplacados devido à coligação do partido do governador, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com a UDN (União Democrática Nacional). No entanto, esse jogo político durou pouco, logo após João Goulart assumir a Presidência da República, a UDN rompe com o PTB em nível local. Os principais motivos foram: o jogo eleitoral que estava previsto para o ano seguinte e o apoio aberto do governador à questão da Reforma Agrária, sendo esse segundo aspecto o acelerador do processo de ruptura da coligação.

A determinação inovadora do governador e suas alianças políticas vão gerar problemas para a sua administração e, posteriormente, para a sua sucessão, pois a pecha de comunista lhe foi lançada. De certa forma, isto foi tão marcante em seu governo que, mesmo após o golpe militar-civil de 1964, o ex-governador, Chagas Rodrigues e os que o acompanharam eram relacionados à “praga comunista” que havia se alastrado no Piauí. O discurso anticomunista no Estado já existia bem antes do apoio do governador àquela organização camponesa. No entanto, é a partir da adesão à causa dos agricultores, determinada também pela conjuntura nacional, que o discurso anticomunista, articulado pelos defensores da propriedade privada, intensificou-se no Piauí, num primeiro momento, encarnado na figura do então governador Chagas Rodrigues.

Contudo, a década de 1960 também foi um momento de reflexão e de mudanças profundas não apenas para o campo, na Igreja Católica as mudanças se fizeram sentir de forma avassaladora. Deve-se ressaltar que a Igreja Católica nunca foi uma instituição homogênea, no entanto, no Brasil é evidente a tendência a dividir a postura política da Igreja na década de 1960: no primeiro momento como apoiadora do golpe civil-militar de 1964; em um segundo momento, próxima aos movimentos contrários a ditadura, sendo ela, neste segundo momento, um grande ímã na junção de diversos grupos. No nosso entender, a Igreja Católica foi uma instituição determinante em todos os movimentos políticos da década de 1960.

Mesmo com as tentativas do Vaticano de impor uma postura única ao cristão católico, nunca houve por parte dos membros da Igreja Católica uma homogeneidade de pensamento. Este aspecto torna-se claro na década de 1960, principalmente no que tange à questão da terra. Assim como em 26 de julho de 1960, em São Paulo, foi fundado a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), instituição que, desde a sua origem, se intitulava anticomunista e favorável à propriedade privada, no mesmo período Dom Helder Câmara, bispo denominado progressista, ia às televisões anunciar o seu apoio à Reforma Agrária. Mesmo não tendo uma posição única, o que é visível, neste momento, é que a Igreja Católica começava a uniformizar a sua preocupação com o campo.

É nesse mesmo período, de nítidas divisões de posicionamento no seio da Igreja, que chegou ao Piauí Dom Avelar Brandão Vilela. Prelado reconhecido nacionalmente, formulador de vários projetos de ações sociais para o Piauí, Dom Avelar Brandão Vilela também foi um dos defensores da organização dos sindicatos agrícolas no Estado. Essa postura adotada pela Igreja Católica no território piauiense, fez surgir “uma nova realidade que despontava com a criação dos sindicatos, desagradando consideravelmente as elites agrárias piauienses, que chegaram a sugerir a Dom Avelar que mandasse suspender aquelas atividades no campo” (CARVALHO, 2006, p.75).

A proposta de junção de forças entre os camponeses e os donos das terras, para a construção de uma situação mais humana e digna no campo, confronta-se com a proposta de “lutas de classes” divulgadas pelos comunistas. Contudo, mesmo com posições contrárias ao comunismo, Dom Avelar ainda foi acusado de compactuar com as idéias dos comunistas. “A Igreja Católica teve a sua imagem associada ao comunismo pelas elites e por um grupo católico mais conservador, pois o discurso e a prática social em defesa dos oprimidos coincidiram com aquela defendida pelos grupos de esquerda do país” (CARVALHO, 2006, p.56).

Em meio a tentativas de organizações rurais e às propostas de Reformas de Base, surgiram acusações, veladas e explícitas, ao Arcebispo da capital piauiense e ao governador do Estado de serem ou de apoiarem os comunistas. Essas representações anticomunistas, que foram construídas pelos grandes proprietários de terras, que de forma geral se encontravam nas fileiras da política partidária, deram a tônica ao que denominamos de vertente anticomunista relacionada à propriedade privada. Muitos dos anticomunistas da vertente da propriedade privada tinham lugar privilegiado nos espaços midiáticos piauienses. Os jornais escritos, em sua grande maioria, principalmente entre os anos de 1960-1964, noticiavam sobre a questão agrária. Percebemos que muitos dos que escreviam nesses jornais: ou eram donos de terras, como o professor Simplício de Sousa Mendes, que herdou de seu pai muitas terras na região da cidade de União ou, simplesmente, eram apoiadores em decorrência da linha editorial do noticioso de que faziam parte, como foi o caso de José Lopes dos Santos, famoso editor de jornais escritos e radiofônicos no Piauí daquela década. E era principalmente através dos meios

de comunicação que as representações anticomunistas eram propagadas, aspecto que será analisado a seguir.

* * *

Karl Marx, ao propor a supressão da propriedade privada⁵ analisou um mundo urbano, industrial (MARX e ENGELS, 1998, p.21). A cidade era o cenário da revolução comunista. No entanto, empenhados por seus ideais socializantes, os comunistas estabeleceram um regime socialista em países que não possuíam as estruturas industriais propícias para a implantação do regime proposto por Karl Marx. Estes países se transformaram no palco do socialismo real no século XX. De forma geral, como foi no caso russo, havia o predomínio de uma cultura rural. A teoria marxiana não deixou traçada a forma de condução do regime comunista em países industriais. Como, então, poderia ser a condução do regime em países rurais, no qual Marx não havia imaginado uma revolução? A situação das populações foi o que sobrou aos outros países como exemplo, principalmente aos países anticomunistas.

Em decorrência das transcrições de reportagens nacionais sobre a situação da União Soviética e sobre a revolução cubana, a idéia de uma “revolução comunista” tornava-se mais próxima. O interessante das reportagens nesse período é o caráter denunciador. Comparava-se a situação da Rússia, antes da Revolução de Outubro de 1917, a de Cuba no período do ditador Fulgêncio Batista e a conjuntura brasileira naquele momento, visando prevenir as autoridades da possibilidade de acontecer no país uma revolução comunista. Estas “medidas preventivas” eram difundidas pelo território nacional, de maneira que, no Piauí, pode-se verificar nos jornais escritos notas que alertavam para o perigo da “onda vermelha” que se alastrava pelo mundo através da revolução comunista. Olimpio Costa, cronista na década de 1960, publicou o “alerta vermelho”, como aponta o trecho abaixo:

Assim, a Revolução russa originou-se das exorbitâncias da aristocracia, em detrimento do equilíbrio popular; também a Revolução cubana foi gerada pelos desmandos de um continuísmo, prejudicando o povo. [...]

A República dos Estados Unidos do Brasil, contrariamente ao que ocorre nos Estados Unidos da América do Norte, se não surgirem providências extremamente necessárias, de parte dos responsáveis pelo governo, será atingida, dentro de pouco tempo, por uma situação capaz de provocar uma revolução de conseqüências imprevisíveis, mas perigosa que a russa e mais sangrenta que a cubana. ⁶

Vários foram os artigos e crônicas nos jornais do Piauí que denunciavam a situação de miséria da população camponesa dos países comunistas, em especial da União Soviética. As organizações camponesas, como as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que começaram a se organizar no início da década de 1960 no Piauí dão a tônica para a preocupação da implantação do comunismo no Estado. É fácil vislumbrar essa reação nos jornais, mostrando como o processo estava se dando da mesma forma com havia ocorrido na Rússia e em Cuba:

Congresso de Operários e Camponeses, no Piauí: - ao que nos parece, só para compor a expressão – 'Operários e Camponeses', tal qual se deu na Rússia, - onde ao tempo da revolução, também não existia operariado, porque, aquele o país do Leninismo, não era, nem de longe, um país industrializado, mas de agricultores e pequenas fábricas, sem vulto econômico e industrial.⁷

As comparações continuavam a acontecer, no entanto, mostravam quão privilegiados eram os brasileiros. Como fez o Senador, pelo Estado do Piauí, Sigefredo Pacheco, depois de retornar de uma viagem da Europa, onde fez escalas em países comunistas:

Se compararmos o que ganha o operário russo com o salário pago ao operário brasileiro, mesmo tomando-se por base o salário mínimo vigente no Piauí, que é o menor do país, chegamos à conclusão de que o nosso mal pago trabalhador é melhor remunerado do que o russo. Basta dizer que um trabalhador piauiense, com 9 mil cruzeiros mensais, pode adquirir 25 quilos de carne ao preço atual, que é dos mais altos, enquanto o russo apenas adquirirá 15 quilos com os 60 rublos que recebe mensalmente.
- por outro lado – continua Dr. Sigefredo – se levarmos em conta as diferenças de vida na Rússia, com excessivo frio no inverno, em relação ao ameno clima brasileiro, chegamos a conclusão evidente de que o nosso homem do campo tem muito melhor condição de vida.⁸

O discurso do Senador Sigefredo Pachêco, antes de propor alterações para a conjuntura socioeconômica brasileira dos anos de 1960, reclamava por sua conservação, visto que, uma mudança de regime seria inútil, pois a situação do trabalhador brasileiro, segundo o ponto de vista do senador, era melhor do que a situação dos russos após a revolução.

O medo do comunismo se implantar no Brasil, e no Piauí, era uma constante nos jornais que circulavam na cidade de Teresina no período entre 1961 a 1964. Marx era o teórico mais citado nestes periódicos e o fim da

propriedade relacionada à implantação do comunismo era o tema preferido. Mesmo sendo citado por intelectuais, ou por cronistas eventuais, nunca houve uma reflexão sobre as propostas comunistas com relação ao campo, o que havia era um amontoado de acusações e os exemplos da Rússia, China e Cuba como lugares terríveis para a humanidade.

O campo, no início da década de 1960, como já foi visto antes, era assunto tanto do Estado, como da Igreja e de movimentos interessados na Reforma Agrária. Para os defensores dos latifúndios, a culpa dessa mobilização camponesa se encontrava na educação que estava sendo dirigida aos setores pobres da sociedade, como reflete o texto:

Mas, ninguém se apercebia que o perigo de uma nação subdesenvolvida consiste, essencialmente, na alfabetização do povo, que, através das leituras, do conhecimento, reconhece os seus direitos, passando a encarar a situação em que vive, sob um aspecto diverso: o que antes era comum e normal passa a se constituir objeto de estudo, de pesquisas, nascendo os confrontos perigosos, em que ressaltam as injustiças, as concepções errôneas, os esbulhos sofridos.⁹

Quem levava as orientações aos camponeses? Na visão dos anticomunistas eram os comunistas! Se os camponeses agora olhavam para a terra como um problema, era porque havia uma orientação no sentido dessa percepção. Tendo consciência de sua situação os trabalhadores rurais passavam a ver as melhores condições dos habitantes da cidade e até dos trabalhadores urbanos e de certa forma, se vendo como uma parcela inferior. O homem do campo era inocente, puro e ingênuo, sujeito fácil de ser persuadido pela lábia do comunista esperto e aproveitador, segundo esses observadores. O acesso ao conhecimento mudaria essa situação de ingenuidade, segundo os anticomunistas, faria com que os camponeses tivessem acesso às informações e com a ajuda dos “aproveitadores comunistas” fizessem comparações entre a sua situação do Piauí e a da Rússia antes da Revolução. Nesse sentido, a educação do homem do campo era perigosa. O homem campesino com qualidades passivas, como o do Estado do Piauí, só conseguiria pensar em ocupar terras alheias com a ajuda dos promotores da desordem, como sugere o texto de José Lopes dos Santos, editor de jornais e radialista no período:

No auge da propaganda subversiva que, então, se fazia, tentando preparar o caboclo pacato do sertão para tomar conta da terra que – no dizer dos pregadores e promotores da anarquia e da desordem, era bem comum e a todos devia pertencer, como a água, a luz e o sol, desaparecendo, assim, o instituto da propriedade privada; - no auge dessa propaganda que ainda ecoa nos nossos ouvidos, e através da qual se pretendia transformar o Brasil num satélite de Moscou, ou de Cuba, ou da China Vermelha, tive de envolver-me em uma séria luta profissional, como advogado, visando à defesa de constituintes ameaçados e esbulhados no seu direito de propriedade (SANTOS, 1972, p.133).

Essas palavras são de um editor de um grande jornal de Teresina, que, em seus editoriais, empenhava-se em convocar os proprietários de terra a defender o seu patrimônio contra os comunistas.

Os movimentos que lutavam pela Reforma Agrária, nesse momento, tinham recebido o nome de organizações comunistas, por maior parte de anticomunistas ligados à propriedade privada. A Reforma Agrária, nesse momento, parecia uma desculpa para a implantação de um novo regime, como aponta o jornalista:

O fim é aproveitar-se na ignorância popular – para jogar o povo obscurecido contra a propriedade privada, o patrimônio particular a começar pela propriedade de terra.

O fim não é dar terra ao caboclo, ao agricultor braçal, não; - isto é êngodo, é o meio de enganar o pobre trabalhador, lançá-lo criminosamente, contra os patrões e protetores, - no sentido e nos rumos do comunismo sem moral, sem Deus – subversivo e tirano. ¹⁰

Prevaleceram as representações do comunismo como um mal. Nesse sentido, havia os constantes exemplos, nos jornais locais, da precária situação dos indivíduos que habitavam países comunistas, principalmente os trabalhadores do campo. Houve também uma preocupação com a educação do homem do campo, puro, ingênuo, sendo orientado a invadir terras alheias pelas mentes perversas dos comunistas da cidade. Mas, de todas as representações que foram construídas em torno do comunismo para impedir uma Reforma Agrária no Brasil, a que nos chamou mais atenção foi a posição tomada pelo Senador Sigefredo Pacheco. Em meio à discussão da Reforma Agrária, o Senador falou sobre a situação do campo nos países comunistas que ele havia visitado:

Em seguida o nosso entrevistado informa que o camponês soviético não pode possuir mais do que meio hectare de terra onde construir

sua casa. Nessa pequena área pode lavrar a terra dispendo livremente de seu produto. E pode possuir uma vaca. Apenas uma.

- Perguntei ao presidente da Karkov – declara textualmente o representante do Piauí no Senado da República: “O possuidor de uma vaca daqui a dez anos certamente já disporá de dez vacas”. A resposta foi rápida: “Todos os produtos da vaca são vendidos ao Governo. E ao cabo de dez anos o camponês continua apenas com uma vaca”.

Face a essa situação argumenta o doutor Sigefredo:

Se considerarmos a situação do agregado brasileiro, que além de usufruir a terra como bem entende, pagando ao proprietário somente um quinto da produção, e ainda podendo criar o seu gado bovino, ovino e caprino etc...sem quem ninguém lhes reclame direito, ficamos sem compreender porque no Brasil se faz tanta celeuma em torno das Ligas Camponesas, Sindicatos e outros organismos de fonte duvidosa que giram em torno da Reforma Agrária, num país onde dois terços da terra continuam despovoados.¹¹

A situação dos países comunistas, bem como a de seus trabalhadores rurais, segundo o Senador Sigefredo Pachêco, não poderia ser exemplo para os trabalhadores brasileiros, já que a condição do agregado no Brasil era muito mais favorável do que a de um pequeno proprietário de terra em um país comunista. Essas organizações rurais, para o Senador, nem precisavam fazer alvoroço, já que o Brasil era praticamente um país despovoado. Esse exemplo, dado por Sigefredo Pacheco, é a representação do que seria a vida do camponês brasileiro caso o comunismo fosse implantado no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Piauí, assim como no Brasil, foi fator de disputas políticas e ideológicas, principalmente no período de 1961 a 1964. As representações anticomunistas que se constituíram em torno da vertente da propriedade privada estavam diretamente relacionadas à discussão da Reforma Agrária. Por estarem dispostos a apoiarem os movimentos do campo, como as Ligas Camponesas e os sindicatos agrícolas, parte da Igreja Católica e do Estado foi tachada de ser ou de apoiar comunistas. Os discursos que circulavam nos jornais locais, pregavam um clima de tensão, que deveria ser acalmado, por ameaça de acontecer aqui o que já havia acontecido em países como a Rússia, Cuba e China. O espaço do campo deveria se dobrar ao saber da cidade. O campo foi visto sempre como um espaço de ingenuidade e passividade, não podendo cair nas mãos dos comunistas da cidade. O

comunismo, certamente, era percebido como um mal, e essa representação é a que vai rondar todas as representações anticomunistas durante vários anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meios às tensões entre Igreja católica e o regime militar em Teresina: UFPI*. Teresina, 2006. 229p. Dissertação de Mestrado.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa, São Paulo: DIFEL, BERTRAND. 1990.

DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”: Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. In.: *Clio*. Revista de Pesquisa Histórica. Recife: editora Universitária da UFPE, n. 22, 2006. p.149-188.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006.

KUSHINIR, Carina e CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política cultural, política e antropologia. In.: *Revista de Estudos Históricos*. nº 24, Rio de Janeiro, 1999/2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *O manifesto comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina (PI), CEPAC, 1996.

SANTOS, José Lopes. *Votos e discursos*. Teresina: Cannes Publicidade, 1972, p.133.

TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século 20*. Teresina: Halley, 2000. 122p.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente trabalha como pesquisadora para instituições privadas na cidade de Teresina (PI) e faz parte da comissão científica do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, Teresina (PI). Email: marylu.oliveira@gmail.com.

² A fundação e organização das Ligas Camponesas pelo Partido Comunista remete à década de 1940. Sobre as Ligas Camponesas ver: DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”: Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. In.: *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: editora Universitária da UFPE, n. 22, 2006. p.149-188.

³ Em 1959 é eleito governador do Piauí, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, candidato da oposição pela coligação PTB-UDN. Chegou ao poder devido a uma fatalidade, a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente, candidatos a governador e senador pela oposição. O acidente automobilístico que tirou as vidas dos dois políticos, que viajavam, para fazer um comício na cidade de Água Branca, ficou conhecido como *Desastre da Cruz do Cassaco*, e a morte dos candidatos, provocou uma comoção na população piauiense. Porém, o clima foi bem explorado pelas lideranças oposicionistas, José Cândido Ferraz e Matias Olympio, que, para substituir o candidato a governador que morreria, indicaram o parnaibano Chagas Rodrigues. Sobre esse assunto ver: MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina (PI), CEPAC, 1996; TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século 20*. Teresina: Halley, 2000. 122p.

⁴ IGREJA, Marcos de Paiva. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Marylu Alves de Oliveira*. Teresina, 2005.

⁵ Segundo Karl Marx, para que o proletariado conseguisse derrubar o domínio burguês era necessário suprimir a propriedade privada. Na teoria marxiana o que caracterizava a luta comunista não era apenas supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa. E, mais contundente, assegurou Karl Marx: “Neste sentido, os comunistas podem resumir a sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *O manifesto comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.21

⁶ COSTA, Olimpio. A Origem das Revoluções. *O Dia*. Teresina, 11 mar. 1962, n. 957, p.01.

⁷ MENDES, Simplício de Sousa. Congresso de Operários e Camponeses. *Folha da Manhã*. Teresina, 30 abr. 1961, n.964, p.04.

⁸ SIGEFREDO Pachêco fala a O Dia sobre União Soviética. *O Dia*. Teresina, 21 nov. 1963, n.1.143, p.01.

⁹ BRASIL, Asfalto e Comunismo. *O Dia*. Teresina, 26 nov. 1961, n.928, p.01.

¹⁰ MENDES, Simplício de Sousa. Quem Cultiva Colhe. *Folha da Manhã*. Teresina, 21 mar. 1962, n.1.209, p.06.

¹¹ SIGEFREDO Pacheco fala a O Dia sobre União Soviética. *O Dia*. Teresina, 21 nov. 1963, n.1.143, p.01

ARTIGO RECEBIDO EM 05/02/2009. APROVADO EM 07/03/2009.

AUTOMAÇÃO, TAYLORISMO-FORDISMO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO:
o “apego” de Benjamin Coriat aos “grilhões” do processo de trabalho taylorista-fordista

AUTOMATION, TAYLORISMO-FORDISMO AND QUALIFICATION FOR THE WORK:
the “attachment” of Benjamin Coriat to the “fetters” of the process of taylorista-fordista work

Romildo dos Santos Silva¹

RESUMO

Discutimos a introdução das novas tecnologias na conformação do processo de trabalho e do tipo de educação para o trabalho. Investigamos as conseqüências da aplicabilidade de um tipo específico de tecnologia que revoluciona com um modelo de indústria que se tornou uma das grandes forças motrizes da economia no século XX: nos referimos à indústria metal-mecânica e à tecnologia de base microeletrônica e da robótica. Buscamos apreender as implicações provocadas por essa tecnologia na conformação do avanço das forças produtivas; do processo de trabalho ajustado ao taylorismo-fordismo e das exigências de novos modelos de formação/qualificação profissional. No presente artigo, nosso objetivo específico é de demonstrar, de um lado, como a reflexão do economista Francês Benjamin Coriat foi influenciado pelos “grilhões” do processo de trabalho taylorista-fordista e, de outro, como a introdução das novas tecnologias aos processos industriais abre perspectivas para suplantação do taylorismo-fordismo e provocam mudanças qualitativas no processo de formação/qualificação dos trabalhadores.

PALAVRAS CHAVE: Taylorismo – fordismo – Automação – Qualificação – Benjamin Coriat.

SUMMARY

We argue the introduction of the new technologies in the conformation of the process of work and the type of education for the work. We investigate the consequences of the applicability of a specific type of technology that revolutionizes with an industry model that if became one of the great motor forces of the economy in century XX: in we relate to the industry metal-mechanics to them and the technology of base microelectronics and of the robotics. We search to apprehend the implications provoked for this technology in the conformation of the advance of the productive forces; of the process of work adjusted to the taylorismo-fordismo and of the requirements of new models of formation/professional qualification. In the present article, our specific objective is to demonstrate, of a side, as the reflection of the French economist Benjamin Coriat was influenced by the “fetters” of the process of taylorista-fordista work e, another one, as the introduction of the new technologies to the industrial processes opens perspectives for suplantação of the taylorismo-fordismo and provokes qualitative changes in the formation process/qualification of the workers.

KEYWORDS: Taylorismo – fordismo – Automation – Qualification – Benjamin Coriat.

1 – INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi palco de calorosos debates entre teóricos que discutiam o papel da ciência e da técnica na conformação das relações de produção; do processo de trabalho e do tipo de educação para o trabalho. A controvérsia sobre a introdução das novas tecnologias aos processos industriais não é nova. Porém, é nesse período que se desenvolve e ganha aplicabilidade um tipo específico de tecnologia que revoluciona com um modelo de indústria que se tornou uma das grandes forças motrizes da economia no século XX: nos referimos à indústria metal-mecânica e à tecnologia de base microeletrônica e da robótica. Essa indústria e essa tecnologia são, particularmente, importantes para compreendermos os contornos que o “velho” debate sobre a aplicação da ciência; o avanço das forças produtivas; o taylorismo-fordismo e o modelo de formação/qualificação profissional ganharam naquele momento. Em meio a esse fértil ambiente, o francês Benjamin Coriat publica o seu primeiro livro *Ciencia, técnica y capital* no qual o autor propõe apresentar uma contundente crítica aos teóricos da revolução científico-técnica (doravante RCT) representados por Radovan Richta no livro *La civilización en la encrucijada*. No presente texto, nosso objetivo específico é, de um lado, investigar como Benjamin Coriat expõe sua reflexão sobre automação e o processo de trabalho taylorista-fordista e, de outro, as mudanças no processo de formação/qualificação dos trabalhadores. Ou seja, pretendemos analisar a possibilidade ou impossibilidade de superação do taylorismo-fordismo no pensamento desse autor em decorrência da produção automática, bem como as influências da automação sobre o processo de formação/qualificação da classe operária.

2 – O TIPO IDEAL TAYLORIANO E FORDIANO

Considerando essa polêmica e numa reflexão pormenorizada do processo de trabalho ajustado aos princípios taylorista-fordista, não necessitamos realizar grandes esforços para localizar naqueles uma imanente necessidade de um padrão de operário o qual podemos denominar, também sem incorrer em dificuldades, respectivamente de “tipo ideal tayloriano e fordiano” que Frederick Winslow Taylor e Henry Ford enfatizaram ser necessário para o trabalho ajustado aos seus princípios. Conforme acentuaram, o “tipo ideal” era tão estúpido e apático que o seu perfil era próximo ao de um boi.² Entretanto, no momento em que Coriat (1989) apresenta as qualidades necessárias que devem possuir os trabalhadores ao comandarem os Complexos Automáticos de Máquinas (doravante CAM’S), tais qualidades, não se igualam ao que Taylor e Ford³ apresentaram como “tipo ideal”. No que diz respeito a esse quesito, a reflexão de Coriat (1992) ajuda-nos ao acentuar que:

Conocimiento abstracto de los procesos de fabricación, capacidad de tratar datos formalizados, ideas de administración, sentido de la anticipación, capacidad de dialogar con el personal de mantenimiento especializado o la alta jerarquía, esas cualidades se concentran en una figura social nueva de la década de los noventa: “el joven con potencial” para quien las tecnologías nuevas significan aperturas hasta entonces inéditas, en términos de promoción y de carrera. (CORIAT, 1992, p. 195).

Parece-nos que as exigências em termos de qualificação que o autor explicita ser necessário ao trabalhador que atua próximo aos CAM’s, são substancialmente diferentes das capacidades exigidas para o processo de trabalho ajustado ao taylorismo-fordismo. Coriat (1992) nos fornece elementos suficientes para considerarmos que o trabalhador que Taylor denominou de Schmidt⁴ no início do século XX, não se iguala à nova figura – “[...] el joven con potencial [...]” – social que o autor acaba de apresentar. Desta forma, não compartilhamos da idéia de que “Schmidt” se preste para o trabalho que “[...] el joven con potencial [...]” executa.⁵ Ainda a respeito desse tipo de trabalhador, embora o autor o chame de “[...] una figura social nueva [...]”, ele tem presente que essa nova figura já existia nas indústrias de processos. A referência que ele faz ao “novo”, decorre do surgimento dessa “figura” em outros tipos de indústrias. No que trata ao exposto, ele acrescenta que:

Aquí esta en la mira, precisamente, la categoría de los obreros que realizan funciones de supervisión-optimización en sistemas piloteados por informática industrial. Ese grupo, que primero apareció en las industrias de process, comienza a formarse en otras industrias, allí donde la automatización alcanza un grado de integración elevado. (CORIAT, 1992, p. 195, grifos nossos).

Conforme podemos observar o autor acentua com contundência que o *locus* privilegiado onde surge a “nova categoria de operários” que são responsáveis pelas atividades de supervisão, controle e vigilância dos CAM’s foi na indústria de processo contínuo. Entretanto, o autor demonstra desenvoltura ao acentuar que esse tipo de automação tende a expandir-se por outros ramos da produção material.

2.1 – A INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA INGRESSA NO “LEITO DA AUTOMAÇÃO”⁶

O movimento do olhar para *locus* diferentes da produção material que o autor apresenta é agradável e metodologicamente interessante. Atentemos para o detalhe que ele acentua ao acrescentar que esse grupo de trabalhadores já existia e localizar, na indústria de processo seu *locus* privilegiado. Nesse momento, ao apresentar esse novo grupo de trabalhadores, seu olhar se desloca, mais uma vez, para o “abrigo” da indústria metal-mecânica. A esse respeito, o autor acrescenta, ao final da citação anterior que acabamos de reproduzir, uma nota de rodapé com o seguinte conteúdo:

En La robotique (1984), con respecto a las cartas llamadas CCIA-SMCIA (Conductores Confirmados de Instalaciones Automatizadas y Supervisores Confirmados de Instalaciones Automatizadas) instauradas por la Compañía Renault a principios de la década de los ochenta, yo había examinado el contenido detallado

de las tareas y de las funciones asignadas a esos nuevos tipos de operadores, que pueden considerarse como un arquetipo de las categorías “valorizadas” estudiadas en este párrafo. (CORIAT, 1992, p. 195, grifos nossos).

Nestes termos, o conteúdo que ele explicita, reforça exatamente essa reflexão que apresentamos sobre o movimento do seu olhar por *lócus* diferentes para localizar e chamar esses trabalhadores de “[...] una figura social nueva [...]”. O “novo” não se refere ao personagem em si “[...] el joven con potencial [...]”, mas a sua presença em mais um ramo da produção – metal-mecânica – em decorrência das mudanças ocorridas no processo de trabalho com a introdução da micro-eletrônica e da robótica. Aliás, a esse respeito, também interessante é a reflexão de um grande construtor de automóveis que Coriat (1989) acrescenta quando este se referia às qualidades requeridas para a contratação de um operário que fosse ser encarregado de conduzir unidades automatizadas. No que trata dessa questão o autor acentua que:

O operário deve possuir;

“1º) A capacidade de descrever as conexões e as interações dos diferentes elementos, não tendo conhecimento do papel de cada um desses elementos (...).” Dito de outra forma, como “(...) é impossível dispensar uma formação aprofundada sobre todas as tecnologias que operam em uma instalação automatizada (...)”, o operário deve ser capaz de “descrever” a maneira como essas tecnologias interagem.

“2º) A capacidade de assimilação é um segundo critério importante, porque corresponde à integração de conhecimentos complexos, o que exige compreensão e organização de dados visando à memorização...”

“3º) A plasticidade mental, isto é, a capacidade de mudar o tipo de raciocínio em função das situações enfrentadas, é necessária, principalmente no caso de panes e de incidentes.”

“4º) A flexibilidade que permite produzir respostas diferentes face à mesma fonte de informação, deve ser igualmente levada em conta, porque o pessoal pode ter que conceber diferentes soluções para resolver o problema surgido (...).” (CORIAT, 1989, p. 115, grifos nossos).

Essas exigências parecem totalmente destoantes daquelas necessárias ao operário do “tipo ideal tayloriano” que se adequa sincronicamente ao processo de trabalho ajustado ao taylorismo-fordismo.

Se a reflexão que estamos apresentando sobre a necessidade de um trabalhador com perfil diferenciado do homem “tipo boi” possuir coerência analítica, não estaríamos cometendo nenhum absurdo se acrescentássemos que, em virtude da introdução dos CAM’s, as exigências com respeito ao perfil dos trabalhadores mudam e, conseqüentemente, a composição desse operariado sofre mutações que vão, inclusive, afetar a sua organização como classe. A esse respeito, a reflexão do autor é a seguinte:

Se considerarmos as tarefas de fabricação no seu conjunto, assistiremos assim a um deslocamento do peso relativo dos ofícios ligados à eletrônica e à regulação em relação às formações e ofícios clássicos, ligados à mecânica. A questão é importante e voltaremos a ela, porque, com essa modificação no “perfil” profissional exigido, o que está em jogo é uma modificação na composição (sociológica) da classe operária. Passa-se assim de um tipo de operário (profissional-mecânico), que constitui a base

do sindicalismo atual, a um outro tipo de operário (elétrico, “jovem” e escolarizado), cujos comportamentos culturais e políticos – em particular frente ao sindicalismo – arriçam-se a ser claramente diferentes. (CORIAT, 1989, p. 122, grifos nossos).

A constatação que, pela primeira vez, o autor está apresentando é importante porque, se ele estiver correto em suas considerações, muitas mudanças que se iniciaram na segunda metade do século XX, entretanto, que só explicitaram maturidade ao final dele, podem ser refletidas à luz desses novos comportamentos. Exemplo marcante dessas transformações ocorreu com o movimento sindical que, em virtude da introdução da microeletrônica e da robótica teve que se “reestruturar”. Embora não objetivando aprofundar-nos nesse quesito consideramos que o tratamento dispensado pelo autor é pertinente. Ou seja, localizar as transformações que ocorrerão no movimento sindical e analisá-las tomando como referência, inclusive, a introdução dos novos sistemas de automação, destarte, na indústria metal-mecânica, é uma perspectiva que merece atenção. Embora essa questão nos estimule, limites peculiares ao trabalho que ora realizamos não nos permitem adentrarmos em seus pormenores. Ainda em relação a essa exigência de novas competências, o autor acrescenta que:

Como na produção, aqui, ainda de forma mais clara, opera-se um deslocamento na natureza dos conhecimentos exigidos: o lugar central é doravante ocupado pelos conhecimentos em eletricidade, em eletrônica e em regulagens, em detrimento em termos relativos, das formações ligadas à mecânica, que constituíam tradicionalmente o grosso dos efetivos qualificados e sindicalizados da metalurgia. Esse deslocamento de um grupo de ofícios para outro é acompanhado, por enquanto, de uma certa reelevação dos níveis de conhecimentos exigidos. (CORIAT, 1989, p. 123, grifos nossos).

A perspectiva que o autor indica despontar com a introdução dos novos sistemas de automação, aponta para um horizonte substancialmente interessante para investigação. Ao acentuar que o novo operário deve necessariamente possuir mobilidade, polivalência, capacidade de diagnosticar problemas e intervir, enfim, aptidões devidamente testadas que devem ser postas em prática quando os novos sistemas automáticos exigirem, essas qualidades indispensáveis para o trabalhador que deseja fazer parte desta “nobre e valorizada” categoria de operários não possuem qualquer similaridade com o “tipo ideal taylorista-fordista”. Ou seja, esse horizonte é totalmente distinto daquele que foi descrito por Frederick Winslow Taylor e Henry Ford ao apresentarem suas reflexões sobre as necessidades mentais e físicas que eram demandadas para os indivíduos que se submetessem ao seu sistema de produção. Aliás, no que trata ao exposto, substancialmente conveniente são as considerações desse último sobre o trabalho dos deficientes físicos em suas fábricas. A respeito dessa contenda, o autor acrescenta:

Os trabalhos mais fáceis foram por sua vez classificados, a fim de verificarmos quais exigiam o uso completo das faculdades; comprovou-se que 670 podiam ser feitos por homens privados das duas pernas; 2.637 por homens de uma só perna; em 2

prescindiam-se os dois braços; em 715 casos, de um braço, e em 10 casos a operação podia ser feita por cegos. Das 7.882 espécies de trabalho, portanto, embora algumas exigissem força corporal, 4.034 não exigiam o uso completo das faculdades físicas. Isto quer dizer que uma indústria aperfeiçoada pode proporcionar trabalho, normalmente remunerado, a grande número de criaturas de validez abaixo da média. (FORD, 1926, p. 89-90, grifos nossos).

Outra observação pertinente, em consequência do perfil traçado pelo autor para o novo operário que se defronta com os CAM's, trata-se das considerações que Smith (1985, p. 44) e Tocqueville (1962, p. 226-7) apresentaram sobre as consequências que decorriam para os homens em virtude do trabalho industrial que eles analisaram. Aqui, mais uma vez, acentuamos que a perspectiva que eles expuseram se choca com a que Coriat (1989) está apresentando. Ainda interessante observar que, Benjamin Coriat ao expor sobre as novas qualidades e capacidades exigidas para o operário que se defronta com os sistemas automáticos, ele não explicitar qualquer sofrimento – angústia – em decorrência dos efeitos do trabalho sobre esses operários. Ao contrário, ele se refere a essa “nova classe” como “nobre e valorizada”. Não menos interessante a esse respeito, é o fato de, todas as vezes que ele se refere ao trabalho dessa “nova categoria” de operários nos sistemas automáticos de máquinas, apontar para essa materialidade e sugerir ser ela o lócus privilegiado para a inserção dos jovens diplomados. A respeito dessa questão, o autor acrescenta que:

Essa dupla evolução pode, num certo prazo, e se o número de fábricas automatizadas crescer num ritmo significativo, conduzir a uma certa modificação na composição da classe operária que ocupa as novas linhas de produção automatizadas. A fábrica automatizada parece se abrir prioritariamente para os eletromecânicos e aos técnicos eletrônicos, em parte diplomados e providos de conhecimentos básicos formalizados. Em certa medida, os jovens franceses diplomados encontram aí um mercado privilegiado... (CORIAT, 1989, p. 123, grifos nossos).

Não podemos perder de vista que o contorno atribuído por Coriat (1989) para essa “nova” categoria de operários⁷ já havia sido localizado e apresentado materialmente pelo próprio autor, desta sorte, ao tratar da indústria de fluxo contínuo.⁸ Nesse caso, nunca é demais reiterar que o “novo” decorre em função de sua necessidade em um outro tipo de indústria que o autor denomina de produção em série. Sistemáticamente, o autor encerra as suas considerações sobre as consequências da introdução da microeletrônica e da robótica na fábrica com a seguinte reflexão:

Como vimos, a fábrica automatizada é cenário de remanejamentos profundos. Eles têm sua importância aumentada, porque sua saída – as soluções estabilizadas às quais eles devem dar lugar – não é ainda claramente perceptível. Nesse momento de remanejamento dos conhecimentos exigidos, exerce-se um jogo complexo de relações de forças entre categorias, que constitui, sem dúvida, um dos cenários mais claros e cheios de consequências da entrada da microeletrônica na fábrica. (CORIAT, 1989, p. 123).

Da nossa parte, é consolador encontrar perspectiva tão decisiva que decorra em virtude da introdução dos CAM's. Esses “novos” operários que tais sistemas demandam não

se presta, seguramente, para executar o trabalho de Schmidt, nem este daquele. No mundo dos homens, quando eles desenvolvem novas forças produtivas, abrem-se as possibilidades para novos relacionamentos deles com tais forças. Schmidt foi o homem das forças produtivas materiais da sua época – produção material da indústria metal-mecânica que deriva em função do trabalho manual, logo, lastreado no trabalho humano.

No final do século XX e início do XXI, em decorrência da nova automação de base microeletrônica e da robótica, a produção material reclama por um outro tipo de operário e, considerando as referências coriatianas sobre os contornos do “novo” operário, ao que parece, o perfil do “tipo ideal tayloriano” – Schmidt – não se presta para tal. Em outras palavras, com a introdução dos CAM’s a produção da indústria metal-mecânica supera a sua base manufatureira da primeira metade do século XX e entra no “leito da automação” da maquinaria e da indústria moderna. Destarte, a produção se transforma numa aplicação tecnológica da ciência. Consideramos que essa reflexão não possui dissonância com a que apresentou Benjamin Coriat.

2.2 – A REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA E A NOVA EDUCAÇÃO

Perspectiva também interessante que deriva das ponderações do autor sobre esse “novo” operário, trata-se da similitude da reflexão que ele apresenta com as que Richta (1971) acentuou. Essa influência dos sistemas automáticos de máquinas – “revolución científicotécnica” – sobre a educação é ilustrada pelo autor da seguinte maneira:

Bajo la influencia de la revolución científicotécnica tiene lugar una visible modificación de la concepción del contenido del proceso educacional. Hasta no hace mucho tiempo, la escuela no había sido afectada por el progreso técnico. En la época de la técnica atómica y de los cohetes, seguía atada a una enseñanza verbal conjunta, cuyo origen se remonta, al menos, a la época de la manufactura. (RICHTA, 1971, p. 153, grifos nossos).

A reflexão que Richta (1971) elabora para demonstrar a necessidade da modificação do processo educacional em conformidade com as novas necessidades da revolução científico-técnica, possui significativa semelhança com as considerações que Benjamin Coriat explicitou sobre o “novo” operariado para atuar junto aos sistemas automáticos de máquinas e suas qualidades profissionais. No que trata do fato da limitada educação que prepara o homem apenas para servir como força de trabalho, o autor acrescenta que:

Debido a la influencia de la revolución científicotécnica adquiere la educación un carácter dinámica – por sus fines, su contenido, sus métodos y, finalmente, por su base institucional. Del mundo actual desaparecen las condiciones en las que la educación podía limitarse a una preparación definitiva de la fuerza de trabajo. El alumno actual deberá, durante toda su vida, adaptarse a las transformaciones en el conocimiento humano, en el trabajo, en el medio y en todo el contenido de la vida.

La muralla que separaba a la instrucción de la vida se derrumba, la educación “para toda la vida” deja sitio a la educación constante, como proceso que ha de durar toda una vida. (RICHTA, 1971, p. 147-8, grifos nossos).

É convenientemente desejável que o processo educacional – diferentemente do que outrora fora preconizado por F. W. Taylor e H. Ford, em que o objetivo dele não perpassava o adestramento do indivíduo para o trabalho monótono e repetitivo – atue também para preparar o homem para além da sociedade ancorada nesse tipo de trabalho, ou seja, que a educação, não necessariamente, seja para e do trabalho, mas sim, para a vida. Neste sentido, substancialmente interessante demonstra-se a reflexão de Richta (1971) ao acrescentar que:

La educación no puede incluir, detalladamente y en su totalidad, los nuevos descubrimientos y teorías. La misión que debe cumplir es más profunda, consiste en posibilitar la penetración a la dialéctica básica del hombre y su obra en la civilización actual. En este sentido, el mejor camino que puede emprender el sistema educacional es el de una amplia enseñanza general – probablemente mediante la forma de una enseñanza media general –, que atraiga gradualmente al hombre a las más diversas esferas de la actividad humana. Debe provocar, despertar las capacidades potenciales, no creando así, prematuramente, barreras que condenen a la frustración a todo talento descubierto con posterioridad. Una enseñanza de este tipo constituye la condición elemental del desarrollo de las potencias del hombre. (RICHTA, 1971, p. 151, grifos nossos).

Uma educação que se reivindique instigadora do desenvolvimento das potencialidades humanas, para além do processo de valorização do capital, é uma perspectiva deleitante em relação à “eternização” da vida do operariado sob os auspícios do taylorismo-fordismo. Aprazível encontrar essa similitude entre a reflexão coriariana e a do representante dos teóricos da RCT. Ao menos nesse quesito – os operários que atuam nos sistemas automáticos de máquinas não são os mesmos da manufatura taylorista-fordista – eles caminham juntos, embora possuam profundidade analítica distintas caminham na mesma linha reflexiva. Como não faz parte dos nossos objetivos apresentar uma investigação aprofundada sobre a educação condizente com a introdução dos novos CAM’s, permanecemos por aqui. Entretanto, tomando mais uma vez emprestado as palavras de Richta (1971) acentuamos que:

Si en el futuro la fuerza decisiva del proceso de civilización será la ciencia, en la actualidad de esto se deriva el papel clave de la educación. La revolución científicotécnica será realizada por quienes actualmente o en los años próximos salgan de la escuela llevando consigo las posibilidades y límites que les da el sistema actual de enseñanza. Su preparación, sus capacidades creativas, el dinamismo espiritual que conserven a lo largo de su vida, decidirán los destinos de esa civilización en una medida desconocida anteriormente. Es posible afirmar sin exageración alguna que la sociedad que disponga del mejor sistema científico, educativo y, en general, cultural, tendrá una posición en el mundo correspondiente a la que tuviera el Estado con la mayor riqueza natural y posteriormente con el mayor potencial industrial. (RICHTA, 1971, p. 160).

Embora genérico, o panorama apresentado é possuidor de substancial importância para balizar a discussão sobre o sistema educacional e a possibilidade de desenvolvimento das capacidades e das criatividades humanas. Entretanto, digressões à parte, se em decorrência do

avanço da ciência e, conseqüentemente, do desenvolvimento dos CAM's, tanto o processo de trabalho quanto o perfil dos trabalhadores sofrem mudanças tão radicais, é possível à sugestão que essas transformações impliquem em crise para o sistema taylorista-fordista? Ou, de outra forma, esse fato instrui a possibilidade de superfluidade do “tipo ideal taylorista-fordista”?

2.3 – TAYLORISMO-FORDISMO: MODERNO, AVANÇADO E ETERNO?

As considerações acentuadas anteriormente são importantes para nosso trabalho tendo em vista que em investigação anterior nos livros de H. Ford e F. W. Taylor, constatamos, ao menos, o que chamamos de três equívocos básicos no que tange ao processo de trabalho taylorista-fordista, quais sejam: a generalização, a eternização e a modernização dessa forma de trabalho.

O primeiro deles diz respeito à atribuição de um caráter universal – generalização – das técnicas sistematizadas por Taylor (1970) e implementadas por Ford (1926) na fabricação e montagem da indústria metal-mecânica para todos os ramos da produção material, inclusive aos setores ajustados à produção em fluxo contínuo que se caracterizam por serem uma aplicação tecnológica da ciência. O segundo está em apresentar esse sistema como uma forma que origina-se no início século XX e que é eterna – eternização –, ignorando-se, assim, seu caráter transitório. O terceiro é por indicar esse sistema como a forma mais avançada da produção material desenvolvida pelo homem – modernização – e o fato dela se encontrar em perfeita conformidade com o que foi descrito por Marx no século XIX, no que refere-se à evolução do processo de trabalho.

Aliás, conforme nossas investigações demonstraram, as considerações taylorianas de que os seus princípios eram plausíveis de serem aplicados de maneira generalizada não são triviais. Conforme o autor, todo seu esforço foi:

[...] para mostrar que os princípios fundamentais da administração científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até ao trabalho nas grandes companhias que reclama a cooperação mais apurada. E, em resumo, para convencer o leitor por meio de uma série de argumentos, de que, corretamente aplicados estes princípios, os resultados obtidos serão verdadeiramente assombrosos. Este estudo foi feito para ser apresentado a *The American Society of Mechanical Engineers*. Os exemplos escolhidos são de tal ordem que, é de acreditar-se, interessam a engenheiros e diretores de empresas industriais e manufatureiras, como também a todos os que nelas trabalham. Esperamos, contudo, ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, podem ser aplicados em qualquer atividade social: na direção de nossos lares, na gerência de nossas fazendas, na administração de nossas casas comerciais, grandes e pequenas, na administração de igrejas, de institutos filantrópicos, de universidades e de serviços públicos. (TAYLOR, 1970, p. 28, grifos nossos).

Caminhando na mesma direção, a generalização perpassa também por todo o imaginário fordiano. A esse respeito, a formulação do autor apresenta-se da seguinte maneira:

As idéias são extremamente valiosas em si; uma idéia, porém, é apenas uma idéia. Está ao alcance de todos realizar. Mas o que vale é converter idéias em utilidades. Muito me interessa demonstrar que as idéias que temos pôsto em prática são capazes de mais ampla extensão. O que longe de se restringirem ao fabrico de automóveis podem vir a tornar-se uma espécie de código universal. Estou certo disso e demonstrá-lo-ei com a máxima evidência, esperançoso de que tais idéias não sejam recebidas como idéias novas, e sim como um código natural. A lei natural é a lei do trabalho e só por meio do trabalho honesto há felicidade e prosperidade. Da tentativa de furtar-se a êstes princípios é que os males humanos defluem. Não há sugestões que me impeçam de aceitá-los como princípios naturais. A lei do trabalho é ditada pela natureza e é um dogma que devemos trabalhar. Tudo quanto pessoalmente tenho feito veio como o resultado da insistência em que, já que temos que trabalhar, o melhor é trabalharmos com inteligência e previsão; e ainda que, quanto melhor trabalharmos, mais bem nos sentiremos. Idéias, pois, do mais elementar senso comum. (FORD, 1926, p. 14, grifos nossos).

O taylorismo-fordismo e a imanente necessidade do capital de controlar o processo de trabalho com vistas à elevação da quantidade produzida, aqui especificamente para o caso da indústria metal-mecânica, influenciou intensamente as concepções coriatianas sobre a automação e a evolução do processo de trabalho.

O olhar investigativo do autor está sempre a mirar para a materialidade dessa indústria, bem como para “los protocolos taylorianos”. Vejamos a reflexão da qual ele parte para apresentar suas considerações sobre a primeira fase da automação transcorrida na década de cinquenta:

En el principio, del que hay que partir para apreciar la significación de lo esencial que ocurre en década de los cincuenta, está la máquina herramienta. Lo privativo de la máquina herramienta [...], dispositivo relativamente complejo, es albergar a varias herramientas distintas, y poder [...] desarrollar un programa que permite efectuar tareas finalmente complejas de transformación de la materia. Sin embargo, desde el punto de vista del capital, es decir del ahorro del tiempo y de los costos, el uso de la máquina herramienta presenta un límite serio: su movimiento sigue siendo dependiente de la habilidad de obreros por fuerza altamente calificados, capaces de transformar especificaciones técnicas y representaciones sobre papel de las piezas que hay que trabajar en modos operatorios e manejo de herramientas de máquinas. (CORIAT, 1992, p. 40 grifos nossos).

A reflexão que o autor fornece é deveras interessante para o percurso que estamos trilhando neste texto. Se ele estiver correto ao acentuar que, sem sombras de dúvidas, do ponto de vista do capital e da sua incansável corrida pela elevação da produtividade e redução dos custos, a dependência da produção material às habilidades dos trabalhadores em manejarem seu instrumento de trabalho, representarem “[...] un límite serio [...]” para tal objetivo, então, igualmente correta estaria nossa reflexão ao acrescentar que, a melhor alternativa – também do ponto de vista do capital – não apenas para combater mas, também, eliminar esse “limite serio” seria a substituição desse trabalhador hábil por “algo” que possuísse sua virtuosidade. É possível que o autor encaminhe-nos na direção de tal substituição? Conforme o mesmo, este limite será eliminado da seguinte maneira:

Sin embargo, para intentar eliminar el obstáculo que constituye la pericia de los obreros calificados, la investigación se centrará en técnicas de control y de

programación de la máquina. El objetivo, rápidamente fijado, es lograr arrancar de las manos obreras la actividad estratégica de ajuste y manejo de la máquina, para hacerla efectuar automáticamente las operaciones, después de haber sido correctamente programada. (CORIAT, 1992, p. 41, grifos nossos).

Nestes termos, a suplantação da dependência por parte do capital para com a habilidade do trabalhador “qualificado” decorre, conforme Coriat (1992) do desenvolvimento da “máquina herramienta de control numérico”. Neste caso, máquinas programáveis que ajustam automaticamente a(s) ferramenta(s) sem necessidade do trabalhador, sendo este substituído por um programa.⁹ Acreditamos que, para o caso das Máquinas Ferramentas Universais (MFU’s), a descrição que o autor fornece se encaixa perfeitamente. Ou seja, do mundo das MFU’s, diretamente dependentes da habilidade do trabalhador manual, para as modernas, entretanto, em contínuo aperfeiçoamento, das Máquinas Ferramentas com Controle Numérico Computadorizado (MFCNC). A esse respeito, o autor acrescenta que:

Para apreciar la significación del enfrentamiento que se suscitó, hay que tener en mente que, en el plano conceptual, la clave de la automatización de la máquina herramienta consiste en el hecho de asociar, a la máquina propiamente dicha y a sus herramientas, un director de control mediante el cual se transmitan las instrucciones de operación. [...] En factor en juego estaba a la medida de las dificultades pues, además de los progresos que podían esperarse de esos procedimientos de codificación en materia de calidad y precisión en las fabricaciones, también se trataba de arrancar el dominio del manejo de la máquina herramienta de manos de los obreros con fama de ser los más calificados y los más organizados. Para satisfacer esos objetivos, apoyados en la electrónica e la informática que de esa manera hacen su aparición en el taller, [...]. (CORIAT, 1992, p. 45, grifos nossos).

Observemos atenciosamente que, quando o autor se refere aos motivos que levam o capital a fazer uso da eletrônica e da informática ele, por mais de uma vez, salienta a necessidade do capital de se contrapor ao domínio dos operários que manejavam a máquina-ferramenta. Nesse caso, compeendemos que o problema não está na máquina, mas sim, na presença do operário dominando a produção. Nesse momento da sua reflexão, Benjamin Coriat também se encaminha por essa perspectiva ao indicar que o objetivo do capital ao fazer uso da eletrônica e da informática, se: “[...] trataba de arrancar el dominio del manejo de la máquina herramienta de manos de los obreros con fama de ser los más calificados y los más organizados”. Ou seja, o destaque que o autor apresenta como solução para o problema do domínio-operário sobre a produção nessas máquinas-ferramentas, difere impetuosamente dos princípios taylorista-fordista que são marcados pela presença dos operários ao manejarem – da única ótima (*one best way*) – suas ferramentas de trabalho. Nesse caso, não se trata de ensinar ao operário a manejar sua ferramenta, mas sim, de arrancá-la de sua mão. A esse respeito, na passagem que segue o autor enfatiza essa perspectiva sem sobressaltos, ao acentuar que o objetivo “[...] es lograr arrancar de las manos obreras la actividad estratégica de ajuste y manejo de la máquina, para hacerla efectuar automáticamente las operaciones, después de haber sido correctamente programada.” (CORIAT, 1992, p. 41).

A reflexão que o autor apresenta é fundamental para o nosso trabalho porque nos remete para a perspectiva de que, o capital, ao fazer uso da informática e da eletrônica objetiva “[...] arrancar de las manos obreras la actividad estratégica de ajuste y manejo de la máquina, [...]” e, conseqüentemente, descartar o operário. Assim, o domínio do capital sobre o processo de trabalho e sobre o operário se dá em decorrência da “expulsão” do trabalhador e não da sua incorporação ao processo produtivo. Essa é a compreensão que Coriat (1992) fornece no início da sua reflexão sobre a automação da década de cinqüenta.

Entretanto, não foi apenas no caso dessas máquinas ferramentas que a automação – através da eletrônica e da informática – se fez presente nos anos cinqüenta. Ele relata-nos também o que denomina “um clássico de automação”. Conforme o autor:

Se trata de la línea de traslado utilizado en su forma canónica para la fabricación de los monoblocks. Al César lo que es del César, he aquí la descripción que J. Diebold hace de ella, heraldo de esta primera fase de automatización, y director de la fábrica Deaborn, Cleveland, de la Ford Motor Company:

En total, 42 máquinas automáticas, conectadas con ayuda de líneas de traslado que transportan automáticamente los bloques a través de toda la operación, efectúan 530 operaciones de corte y calibrado. Una pieza fundida pasa por la cadena y surge como un monoblock terminado en sólo 14,6 minutos, en vez de las 9 horas de una fábrica tradicional. De principio a fin, a lo largo de una cadena de 470 metros ningún operador toca una sola pieza.

Ahorro de tiempo, ahorro de control, como habíamos indicado, son los dos elementos claves. Se habrá notado cómo, en este corto extracto se reúnen los dos objetivos y se realizan los progresos conjuntamente, pues también se pasa de un ciclo operatorio de 9 horas a uno de 14,6 minutos, todo sin que “ningún operador toque una sola pieza”. (CORIAT, 1992, p. 41, grifos nossos).

Atribuindo a “César o que é de César”, Benjamin Coriat apresenta a linha de transferência – a referência do autor remete-nos à máquina *transfer* – como uma das primeiras inovações em matéria de automação na década de cinqüenta. O modelo de automação apresentado na citação anterior da *Ford Motor Company* é denominada pelo autor de “*automatización de tipo Detroit*”. Nestes termos, não percamos de vista a materialidade a qual Benjamin Coriat tem os olhos voltados ao apresentar o que ele chama de “automatización clásica”: seu “laboratório” é a indústria metal-mecânica. Na primeira forma de automação, o autor ilustra com a evolução das MFU’s para MFCNC; na segunda, sua ilustração remete-nos para as máquinas *transfer*. Interessante não perdermos de vista o fato, nada trivial, apresentado pelo autor no seu exemplo de “um clássico de automação” onde: “[...] De principio a fin, a lo largo de una cadena de 470 metros ningún operador toca una sola pieza.” (CORIAT, 1992, p. 41). Ou seja, essa consideração nos remete para a conclusão de que, nesse tipo de processo de produção, em função do que o autor chamou de “automatización clásica” não ocorre o trabalho manual. Afinal “[...] ningún operador toca una sola pieza.” ao longo das estações de trabalho. Nessa perspectiva é pertinente a seguinte consideração: seria possível a

persistência do taylorismo-fordismo em estações de trabalho onde o trabalho manual tenha sido totalmente “descartado”?

3 – CONCLUSÃO

Enfim, o “apego” que o autor demonstrou possuir pelos “grilhões” do processo de trabalho taylorista-fordista não foi inevitável porque ele não nos deu demonstração de ser um investigador prisioneiro da divisão manufatureira do trabalho. Pelo contrário, Benjamin Coriat se mostrou um grande conhecedor das indústrias e setores da produção material que possuem como marca indelével serem uma aplicação tecnológica da ciência. E mais, ele não somente demonstrou ter conhecimento de causa, como ilustrou de maneira esclarecedora a existência de processos de produção que ocorrem sem que sejam necessários a presença de um único operário ao longo de centenas de postos de trabalho. Da mesma forma que acentuou existir casos em que a produção decorre com a fábrica “deserta”.

Porém, transpor sua investigação pela realidade da automação levada a casos tão extremados que até as atividades de controle, vigilância e supervisão dos CAM’s são automatizadas – pós-grande indústria¹⁰ –, não demonstrou ser uma tarefa fácil para Benjamin Coriat. Este percurso foi bastante “doloroso” para ele. Não foi fortuito que seu sofrimento tenha encontrado refrigério, de um lado, ao apontar os limites e inconvenientes que derivam desses processos de automação e, de outro, ao localizar atrás do grande autômato a emblemática figura do operário taylorista Schmidt. Ou seja, embora Benjamin Coriat tenha localizado o surgimento de uma figura social nova na década de noventa que ele denominou de “[...] el joven con potencial [...]” atuando junto aos CAM’s, sendo esse possuidor de um tipo de formação e qualificação que, em termos qualitativos, difere totalmente do homem com a constituição mental de um boi – Schmidt – ele não encontra dificuldades de igualar o trabalho do “jovem com potencial ao trabalho de Schmidt.

Assim, o autor vislumbrou analisar a automação dos processos industriais em decorrência da introdução da microeletrônica e da robótica sem, contudo, referir-se a qualquer possibilidade de superação do taylorismo-fordismo. Conforme vimos, muito pelo contrário, automação levada ao extremo e taylorismo-fordismo são realidades que coexistem concomitantemente.

Nestes termos, embora Benjamin Coriat tenha vislumbrado refletir sobre a automação levada às suas últimas conseqüências, quando ele se refere à possibilidade de superação do taylorismo-fordismo em função dessa automação suas considerações passam a ser demarcadas por uma irresolução que o leva a acentuar, de um lado, o “adeus a Taylor” e

ao “fordismo canônico”, porém, de outro lado, ele se apressa em antecipar que não decorre uma sucessão, mas sim a conservação pois, ao “fordismo canônico” sucede um outro fordismo, destarte, “automatizado” e ao taylorismo sucede um “taylorismo informatizado”. Assim, não será o processo de automação que prescindir totalmente do trabalho vivo imediato que imporá dificuldades ao seu “apego” ao taylorismo-fordismo.¹¹

Se a trajetória que Benjamin Coriat percorreu para apresentar ao seu leitor a materialidade dos processos de automação onde “[...] no hay ningún obrero, sino una máquina automática ajustada de antemano [...]” ou aquelas em que “[...] el taller está desierto.” demonstrou ser um “percurso doloroso” em virtude dele não localizar neste tipo de organização da produção a presença do trabalhador manual, ao chegar no oceano do “ohnismo” sua nau, novamente, tem suas velas insufladas e passa a deslocar-se com substancial desenvoltura pelo modelo japonês. O “percurso doloroso” é substituído pelo acalanto do “ohnismo”. Embora não sendo neste trabalho que vamos adentrar nas minúcias desse novo abrigo coriatiano, sem delongas gostaríamos de acrescentar que, o “apego” coriatiano aos “grilhões” da manufatura taylorista-fordista – que se explicita desde os primeiros momentos da sua reflexão quando ele apresentou sua crítica aos teóricos da RCT –, somente se viabiliza em função da sua inclinação pelo trabalho manual.

Como o advento do taylorismo e do fordismo no início do século XX não passaram de uma “reinvenção da manufatura”¹² no sentido de que o processo de produção encontra-se lastreado no trabalho humano, o resultado não podia ser diferente. Não foi fortuito o fato de Benjamin Coriat somente “abandonar” esses “grilhões” quando ele localiza a frente da proa da sua nau a ilha do “modelo japonês” que, em conformidade com seus antecessores – o taylorismo e o fordismo –, também possui como marca indelével a presença dos homens e a tão prestigiada questão coriatiana da “recomposição do trabalho manual”.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORIAT, Benjamin. *Ciência, técnica y capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976.
- _____. *A revolução dos robôs: o impacto sócio-econômico da automação*. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1989.
- _____. *El taller y el robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica*. España: Siglo Veintiuno, 1992.
- FAUSTO, Ruy. A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles). *Revista Lua Nova*, São Paulo, v. 28, n. 19, p. 47-67, nov. 1989.
- _____. *Marx: lógica e política, investigação para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Ed. 34, 2002. t. 3

FORD, Henry. *Os princípios da modernidade: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

MARX, Karl. *Grundrisse: lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política (1857-1858)*. México: Fondo de Cultura, 1985.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 31-34, out./dez. 1986.

RICHTA, Radovan. *La civilización en la encrucijada: implicaciones sociales y humanas de la revolución científicotécnica*. España: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. 7. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1970.

TOCQUEVILLE, A. de. *La democracia in America*. Bolonia: Cappelli, 1962.

¹ Prof. Dr. Adjunto IV do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; membro do Grupo de Pesquisas e Estudos: “Trabalho e Educação” do Mestrado em Educação; líder do Grupo de Pesquisa: Ruy Mauro Marini do Departamento de Economia. E-mail: somildo@hotmail.com

² - Cf. (TAYLOR, 1970, p. 68).

³ - Cf. (TAYLOR, 1970, P. 68 e FORD, 1926, p. 88-9).

⁴ - Cf. (TAYLOR, 1970, p. 54-5).

⁵ - Como num desenho animado tudo que se imagina pode ocorrer, somente nesse caso, é possível encontrarmos um funcionário como *Homer Simpson* trabalhando em atividade de controle da produção de energia nuclear em uma usina atômica.

⁶ - O termo “leito”, no respectivo trabalho, está sendo empregado no sentido de “leito de rio”, ou seja, o caminho que as águas percorrem até chegarem ao seu destino final. A palavra “automação” é usada no sentido de aplicação tecnológica da ciência aos processos de produção industrial. Assim, quando dizemos que um ramo qualquer da produção material entrou no “leito da automação”, significa que ele iniciou seu caminho de ajuste rumo à produção baseada na maquinaria e na indústria moderna em conformidade com Marx (1985).

⁷ - Atentemos para o fato de que o perfil apresentado pelo autor para a nova categoria de operários que ocupam “[...] as novas linhas de produção automatizadas.” (CORIAT, 1989, p. 123) diferir substancialmente do operário “[...] estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi. [...]” (TAYLOR, 1970, p. 68). Ou, da mesma forma, essa nova categoria de operários não nos parece serem “[...] tão estúpido quanto incapaz de realizar a maior parte dos trabalhos pesados.” (TAYLOR, 1970, p. 68).

⁸ - a produção na indústria de fluxo contínuo possui como marca indelével ser uma “aplicação tecnológica da ciência” no sentido de inexistência de trabalho manual. São *lôcus* privilegiados desse tipo de produção a indústria química, petroquímica, nuclear, de cimento, de aço, de bebidas e, dentre todas a mais antiga: a indústria têxtil. A microeletrônica e a robótica ao se fazer realidade na indústria metal-mecânica, na segunda metade do século XX, expurgou o taylorismo-fordismo levando a produção dessa indústria para o “leito da automação”.

⁹ - Assim, surge na sociedade a demanda por um tipo de profissional qualitativamente diferente e que, nesse caso, deve passar por um processo de formação também diferente. Ou seja, os indivíduos que trabalham com essas novas tecnologias – programas para máquinas-ferramentas – não são, sociologicamente, semelhantes ao antigo operador que foi dispensado.

¹⁰ - Cf. Fausto (1989, p. 47-67 e 2002, tomo 3).

¹¹ - Com respeito ao fim do taylorismo o autor acentua que: “En 1990 parece que se ha dicho todo, o casi, de la crítica al taylorismo. Señal de los tiempos: el “Adiós a Taylor” se convirtió en un párrafo obligado para quien – con alguna credibilidad – desea hablar sobre las organizaciones del futuro y “la fábrica del mañana”...”. (CORIAT, 1992, p. 19). Conforme podemos observar, uma reflexão precipitada do pensamento coriariano, encaminha-nos para o impetuoso desdobramento de que em virtude da introdução da microeletrônica e da

robótica aos processos industriais, o fordismo seria suplantado e, finalmente, estaríamos dando “[...] Adiós a Taylor [...]”. Entretanto, essa consideração a partir da reflexão coriatiana, não só é apressada, como não possui sustentação no decorrer de sua obra. Portanto, se por um lado ele, demonstrando significativo discernimento, acentua que a fábrica de amanhã não se pautará pela organização do trabalho ajustado ao taylorismo-fordismo, de outro, ele acrescenta que: “Tendré la ocasión de mostrar que Taylor, o al menos el corazón de su enseñanza, sigue presente y bien vivo en el centro de los dispositivos complejos supuestamente más “modernos” y más sofisticados. La electrónica, por desgracia demasiado a menudo todavía, sólo es introducida como soporte al servicio de las técnicas más tradicionales de intensificación del trabajo. (CORIAT, 1992, p. 19, grifos nossos). Com o mesmo entusiasmo que o autor acentuou “El final del fordismo [...]” e o “[...] Adiós a Taylor [...]”, ele acrescenta: “[...] que Taylor, [...]” sigue presente y bien vivo”. Nessa perspectiva, em um momento suplantação, destarte, num outro conservação.

¹² - Cf. Moraes Neto (1986).

ARTIGO RECEBIDO EM 02/04/2009. APROVADO EM 28/04/2009.

ENTREVISTA COM PROF. DR. MICHAEL LÖWY

ENTREVISTADOR: ENÉAS ARRAES NETO

1. Prof. Michael Löwy, a que o sr. credita, em sua história de vida, o direcionamento para a área de Filosofia ?

Na verdade, não sou filósofo. Estudei Ciências Sociais na USP no fim dos anos 1950, e minha carreira foi em Sociologia; entretanto, a leitura, já nessa época, do livrinho *A Filosofia e as ciências humanas* de Lucien Goldmann, me convenceu de que não era possível separar Sociologia de Filosofia. Ou melhor: uma sociologia empirista, monográfica, "positiva", sem preocupações filosóficas, não me interessava. Era o recado do marxismo, mas também da grande Sociologia alemã, de Simmel, Weber, Mannheim. Mas o que conheço de Filosofia tive que estudar sozinho, como autodidata. Inspirado por Goldmann, li *História e consciência de classe*, de Lukács, que foi, durante muitos anos, minha principal referência filosófica. Minha tese sobre o Jovem Marx, sob a direção de Goldmann, apresentada na Sorbonne em 1964, foi considerada como "Doutorado em História da Filosofia", contudo, quando entrei no CNRS em 1977, foi como sociólogo. Verdade: o que me interessa é um trabalho interdisciplinar, ou melhor ainda, indisciplinado, que mistura alegremente Sociologia, Filosofia, História, Teoria Política e Literatura; uma salada mista, cujo principal condimento é a dialética marxista.

2. O que lhe levou à aproximação com os estudos marxistas ?

Foi, em primeiro lugar, uma opção política! Aos quinze anos, considerava-me marxista, do ponto de vista de uma adesão à causa da emancipação do proletariado. A partir daí comecei a ler Marx, e, praticamente ao mesmo tempo, Rosa Luxemburgo. Minha formação intelectual e política se fundamentou, desde o princípio, nestes dois autores. Teoria e prática sempre estiveram para mim diretamente associados com o marxismo, como visão do mundo, fornecendo os instrumentos, ferramentas e valores para tentar entender o mundo em função do objetivo de sua transformação revolucionária. Graças a Lucien Goldmann, pude, pouco depois, criticar a Sociologia acadêmica e descobrir, na obra de Lukács, uma nova perspectiva marxista. Já nesta época, interessava-me também a história do marxismo na América Latina, que passei a estudar de modo mais

sistemático nos anos 1970, primeiro partindo do pensamento de Che Guevara, mais tarde descobrindo José Carlos Mariategui, e, nos anos 1980, tentando analisar o lugar do marxismo na Teologia da Libertação.

3. Que autores formam a espinha dorsal de uma leitura dialética da realidade em nossos dias ?

Começando com Marx, sempre atual - em alguns aspectos (a globalização capitalista) mais atual hoje do que em sua época - encontramos preciosos elementos para esta análise dialética do mundo contemporâneo na crítica da reificação, de Lukács, na desconstrução da razão instrumental, pela Escola de Frankfurt, e na demistificação da ideologia do progresso, de Walter Benjamin. Além de muitos outros - Gramsci, Trotsky, José Carlos Mariategui, Ernst Bloch - a lista é muito longa. Não encontramos, todavia, em nossos "clássicos" respostas para tudo. Aparecem problemas novos - a Ecologia! - que exigem profunda renovação do pensamento dialético e revolucionário. É uma tarefa para o século XXI.

4. Como o sr. avalia a contribuição ao marxismo em torno da Escola de Frankfurt ? Quais os principais autores entre eles e seus pontos fortes ?

Como já sugeri há pouco, a crítica da razão instrumental, de Adorno e Horkheimer, é uma das mais importantes contribuições dos frankfurtianos. A análise do "homem unidimensional", de Herbert Marcuse é outro elemento interessante. O autor que mais me interessa, neste grupo, é Walter Benjamin: suas Teses de 1940 sobre "O conceito de história", que propõe uma leitura da história a contra-pelo, do ponto de vista das vítimas da "civilização", constituem um dos documentos mais importantes do pensamento revolucionário moderno, talvez o mais importante desde as Teses sobre Feuerbach, de Marx. Para Benjamin, as revoluções não são a "locomotiva da história", mas a interrupção de um processo catastrófico, o "progresso" capitalista. Não posso desenvolver aqui. Envio os interessados ao meu livro "Alarme de Incêndio: Walter Benjamin" (Ed. Boitempo, 2007).

5. Como se poderia situar, atualmente, o debate entre "corrente fria" e "corrente quente" no marxismo ?

Creio que a colocação de Ernst Bloch é correta: mais do que um debate ou antagonismo, existe uma necessária complementaridade entre os dois. O pensamento marxista necessita a crítica lúcida, materialista, impiedosa, "fria", do sistema capitalista e de suas contradições; mas esta crítica esta a serviço da "corrente quente", do principio esperança, da utopia revolucionária de uma nova sociedade. Análises "científicas" que ignoram as alternativas - "um outro mundo é possível" - ou especulações utópicas que não levam em conta a análise do capitalismo, são limitadas, parciais, não dialéticas e, portanto, condenadas ao fracasso.

6. A América Latina apresenta, atualmente, um quadro diferenciado de governos de esquerda, em diversos matizes. Qual sua avaliação para as possibilidades de avanço social e econômico num rumo socializante ?

Acho que é necessário distinguir entre os governos de "centro-esquerda", que não vão mais além de uma forma de *social-liberalismo*, combinando uma política econômica de corte neoliberal com preocupações de assistência social aos pobres - é o caso do Brasil (Lula), do Chile (Bachelet) e do Uruguai (Tabaré Vazquez) - daqueles governos de esquerda que fizeram a opção por uma ruptura com a oligarquia e com a dominação imperialista, colocando no horizonte o socialismo do século XXI: Venezuela (Chavez), Bolívia (Evo Morales), Equador (Correa). A aliança destes países com Cuba, no quadro da ALBA, é uma iniciativa interessante. Outros países têm governos que estão ainda buscando seu caminho, ou situados num campo intermediário entre estas duas grandes orientações.

As possibilidades de avanço em direção ao socialismo do século XXI existem; e são reforçadas pela crise atual do sistema capitalista mundial. Não dependem, no entanto, só da boa vontade de governos de esquerda: é a mobilização social/revolucionária dos oprimidos e explorados, dos trabalhadores, camponeses, mulheres, indígenas, negros, assim como das forças socialistas, que será o fator decisivo.

7. Como o Sr. avalia as perspectivas para o marxismo neste início de século (tanto acadêmica quanto politicamente) ?

Depois da caída do muro e do fim inglório da União Soviética, os ideólogos do sistema e sua mídia se apressaram em proclamar, *urbi et orbi*, a idéia de que "o marxismo esta morto". O atestado de óbito se revelou um pouco prematuro. O

espectro ressuscitou e anda pelo mundo afora, atrapalhando o sossego das elites dominantes.

O livro de Jacques Derrida - que não era marxista - *Espectros de Marx* (1993), afirmando categoricamente a impossibilidade de entender o mundo atual sem Marx, foi o primeiro sinal de uma mudança; pouco depois veio o levante zapatista em Chiapas (1994), o primeiro de uma série de combates contra o neoliberalismo, que acabaram derrubando vários governos na América Latina. Hoje em dia, com a crise econômica mundial, poucos negam a atualidade da análise marxiana do capital. O marxismo, porém, não é apenas, como reconhecem hoje em dias os meios de comunicação, um lúcido diagnóstico sobre o funcionamento do capitalismo e uma explicação de suas crises. É também, e acima de tudo, um projeto de supressão do capital e de transformação revolucionária da sociedade !

Observamos, neste início de século XXI, no Brasil, na América Latina, mas também na Europa e nos Estados Unidos, uma produção intelectual marxista impressionante; mas o marxismo também está presente, sobretudo na América Latina, em vários movimentos sociais e no grande "movimento dos movimentos" altermundialista.

Para mim, o grande desafio do marxismo no século XXI é integrar a dimensão ecológica, não só como um dos vários capítulos de um programa anti-capitalista, mas também como eixo central do projeto revolucionário. Isto exige certa revisão crítica do "marxismo vulgar", em particular, a visão linear do "desenvolvimento das forças produtivas" e uma concepção do socialismo que se limita a transformar as relações de produção. Temos que pensar em termos de uma revolução ecossocialista que subverte radicalmente não só o poder das classes dominantes e as formas de propriedade, mas também o aparelho produtivo, as fontes de energia, os padrões de consumo, o modo de vida, o sistema de transporte, a estrutura urbana. Trata-se, em outras palavras, de uma ruptura com o paradigma da civilização ocidental moderna, capitalista/industrial, e a luta por um outro modelo civilizatório, coletivista, solidário, democrático, capaz de estabelecer relações harmoniosas com a natureza.

Em caso contrário, a lógica cega e irracional da acumulação capitalista, da expansão ilimitada do capital em função do lucro rápido, do consumismo obsessivo e compulsório, levará, em poucas décadas - e não no final do século, como se dizia ainda há poucos anos - a uma catástrofe ecológica de proporções

inimagináveis, colocando em risco, pela dinâmica incontrolável do aquecimento global, a própria vida neste Planeta.